



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

Mestrado em Ciências da Paisagem
Especialização em Ordenamento da Paisagem e do Território

Dissertação

Avaliação e Enquadramento da Procura
dos Percursos Ambientais na envolvente de Évora

Ana Lúcia Neves Pereira

Orientador:

Professora Doutora Maria Teresa Pinto-Correia

Outubro de 2011

Mestrado em Ciências da Paisagem
Especialização em Ordenamento da Paisagem e do Território

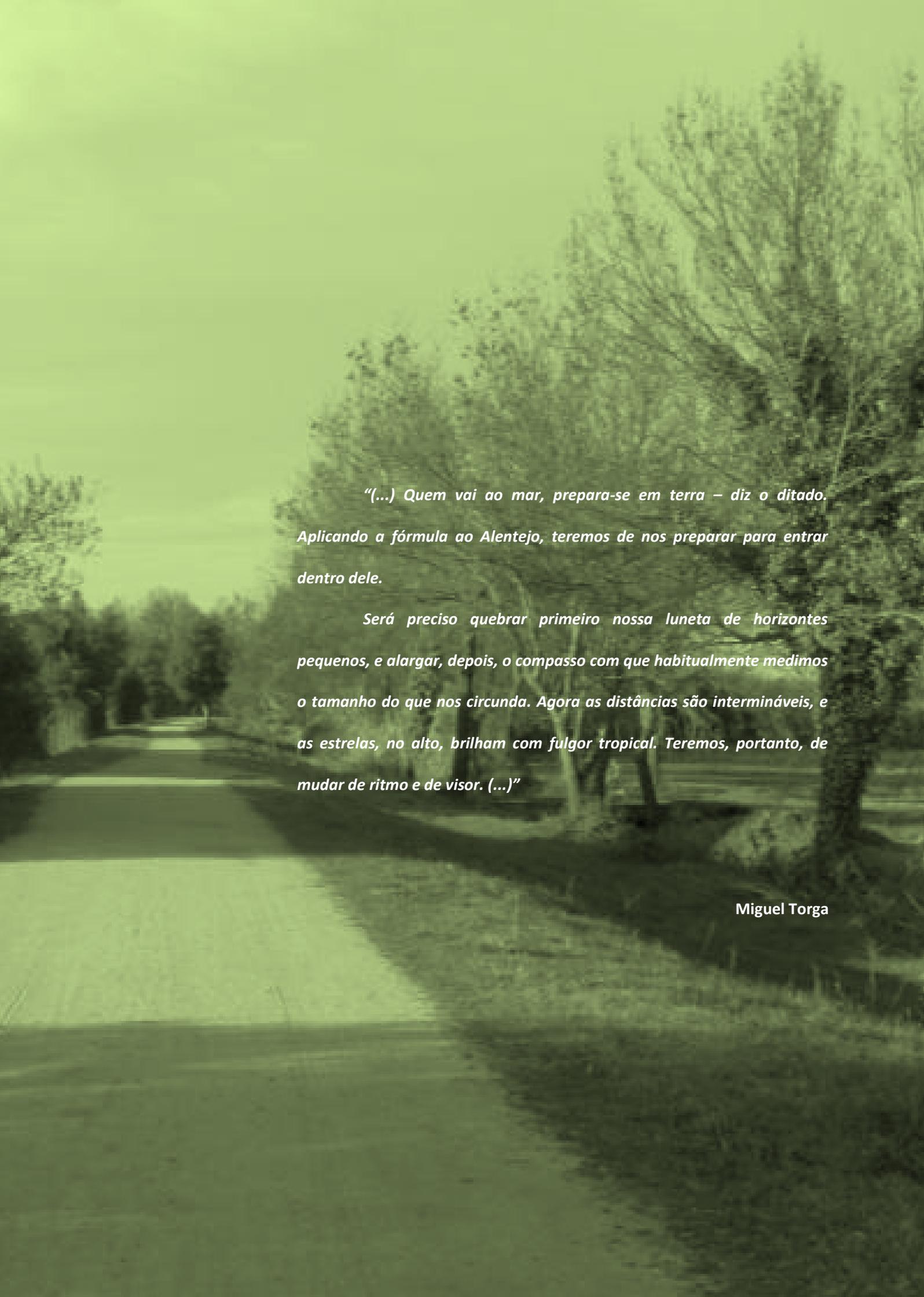
Dissertação

**Avaliação e Enquadramento da Procura
dos Percursos Ambientais na envolvente de Évora**

Ana Lúcia Neves Pereira

Orientador:

Professora Doutora Maria Teresa Pinto-Correia



“(...) Quem vai ao mar, prepara-se em terra – diz o ditado. Aplicando a fórmula ao Alentejo, teremos de nos preparar para entrar dentro dele.

Será preciso quebrar primeiro nossa luneta de horizontes pequenos, e alargar, depois, o compasso com que habitualmente medimos o tamanho do que nos circunda. Agora as distâncias são intermináveis, e as estrelas, no alto, brilham com fulgor tropical. Teremos, portanto, de mudar de ritmo e de visor. (...)”

Miguel Torga

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais,

À Professora Doutora Teresa Pinto-Correia,

E a todos os que directa e indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho,

Muito Obrigada!

Avaliação e Enquadramento da Procura dos Percursos Ambientais na envolvente de Évora

RESUMO

Os espaços verdes peri-urbanos têm vindo a ganhar cada vez mais importância para o uso de recreio e lazer. Tendo em conta que muitos destes espaços são também espaços rurais e agrícolas, há que analisar a complementaridade destes usos. Os recentes Percursos Ambientais desenvolvidos pela Câmara Municipal de Évora são disto exemplo. Situados na envolvente da cidade de Évora e integrados maioritariamente em paisagem de Montado, vieram possibilitar a aproximação das populações a estes espaços, no entanto antevêm-se conflitos de uso entre utilizadores e chefes de exploração.

É neste contexto que se integra a presente Dissertação de Mestrado, cujo objectivo principal é a avaliação da forma como os Percursos Ambientais correspondem à procura do público, e também como poderiam ser melhorados, integrando os interesses e preocupações dos chefes de exploração.

Este estudo seguiu uma metodologia de análise qualitativa orientada para o estudo de caso, baseada na conjugação de inquéritos aos utilizadores dos Percursos de Monfurado e posteriormente aos utilizadores da Ecopista. E ainda, entrevistas a chefes de exploração das zonas envolventes.

Deste estudo destacam-se como principais resultados, as potencialidades da paisagem de Montado para usos de recreio e lazer, mas também o anseio por um acesso mais alargado e novos traçados, por parte dos utilizadores (especialmente nos Percursos de Monfurado) e a posição favorável, no entanto cautelosa, dos chefes de exploração face à eventual abertura das suas explorações para usos de recreio. Transparece nos utilizadores, uma vontade de serem ouvidos e poderem testemunhar as suas opiniões e nos chefes de exploração, a disponibilidade para escutarem as opiniões alheias.

O presente estudo contribui para a reflexão sobre a actual situação dos Percursos Ambientais e zonas envolventes e de que forma se podem complementar usos de recreio e de produção nestes espaços. Todavia, futura pesquisa será necessária a fim de responder a algumas questões que ficaram em aberto.

Demand Evaluation and Context of the “Percurso Ambientais” in Évora surroundings

ABSTRACT

Green peri-urban areas have been gaining an increasing importance for recreation and leisure for urban dwellers. Given that many of these areas serve also rural and agricultural purposes, it is necessary to balance these different functions. The recently developed Percursos Ambientais by the city of Évora are an example of this. Placed in the surroundings of the city and integrated mainly in Montado landscape, these pathways have made it possible for the population to enjoy these areas, however use conflicts between users and farmers are expected.

This research attempts to evaluate how the Percursos Ambientais respond to public demand, and also how they could be improved by integrating the interests and concerns of the farmers.

This study followed a qualitative analysis methodology, case-study oriented, based on a combination of different surveys conducted with users of the pathways and interviews with farmers of the surrounding areas.

The main results of the study are the potential of Montado landscape for recreational use but also the desire for an open access and the development of new paths by the public (especially in Monfurado paths), and the approval, however cautious, of farmers, facing the possibility of opening their farms for recreational use. The users are willing to be heard and express their opinions and farmers are willing to listen to users opinions.

This study contributes to a reflection about the current situation of the Percursos Ambientais and the surrounding areas and how recreation and production functions can coexist in these areas. Nevertheless further research is needed to respond to some unanswered questions.

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	vi
Índice Geral	vii
Índice de Figuras	X
Índice de Tabelas	xi
Índice de Quadros	Xii
1. Introdução	1
1.1. Motivações.....	2
1.2. Contexto, Actualidade e Objectivos.....	3
1.3. Desenvolvimento do Estudo - Revisão bibliográfica e Metodologia adoptada.....	4
1.4. Estrutura do Trabalho.....	9
2. Espaços Periurbanos Verdes de Recreio	10
2.1. Funcionalidade dos Espaços Verdes Periurbanos.....	11
2.2. Actualidade e Tendências.....	12
2.3. Factores Impulsionadores da Procura de Espaços Naturais para Recreio.....	12
2.4. Recreio em Espaços Verdes.....	13
2.4.1. Procura de Espaços Verdes para Recreio.....	13
2.4.2. Oferta de Espaços Verdes para Recreio.....	14
2.5. Procura e Oferta de Espaços Verdes de Recreio em Portugal.....	16
2.6. Percursos Pedestres, Ciclopistas e Ecopistas	20
2.7. Relevância destes projectos.....	24
3. Planeamento e Gestão de Espaços Verdes Periurbanos de Recreio	26
3.1. Planeamento de Espaços de Recreio.....	27
3.2. Espaços de Recreio Peri-urbanos.....	29
3.3. Constrangimentos à Oferta de Espaços Verdes de Recreio.....	29
3.3.1. Conflitos de Uso.....	29
3.3.2. Direito de Acesso e Direito de Propriedade.....	31
3.4. Planeamento Participado.....	35
3.5. Bom Exemplo de Planeamento e Gestão de Espaços de Recreio Periurbano.....	36
4. Multifuncionalidade da Paisagem de Montado	39
4.1. O Montado como Paisagem Cultural.....	40
4.1.1. Funções de Regulação, de Suporte e Habitat	42
4.1.2. Funções Produtivas.....	42
4.1.3. Funções Sociais.....	43

4.2. Exploração da Função Social de Recreio no Montado.....	44
4.3. Gestão e Conservação do Montado.....	46
5. Metodologia.....	47
5.1. Fase Exploratória.....	48
5.1.1. Metodologia de Estudo de Caso.....	49
5.1.2. Método de Inquérito por Entrevista.....	50
5.1.3. Método de Inquérito por Questionário.....	50
5.2. Trabalho de Campo, Análise e Tratamento de Dados.....	51
5.2.1. Caracterização do Território.....	52
5.2.2. Inquérito aos Utilizadores.....	52
5.2.3. Entrevista aos Chefes de Exploração.....	56
5.3. Interpretação e Reflexão dos Resultados.....	59
6. Enquadramento e Avaliação dos Percursos Ambientais.....	60
6.1. Caracterização geral da região (concelho Évora)	61
6.2. Historial e Conceito dos Percursos Ambientais.....	63
6.3. Carácter da Paisagem de Montado na região.....	65
6.4. Caracterização e Avaliação dos Percursos Ambientais.....	66
6.4.1. Percursos de Monfurado.....	68
6.4.2. Percursos do Aqueduto.....	68
6.4.3. Percursos do Alto de S. Bento.....	68
6.4.4. Ecopista.....	69
6.4.5. Considerações Globais.....	69
6.4.5.1. Informação disponível.....	69
6.4.5.2. Acessibilidades.....	70
6.4.5.3. Sinalização.....	71
6.4.5.4. Infra-estruturas de Apoio e Zonas de descanso e paragem.....	73
6.5. Apreciação Geral.....	74
7. Avaliação da Procura por parte dos Utilizadores.....	75
7.1. Utilizadores dos Percursos de Monfurado.....	76
7.1.1. Perfil dos utilizadores.....	76
7.1.2. Tipos de Uso.....	77
7.1.3. Preferências dos utilizadores.....	77
7.2. Utilizadores da Ecopista.....	85
7.2.1. Perfil dos utilizadores.....	85
7.2.2. Tipos de Uso.....	86
7.2.3. Preferências dos utilizadores.....	87
7.2.4. Percursos Ambientais.....	93
7.3. Principais diferenças entre os utilizadores dos Percursos de Monfurado e Ecopista.....	93

8. Avaliação das Perspectivas dos Chefes de Exploração.....	96
8.1. Perfil dos Chefes de Exploração.....	97
8.2. Características e Tipos de Exploração.....	97
8.3. Posições e Visões.....	98
9. Reflexão sobre os Resultados e Orientações de Gestão.....	104
9.1. Procura.....	105
9.1.1. Tipo de Procura.....	105
9.1.2. Avaliação da paisagem pelos Utilizadores.....	106
9.2. Oferta.....	108
9.3. Perspectivas para os Percursos Ambientais	110
9.3.1. O papel dos Chefes de Exploração.....	110
9.3.2. Participação dos Utilizadores no processo planeamento.....	110
9.3.3. Domínios de Intervenção.....	111
9.4. Orientações de Gestão.....	112
10. Considerações Finais.....	117
10.1. Principais conclusões.....	118
10.2. Limitações, Perspectivas e Desenvolvimentos do Estudo.....	118
10.3. O meu processo de aprendizagem.....	120
11. Referências Bibliográficas.....	122
12. Anexos.....	131
Anexo I. Folhetos dos Percursos de Monfurado.....	132
Anexo II. Ficha de Campo.....	135
Anexo III. Cadastro dos Percursos.....	137
Anexo IV. Questionários de Referência.....	146
Anexo V. Inquérito aplicado aos utilizadores dos Percursos de Monfurado.....	153
Anexo VI. Inquérito aplicado aos utilizadores da Ecopista.....	156
Anexo VII. Guião da Entrevista realizada aos chefes de exploração.....	160
Anexo VIII. Tabela de Frequências dos resultados dos Inquéritos.....	162
Anexo IX. Comentários de alguns utilizadores inquiridos.....	173
Anexo X. Estruturas de acesso e passagem.....	174

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Tipologia dos espaços florestais de recreio segundo a sua dimensão, distância percorrida na deslocação, e a frequência de utilização.....	17
Figura 2. Sinalética de indicação utilizadas nos Percursos de Pequena Rota; nos Percursos de Grande Rota, a cor amarela é substituída pela branca.....	21
Figura 3. (a) Ciclovias de Torres Vedras (b) e Guincho.....	22
Figura 4. Ecopistas (a) do Rio Minho, (b) de Moncorvo e (c) de Viseu.....	24
Figura 5. Estudo Pröbstl, 2005 (<i>in</i> Bell, 2007) (Códigos de países Segundo a norma ISO3166).....	30
Figura 6. Restrições à passagem em terrenos e caminhos privados, (a) e (b) acessos reservados a propriedades privadas e (c) proibição de passagem a motociclos.....	34
Figura 7. Diferentes vistas do Ronneby Brunn. (a) Zona do parque. (b) Palacete no parque, (c) Zona de floresta, com Faias (<i>Fagus sylvatica</i>), Espruces-europeu (<i>Picea abies</i>) e Videiros (<i>Betula spp.</i>), (d) Zona de pastagem.....	38
Figura 8. (a) Visita a monumentos; (b) Passeio pedestre; (c) Piquenique; (d) Passeio de bicicleta	45
Figura 9. Localização do concelho de Évora.....	61
Figura 10. Unidades de Paisagem, 99 “Montados e Campos Abertos do Alentejo Central” e 103 “ Serra de Monfurado”.....	62
Figura 11. Localização dos Percursos Ambientais marcados e previstos pela CME. A verde, os Percursos de Monfurado; a vermelho, os Percursos do Alto de S.Bento; a azul, o Percorso do Aqueduto da Água de Prata; a amarelo, a Ecopista; e a verde claro, os Caminhos do Degebe.....	64
Figura 12. Diferentes cenários de paisagens de Montado nos Percursos de Monfurado: (a) montado com mato baixo, (b) montado alinhado, (c) monte e (d) Sobreiro antigo.....	65
Figura 13. Informação digital do mapa dos Percursos de Monfurado disponíveis no sítio Caminhos de Évora para download.....	70
Figura 14. Tipos e condições dos pavimentos e adaptações realizadas nos Percursos para melhorar a acessibilidade: (a) estrada alcatroada; (b) caminho declivoso e pedregoso; (c) escadas como estrutura de facilitação da mobilidade.....	71
Figura 15. Limites das áreas adjacentes a diferentes troços dos Percursos de Monfurado: (a e b) vedações com arame farpado; (c) cancela de madeira na vedação.....	71
Figura 16. Diferente sinalética nos Percursos de Monfurado (esquerda), Aqueduto (centro) e Alto de S. Bento (direita).....	72
Figura 17. Placards informativos no Percursos de Monfurado (a), Aqueduto (b), Alto de S. Bento (c) e Ecopista (d).....	72
Figura 18. Zonas de descanso e paragem junto ao recinto Megalítico dos Almendres, nos P. Monfurado (a); na Ecopista (b); e parque de merendas nos P. Alto de S. Bento (c).....	73

Figura 19. Actividades realizadas nos Percursos de Monfurado.....	77
Figura 20. Grau de satisfação quanto ao traçado dos Percursos.....	78
Figura 21. O que mais agrada aos utilizadores dos Percursos.....	78
Figura 22. O que mais incomoda aos utilizadores dos Percursos.....	79
Figura 23. Acções prioritárias para melhoramento dos Percursos.....	80
Figura 24. Paisagens mais e menos apreciadas pelos utilizadores dos Percursos.....	82
Figura 25. Razão para a manutenção futura dos percursos e paisagens envolventes.....	83
Figura 26. Disponibilidade para pagar para um usufruto com qualidade.....	84
Figura 27. Disponibilidade para participar no processo de planeamento e gestão dos percursos.....	85
Figura 28. Actividades realizadas na Ecopista.....	87
Figura 29. Grau de satisfação quanto ao traçado da Ecopista.....	87
Figura 30. O que mais agrada aos utilizadores da Ecopista.....	88
Figura 31. O que mais incomoda aos utilizadores da Ecopista.....	88
Figura 32. Acções prioritárias para melhoramento da Ecopista.....	89
Figura 33. Paisagens mais e menos apreciadas pelos utilizadores da Ecopista.....	90
Figura 34. Razão para a manutenção futura dos percursos e paisagens envolventes.....	91
Figura 35. Disponibilidade para pagar para um usufruto com qualidade.....	92
Figura 36. Disponibilidade para participar no processo de planeamento e gestão dos percursos.....	92
Figura 37. Principais actividades exploradas nas propriedades inseridas nos Percursos Ambientais.....	98
Figura 38. Forma como os chefes de exploração encaram os Percursos Ambientais.....	99
Figura 39. Opinião dos chefes de exploração quanto a eventuais benefícios para as populações locais...	100
Figura 40. Posição dos chefes de exploração quanto à permissão de acesso ao público a áreas vedadas.	101
Figura 41. Posição dos chefes de exploração quanto ao traçado de novos Percursos.....	102
Figura 42. Posição dos chefes de exploração quanto a futuros investimentos num contexto de um melhor enquadramento dos Percursos Ambientais.....	103

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I. Diagnóstico Sintético de algumas das características dos Percursos Ambientais.....	74
---	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Perguntas aos utilizadores dos Percursos de Monfurado.....	53
Quadro 2. Perguntas adicionais aos utilizadores da Ecopista.....	55
Quadro 3. Perguntas aos chefes de exploração.....	57
Quadro 4. Parâmetros de Avaliação.....	67

1.

INTRODUÇÃO



A presente Dissertação tem como temática principal, a avaliação e enquadramento das preferências e opiniões dos utilizadores e chefes de exploração quanto aos Percursos Ambientais do concelho de Évora, como espaços peri-urbanos de recreio integrados na paisagem alentejana de Montado.

Esta rede de percursos pedestres, a que foi dado o nome de Percursos Ambientais, é composta por vias cicláveis, não motorizadas, destinadas a bicicletas e outros transportes não poluentes e trajectos a pé. Estes percursos estão traçados sobre caminhos públicos rurais e municipais, interligando povoações rurais do concelho e dando acesso a pontos de interesse histórico e cultural. Estes caminhos atravessam maioritariamente a paisagem de Montado, estando algumas áreas integradas no Sítio Monfurado da Rede Natura 2000 (Câmara Municipal de Évora).

1.1. Motivações

A motivação para explorar esta temática surgiu na sequência da estadia de três meses na Swedish University of Agricultural Sciences – Alnarp, integrada no programa ERASMUS, onde frequentei o curso de *Landscape Management* ministrado pela professora Ingrid Sarlöv-Herlin. No curso discutiu-se o conceito de gestão da paisagem, aplicando a definição e objectivos da Convenção Europeia da Paisagem e dando ênfase à integração do carácter da paisagem e dos valores históricos, ecológicos, sociais e de recreio no seu planeamento e gestão, bem como a dinâmica dos processos naturais e culturais associados.

Foi durante o curso que tomei conhecimento de alguns projectos concretizados de aproximação das populações aos espaços verdes peri-urbanos. Um desses projectos é o *NeighbourWoods* que tem como objecto de estudo, as florestas próximas das áreas urbanas e como objectivo, o desenvolvimento e aproveitamento destes mesmos espaços, através de um planeamento e gestão, socialmente inclusivos.

Não se podendo aplicar na totalidade a abordagem deste projecto a Portugal e em particular à região do Alentejo, foi-me sugerido pela Professora Teresa Pinto-Correia que adoptasse como caso de estudo, os Percursos Ambientais desenvolvidos pela Câmara Municipal Évora, e a partir daqui, aplicasse o conhecimento de projectos semelhantes, no sentido de adaptar ideias e princípios já aí testadas ou em implementação.

1.2. Contexto, Actualidade e Objectivos

A procura social das paisagens rurais tem vindo a diversificar-se ao longo dos últimos anos. Hoje, as sociedades contemporâneas, em especial as citadinas, procuram mais contacto com ambientes rurais para efeitos de recreio e lazer. A Política de Desenvolvimento Rural (2007-2013) da Comissão Europeia toma já em conta esta crescente procura, reforçando a importância do papel multifuncional da agricultura no que se refere à riqueza e diversidade das paisagens, dos produtos alimentares e do património cultural e natural.

Os percursos pedestres e cicláveis podem desempenhar um papel de destaque na oferta destes espaços de lazer e recreio em espaço rural, daí a escolha dos Percursos Ambientais na envolvente de Évora como estudo de caso. Estes Percursos, integrados num contexto regional de crescente procura turística e de recreio, podem vir a promover novas oportunidades de desenvolvimento, que se quer sustentável em todos os sectores.

Por ser uma rede de percursos recentemente desenvolvida, levantam-se questões importantes como, a sua adequação aos interesses e procura dos utilizadores e o grau de satisfação dos mesmos, e consequente posição dos proprietários quanto à exploração da função de recreio nestas áreas. E ainda, em que medida estes contribuem para o desenvolvimento rural e a manutenção da paisagem multifuncional.

É neste contexto que se integra a presente Dissertação de Mestrado, cujos objectivos específicos são a avaliação da forma como os Percursos Ambientais correspondem à procura do

público, e também de como poderão ser melhorados/adaptados, integrando os interesses e preocupações dos proprietários.

1.3. Desenvolvimento do Estudo - Revisão bibliográfica e Metodologia adoptada

Neste estudo seguiu-se uma metodologia de análise qualitativa, direccionada para o estudo de caso (Yin, 1994) e baseada na conjugação de questionários e entrevistas como métodos de recolha de informação. De forma a aferir as preferências, opiniões e posições dos utilizadores por um lado, e chefes de exploração, por outro.

Pretendia-se reunir e tratar informação que apoie o processo de planeamento, desenvolvimento e gestão destes percursos com usos múltiplos em paisagens multifuncionais, para maximizar benefícios e mitigar os impactos negativos.

São vários os estudos que procuram identificar e sondar as preferências e opiniões dos utilizadores e chefes de exploração sobre a paisagem rural, como forma de produzir conhecimento que suporte o processo de tomada de decisão, para uma gestão integrada da paisagem. Tendo em conta que a manutenção do carácter das paisagens é um desafio preponderante para o desenvolvimento integrado de uma região, estes estudos sugerem que um planeamento participado das zonas rurais e/ou protegidas é a resposta para um desenvolvimento integrado, mais sustentado e acima de tudo melhor aceite pelas populações residentes e utilizadores destes locais (Trakolis, 2001; Hearne & Salinas, 2002; Tress & Tress, 2003; Harshaw *et al*, 2006; Pavlikakis & Tsihrintzis, 2006).

Este tipo de estudos, desenvolvidos um pouco por toda a Europa e América do Norte, têm revelado informações e indícios relevantes, de como obter informação que suporte os processos de tomada de decisão, ao nível do planeamento e gestão do território.

Em Portugal, a aplicação de metodologias de avaliação das preferências do público já deu alguns passos importantes, dos quais se destacam:

Maria Graça Saraiva (1999) publicou “O Rio Como Paisagem” que teve como base um estudo realizado em 1995, onde investigou padrões de preferências de paisagens fluviais por parte de técnicos especialistas e público em geral, como parte do processo de avaliação e gestão de corredores fluviais. Saraiva, realça nesta investigação a multi-dimensionalidade da paisagem, onde três âmbitos de componentes se relacionam mutuamente: a componente biofísica e ecológica; a componente social, cultural e económica; e a componente perceptual e estética.

Em 2002, Carlos Silva desenvolveu uma metodologia de análise da capacidade de carga de cinco praias do concelho de Sines, baseada na conjugação de fotografias aéreas digitais, com a percepção da paisagem por parte dos seus utilizadores, obtida através de inquéritos. Este estudo apresenta uma nova perspectiva de gestão dos espaços litorais, onde o conhecimento científico é complementado com a percepção e a avaliação do público, realizada através do contacto directo com os utilizadores, que nas palavras do autor são “protagonistas de comportamentos, atitudes e vivências”.

Mais recentemente Pinto-Correia *et al* (2007) identificaram as preferências e representações da paisagem rural avaliadas por diferentes grupos de utilizadores, através de inquérito com base em fotografias, com o objectivo final de identificar conflitos e sinergias entre funções produtivas e não produtivas em Castelo de Vide. Contextualizado na multifuncionalidade da paisagem rural, este estudo procura sobretudo identificar preferências quanto às funções não produtivas mais marcantes no concelho, seleccionando grupos diversificados de actores, que não estando directamente relacionados com a gestão das paisagens rurais, podem contribuir ou contribuem para a verdadeira multifuncionalidade.

E ainda Surová & Pinto-Correia (2008b), relativamente à paisagem de Montado, avaliaram a sua procura social, para as várias funções produtivas e não produtivas, entre diferentes tipos de utilizadores, com o propósito de desenvolver um método de tomada de decisão para proprietários de áreas de Montado. O recurso ao método de inquérito por entrevista utilizando questões abertas em conjunto com o uso fotografias como estímulo visual,

revelou-se neste estudo particularmente útil, para um melhor entendimento dos vários pontos de vista dos utilizadores, e posteriormente, para a identificação das características da paisagem mais valorizadas pelos diferentes grupos de utilizadores.

Em 2008, Ana Lavrador no estudo “Paisagens de Baco” analisou valores, atitudes e comportamentos de um público diversificado (representativo dos actores sociais), face às paisagens e à sua gestão, assim como a identidade reconhecida a cada região, com base em inquéritos. Este estudo diferencia-se de outros pelo facto de apresentar uma abordagem integradora dos três conceitos de acção de comunicação: a identidade, a percepção e a representação.

Com recurso a inquéritos apoiados em fotografias surgem Pinto-Correia, *et al* (2010a), com o estudo que revela quais são as áreas de paisagem, e dentro delas, quais os padrões de cobertura do solo preferidos pelos diferentes utilizadores, tendo em conta a sua actividade, e quais são os elementos da paisagem que influenciam escolhas. Ainda Pinto-Correia, *et al* (2010b) discute a abordagem metodológica dos inquéritos baseados em fotografias, associada a dois diferentes estudos sobre as preferências de paisagem realizados nas paisagens de Montado, nos quais se recorreu à manipulação de imagens, como forma de controlo da variabilidade subjacente a estas paisagens. Os autores consideram que o uso de fotografias como estímulo visual aumenta a curiosidade dos inquiridos e reforça o seu interesse pelas questões formuladas. Com a ressalva de que a qualidade da manipulação é determinante, para que os inquiridos tomem como reais as fotografias manipuladas, o que permite a sua correspondência a situações reais e aumente a sua confiança no inquérito.

Na sucessão de estudos baseados nas preferências do público, constata-se que a avaliação das paisagens feita pelo público (e mesmo entre diferentes públicos) é quase sempre distinta da dos especialistas (Van der Berg, 1998; Brush *et al*, 2000; Silva, 2002; Ryan, 2006; Rambonilaza & Dachary-Bernard, 2007). Esta divergência de resultados torna mais difícil o planeamento, ainda mais se este, é apenas feito de acordo com ideias defendidas por quem tem

a responsabilidade de tomar as decisões. Desta forma, para que o planeamento seja bem sucedido, os diferentes interesses devem ser cuidadosamente considerados e medidos de forma apropriada (Van der Berg, 1998).

Actualmente, os investigadores começam a encarar o público como consumidor do espaço, assumindo que diferentes grupos de consumidores têm diferentes preferências, sendo este aspecto decisivo no estudo da paisagem como recurso. Estas preferências são o reflexo da utilidade e usufruto desses espaços, estando por isso, associadas à realização de necessidades (Silva, 2002).

Foi nesta linha de pensamento que se decidiu neste estudo, avaliar as preferências relativas aos Percursos Ambientais junto dos seus utilizadores. Isto, na tentativa de reunir informação com o objectivo de ajudar ao processo de planeamento, desenvolvimento e gestão deste percursos com múltiplos usos. Informação credível e objectiva relativa aos benefícios e problemas associados a estes espaços é essencial, para que propostas de gestão possam ser avaliadas objectivamente. Desta forma, este estudo foca-se primeiramente em revelar as preferências e anseios dos utilizadores, de forma a caracterizar a demanda por este tipo de espaços de recreio.

Apesar de estes percursos serem entendidos como benefício para os utilizadores, podem não o ser exactamente para os proprietários e chefes de exploração das propriedades adjacentes. Os proprietários ficam frequentemente preocupados quando usos não ligados à produção se sobrepõem e podem de alguma forma levar à alteração na exploração das suas actividades. Tal preocupação deve-se aos proprietários/chefes de exploração frequentemente pensarem na gestão da terra exclusivamente para produção. Esta preocupação pode manifestar-se sob forma de oposição frente a um proposto desenvolvimento de usos de recreio (Lindsey *et al*, 2006; Ivy & Moore, 2007).

Estudos que incidem sobre estas as posições e atitudes de chefes de exploração quanto a estratégias de gestão e conservação das paisagens, revelam que por um lado, a parte económica é geralmente tomada como o principal factor na tomada de decisão dos chefes de exploração, mas também, segundo Schrader (1995) estes são também influenciados perante questões ambientais. Plieninger *et al* (2004), numa investigação em dehesas, corrobora as conclusões de estudos anteriores, sugerindo que a maioria dos proprietários e chefes de exploração consideram importante a protecção dos espaços naturais e valores cénicos das paisagens, no entanto, o conceito de “ambientalismo” é muitas vezes rejeitado em detrimento das pressões económicas. Os autores concretizam assim a existência de dois factores que orientam a mentalidade e atitude dos proprietários e chefes de exploração: a tradição e os incentivos económicos.

Para confirmar ou contrariar os pressupostos de conflito de interesses, é necessário que os proprietários sejam contactados e questionados, como forma de obter informação credível e relevante, para que propostas de novos troços ou extensões dos existentes, possam ser avaliadas imparcialmente, levando em conta as opiniões e interesses de ambas as partes interessadas, proprietários e utilizadores.

1.4. Estrutura do Trabalho

O presente trabalho está organizado em dez capítulos, onde se inclui a presente Introdução.

No segundo e terceiro capítulos, documentam-se os principais conceitos e estudos relativos à Procura e Oferta de Espaços Verdes de Recreio, qual a sua importância, enquadramento internacional e nacional e ainda o seu planeamento e gestão.

O quarto capítulo, caracteriza-se pela introdução de alguns conceitos relacionados com a dinâmica da paisagem multifuncional e o ecossistema de Montado onde os Percursos Ambientais se integram.

No quinto capítulo, da Metodologia, introduz-se o método utilizado no desenvolvimento do presente estudo e descrevem-se os procedimentos e referências bibliográficas que permitiram o seu desenvolvimento.

No sexto capítulo, é feita a caracterização e enquadramento dos vários Percursos Ambientais na envolvente de Évora, e a sua avaliação.

O capítulo sete revela os resultados dos inquéritos feitos aos utilizadores dos Percursos de Monfurado e posteriormente aos utilizadores da Ecopista, confrontando as diferentes opiniões.

No capítulo oito, são revelados os resultados das entrevistas aos chefes de exploração de propriedades localizadas nos Percursos de Monfurado e Percurso do Aqueduto da Água de Prata.

No nono capítulo, realiza-se uma reflexão sobre os resultados deste trabalho, apresentando uma visão esquemática de futuros desenvolvimentos e orientações de planeamento e gestão dos percursos.

O décimo e último capítulo é destinado às Considerações Finais, que distinguem as principais e mais relevantes conclusões, discute a consecução dos objectivos inicialmente propostos e o que fica por fazer numa futura prossecução do estudo. São ainda tecidas algumas considerações quanto à experiência de aprendizagem.

2.

ESPAÇOS PERIURBANOS VERDES DE RECREIO



Os espaços verdes periurbanos caracterizam-se pelo contacto entre os sistemas artificiais e os naturais constituindo-se, muitas vezes, como elementos fundamentais da ligação entre diferentes habitats. A funcionalidade destes espaços é no entanto, muito maior que a simples ligação cidade – campo.

2.1. Funcionalidade dos Espaços Verdes Periurbanos

Os espaços verdes próximos das cidades, sejam florestas, matas, galerias ripícolas, ou pastagens, são importantes a nível ecológico, económico e também social.

Ecologicamente, estes espaços são essenciais para o controle do microclima, contribuindo para a sua amenização, através das suas propriedades de termorregulação, controle da humidade, controle das radiações solares, absorção de CO₂ e aumento do teor em O₂, protecção contra o vento e protecção contra a erosão. Assim como a manutenção e equilíbrio dos habitats.

Ao nível económico, para além das funções de produção ligadas à agricultura, pastorícia e silvicultura, estes espaços constituem-se também em algumas zonas, como espaços de exploração cinegética, apicultura, apanha de cogumelos e ervas aromáticas, turismo, entre outras actividades.

Desempenham ainda funções culturais, de integração, de enquadramento, didácticas, de lazer e recreio. O interesse cultural do espaço verde periurbano pode sintetizar-se na possibilidade de incentivar as pessoas à apreensão e vivência dos objectos e dos conjuntos em que se organizam. A observação e contemplação da vegetação, possibilitam a percepção da sequência do ritmo das estações, e de outros ciclos biológicos, o conhecimento da fauna e flora espontânea e cultivada, o conhecimento dos fenómenos e equilíbrios físicos e biológicos (Fulgêncio, 2001).

2.2. Actualidade e Tendências

As áreas urbanas estão a expandir-se e a aumentar em número por toda a Europa e noutras partes do Mundo. As Nações Unidas estimam que aproximadamente 80% da população dos países desenvolvidos vive já nas zonas urbanas e a previsão é que em 2030, este número chegue aos 84%. Na Europa, os países das zonas Norte e Oeste estão entre as regiões mais urbanizadas do mundo (acima de 82%); valores mais baixos, mas ainda assim preocupantes, encontram-se na Europa de Leste e Sul, que atinge valores de 72% e 67%, respectivamente (United Nations).

A rápida expansão nas últimas décadas, trouxe mudanças na qualidade do ambiente urbano, que levam a preocupações relativamente à qualidade do ar, poluição sonora e congestionamento de tráfego. (European Environment Agency).

Mais ou menos artificiais, adaptados ou silvestres, os espaços verdes, em particular, os espaços de recreio em áreas verdes junto aos aglomerados urbanos, têm actualmente e mais do que nunca, uma importância vital para o bem-estar das populações urbanas, actuando como mitigadores dos efeitos adversos relacionados o desenvolvimento urbano e industrial.

2.3. Factores Impulsionadores da Procura de Espaços Verdes para Recreio

Ao longo das últimas décadas, assiste-se na Europa e na América do Norte, e mais recentemente em Portugal, a um aumento progressivo da procura e frequência dos espaços verdes para o desempenho de actividades de recreio e de lazer, fundamentalmente por populações urbanas.

Este aumento enquadra-se, nas modificações no comportamento social e político, derivadas da transformação de valores e estilos de vida das sociedades actuais, das quais Bell *et al* (2007) destacam:

- As **alterações demográficas**, incluindo a maior esperança de vida e constituição tardia de família e menos filhos por casal, resultam num maior tempo para recreio e lazer.
- Com o desenvolvimento económico, surgem **sociedades prósperas**, logo, mais propensas a gastar mais, em actividades de tempos livres.
- Uma sociedade cada vez mais preocupada com a **saúde física e mental**.
- Crescente **consciencialização para questões ambientais actuais**, como o aquecimento global e o impacto negativo das emissões de gases pelos veículos motorizados ou ainda o desenvolvimento sustentável e a importância de reciclar, levam as pessoas a uma maior preocupação com ambiente e a passar mais tempo a usufruir e apreciar os espaços verdes.

Ter conhecimento sobre estas tendências, permite aos planeadores, decisores e empresários mudar a oferta de recreio e turismo a fim de atingir esta procura. No entanto, esta procura tem que ser vista num contexto de constantes mudanças e a sensibilidade dos ecossistemas, onde as actividades de recreio e turismo se desenvolvem e evoluem (Bell *et al*, 2007). Combinados assim, todos os factores e tendências, surgem oportunidades que levam estes locais a tornarem-se atractivos para o recreio e lazer.

2.4. Recreio em Espaços Verdes

2.4.1. Procura de Espaços Verdes para Recreio

Um valor superior a 70% de entre as diferentes populações dos países da OCDE participa hoje em actividades de lazer no campo. Mais importante ainda é o facto do viajante se afastar cada vez mais, das zonas tradicionalmente mais turísticas, para as mais diversas zonas silvestres, libertando-se das grandes estâncias turísticas e optando pelas zonas rurais.

O campo representa um dos mais importantes recursos de recreio para o público dinamarquês, com 96% da população a deslocar-se às zonas rurais para fins de recreio, pelo

menos uma vez por ano (Højring, 2002; Sievänen *et al*, 2008). Números semelhantes são registados na população de Helsínquia, da qual 97% dos residentes afirmam participar em actividades de recreio ao ar livre (Neuvonen, 2007) e ainda na Suécia, onde cada pessoa visita uma floresta local regularmente, com uma frequência de uma a duas vezes, em cada duas semanas. (Hörnsten, 2000)

Em termos do tipo de procura, relativamente às actividades perto de casa, os residentes de Helsínquia privilegiam, o andar para fins de saúde e prazer (90% dos inquiridos). Outras actividades populares são o andar de bicicleta, passear o cão, correr e outras actividades ao ar livre com as crianças. O montanhismo, nadar em águas naturais e a pesca representam as actividades mais referidas num espaço mais abrangente, mas também próximo da área de residência (Neuvonen, 2007).

Nos EUA, o aumento de participantes surge nas actividades de passeio/andar, ver a paisagem (*sightseeing*), nadar, fazer picnics e andar de barco. Em geral, a frequência em actividades ao ar livre tradicionais como, o montanhismo e o campismo continuam a crescer moderadamente, enquanto actividades como a caça, apresentam um certo declínio. Novos tipos de actividades como, a observação de fauna silvestre e actividades motorizadas (e.g. *jetskiing*) têm crescido em popularidade.

2.4.2. Oferta de Espaços Verdes para Recreio

Uma Oferta adequada de espaços naturais para recreio está eminentemente dependente do tipo de procura dos mesmos, já que, as pessoas só se deslocarão até estes, se oferecerem condições para um usufruto de qualidade. Actualmente estes espaços são cada vez mais necessários e fortemente reclamados pelas populações. No entanto, há que ter em conta as necessidades e anseios destas.

Como registado no Reino Unido (*Forestry Commission [2002] Forestry Statistics*), as visitas a florestas ocorrem mais frequentemente, se este espaço se encontrar perto da área de residência. De facto, 59 % das florestas visitadas estão localizadas num raio de oito quilómetros de áreas residenciais, para além desta distância as visitas decrescem marcadamente.

Num estudo de opinião pública sobre as Florestas (2002/3 Great Britain Day Visits Survey), realizado por associações ambientais da Grã-Bretanha, entre 2002 e 2003 a grupos de cidadãos dos países abrangidos, revelou que, 67 % dos inquiridos afirmou que gostaria de ter mais florestas acessíveis na sua região. Em complemento, 90 % dos inquiridos indicou como razão para que o sector das florestas seja sustentado por dinheiros públicos, o facto de as florestas serem “um bom lugar para passear”. As florestas são sem dúvida um local de passeio popular, já que 40 % das pessoas questionadas tinha visitado uma floresta nesse ano e 8% nas últimas duas semanas. Este estudo, averiguou ainda que a visita às florestas é preferencialmente feita a pé, isto por 57 % das respostas (Natural England).

Com o objectivo de proporcionar mais locais de recreio junto das populações, a Woodland Trust (Associação de Conservação das Florestas) aspira a que nenhuma pessoa, viva a menos de 500 m de pelo menos uma floresta/área verde com pelo menos 2 ha de dimensão e que haja pelo menos uma florestal/área verde de pelo menos 20 ha num raio de 4 km de áreas residenciais.

É nesta linha de pensamento, que o Parlamento Europeu sugere que a Comissão Europeia incentive e colabore com as autoridades de cada país, para que o planeamento urbano inclua uma maior oferta de espaços verdes e que nos processos de expansão de novas urbanizações se deixem amplos espaços verdes, a fim de facilitar o convívio dos cidadãos com a natureza.

2.5. Procura e Oferta de Espaços Verdes de Recreio em Portugal

Dos estudos realizados em Portugal, sobre o tipo de procura e motivações do público face ao usufruto dos espaços verdes de recreio destacam-se, os seguintes:

Da investigação de Kastenholz (2003) realizado entre 1998 e 1999, no âmbito de um estudo de mercado de turistas em áreas rurais do Norte do País, surgem quatro segmentos de procura, segundo perfil motivacional, aos quais a autora denominou de:

- **“entusiastas rurais calmos”**: (31% da amostra) que são particularmente entusiastas do espaço rural, manifestando uma visão romântica do mesmo, procurando o “autêntico”, o património cultural, o ambiente despoluído e calmo, a proximidade com a natureza e a integração num estilo de vida mais tradicional e rural;
- **“entusiastas rurais activos”**: (26% da amostra) são também motivados pelo rural, natural e tradicional, mas mais interessados em actividades recreativas e desportivas e em oportunidades de convívio;
- **“os simples”**: (21% da amostra) procuram principalmente um ambiente natural, despoluído e tranquilo e não valorizam infra-estruturas turísticas, nem o convívio, nem aspectos culturais, receando, pelo contrário uma certa “urbanização” do espaço rural;
- **“urbanos”**: (22% da amostra) não demonstravam uma grande apetência pela ruralidade nem pelo destino visitado, procurando infra-estruturas de maior escala, divertimentos e uma variedade de atracções e actividades, eventualmente incompatíveis com um destino rural “autêntico” e calmo.

Estas procuras e motivações estão associadas a aspectos e valores ambientais e culturais actualmente reconhecidos, despertados pela degradação dos meios urbanos e a maior consciencialização e sensibilidade ambiental (Kastenholz, 2003).

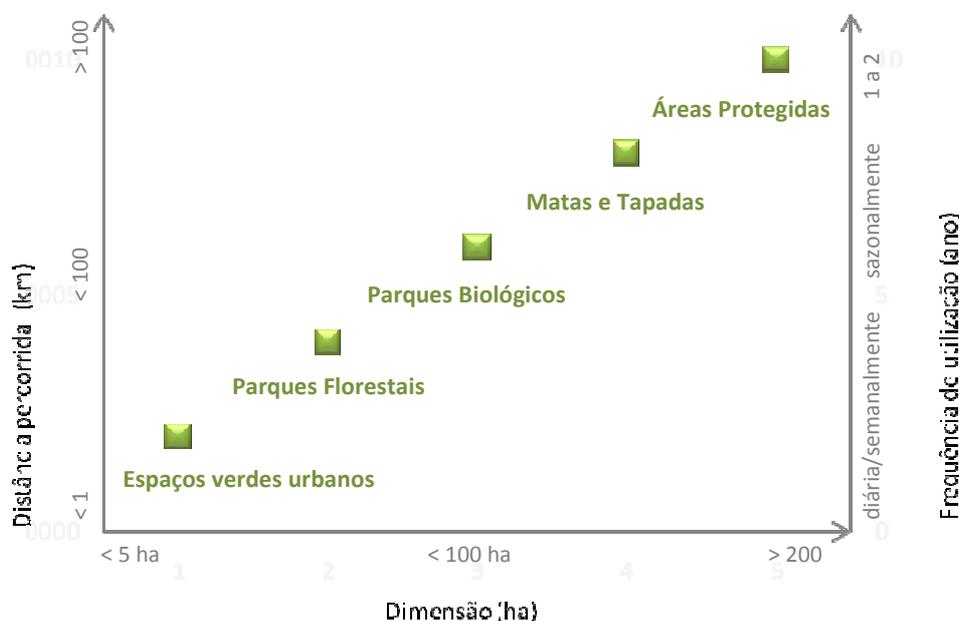


Figura 1. Tipologia dos espaços florestais de recreio segundo a sua dimensão, distância percorrida na deslocação, e a frequência de utilização. (adaptado de Ribeiro *et al*, 2005)

Mais recentemente, Surová & Pinto-Correia (2008b), avaliaram a procura social das paisagens de Montado, para as várias funções produtivas e não produtivas, entre diferentes tipos de utilizadores, com o propósito de desenvolver um método de tomada de decisão para proprietários de áreas de Montado. Deste estudo, resultou que a importância das características da paisagem não é a mesma para todos os grupos de utilizadores, e que são directamente influenciados pela actividade ou uso que elas representam. Como exemplos evidenciam-se:

- os **chefes de exploração**, que valorizam os padrões de Montado alinhado, sem arbustos e que permitam um acesso mais fácil para a mecanização.
- os **caminhantes nacionais** valorizam padrões de Montado limpo, juntamente com a presença de gado e estrutura irregular de árvores, frequentemente associada à gestão tradicional.

- em oposição, os **caminhantes estrangeiros**, privilegiam padrões do Montado com presença arbustos com, aqui associada a uma experiência de diversidade.

A Oferta de espaços verdes de recreio enquadra-se em diferentes culturas florestais, distinguindo-se quanto ao tamanho e carácter, utilização tradicional e o seu lugar na cultura de cada país, as florestas europeias, enquanto espaços de recreio têm uma função social marcante, na oferta de espaços de recreio, mas também saúde e bem-estar, e ainda em aspectos mais amplos de qualidade de vida (Ribeiro *et al*, 2005).

No sul da Europa, muitas áreas florestadas, correspondem a sistemas silvopastoris, e portanto povoamentos mais difusos que lhes conferem certos constrangimentos e limitações.

Em Portugal, a cultura do lazer e recreio cresceu no último século, à parte das florestas e de outros espaços verdes, privilegiando as praias. No entanto, parece que a tendência tem vindo a mudar pois, é cada vez mais visível a apropriação por parte das populações de espaços verdes nos seus tempos de recreio e lazer, especialmente nas cidades, assim como a adesão a iniciativas como as mini e meias maratonas, passeios pedestres organizados entre outras acções realizadas um pouco por todo o país.

No âmbito da Acção COST E33, cujo memorando de entendimento, Portugal assinou no ano de 2004, foi realizado um estudo de identificação e demanda por espaços naturais para recreio.

As principais estruturas florestais de uso recreativo em Portugal foram contextualizadas em função da sua extensão e acessibilidade, bem como da frequência de utilização, segundo a Figura 1. Deste estudo, surgiu então uma distinção do tipo de espaços naturais de recreio existentes em Portugal (Ribeiro *et al*, 2005).

Com menor dimensão e mais acessíveis surgem, os **pequenos espaços verdes urbanos** arborizados (praças e jardins públicos) presentes em cidades e vilas portuguesas, maioritariamente usados pela terceira idade e geridos pelos serviços dos respectivos municípios.

Algumas dessas cidades incluem também os denominados **parques florestais**, propriedade dos departamentos locais dos serviços florestais, os quais assumem a sua gestão; o exercício físico e o passeio são as principais razões para a sua procura, maioritariamente pela população adulta activa.

Nos últimos anos têm surgido os **parques ecológicos ou biológicos**, planeados para fins educativos, são estruturas utilizadas principalmente pelas camadas mais jovens da população.

Algumas **Matas e Tapadas Nacionais**, maioritariamente localizadas ao longo da costa atlântica, são procuradas por turistas nacionais para lazer como picnic e campismo.

E por fim, as **Áreas Protegidas** (Parque Nacional, Parques Naturais e Reserva Naturais) que se distribuem por todo o território nacional, e que proporcionam hoje em dia áreas cada vez mais atractivas para um turismo crescente nacional e estrangeiro, especialmente de Natureza, usufruído maioritariamente por um público jovem ou adulto em idade activa.

Este estudo concluiu, que o recreio associado aos espaços florestais em Portugal, beneficia de uma distribuição regular do seu importante coberto florestal, de hábitos de acesso livre ao espaço privado, e uma procura crescente destes espaços para o lazer e recreio quotidiano da população.

Há no entanto neste estudo uma ressalva a ser feita, relativamente ao acesso livre a espaços privados. Tendo em conta que muitos espaços florestais em Portugal compartilham outros usos, como a agricultura e a pecuária, nem todos estão disponíveis para o público, já que encerram bens privados e por isto, encontram-se muitas vezes vedados. O caso do Montado, predominante em toda a região do Alentejo, mas também presente na Serra Algarvia e Beira

Interior, é particular. Aqui o uso é agrosilvopastoril, ou silvopastoril. O aproveitamento florestal é acompanhado por produção pecuária e ainda por vezes, culturais anuais.

Do mesmo estudo, são referidos como deficiências, a não integração e regulação dos usos recreativo das florestas nos seus planos de gestão e exploração, com consequências na sua acessibilidade e risco de incêndio.

2.6. Percursos Pedestres, Ciclovias e Ecopistas

Para além dos espaços referidos, com a mudança de tendências sociais e consequente consciencialização dos políticos e decisores da necessidade de oferecer espaços de recreio e lazer próximos das cidades, têm vindo a ser concretizados por todo o território nacional inúmeros projectos de **percursos pedestres, ciclovias e ecopistas**.

Tendo em conta as particularidades de cada um destes projectos, há que esclarecer e distinguir alguns conceitos relativos a cada tipo de projecto.

O desenvolvimento e marcação de **percursos pedestres** surgem da popularização e crescente procura de espaços para a actividade de Pedestrianismo, enquanto actividade de lazer.

O passeio pedestre foi inicialmente uma actividade de grupos de pessoas que habitavam na cidade, e que organizados em clubes e associações faziam dos trilhos um terreno de jogo sem limites. A única regra válida era o prazer de andar, de percorrer estes caminhos que pareciam irremediavelmente condenados pela evolução da agricultura e da economia rural (Zimmer & Grassmann, 2001).

O passeio pedestre é actualmente uma actividade largamente praticada em todos os países desenvolvidos. A implantação destes percursos iniciou-se em França no pós-guerra, chegando a Portugal nos anos oitenta. Actualmente, registados e homologados, existem

sessenta e quatro pequenas rotas e catorze grandes rotas (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal).

Esta actividade abrange práticas muito diferentes, que vão desde a simples marcha a pé até caminhadas de natureza desportiva. Segundo um estudo do English Tourist Board, 80% dos turistas passeiam a pé durante as férias, ocupando assim o passeio pedestre um lugar preponderante nos tempos livres dos turistas europeus durante as suas férias de Verão. Tendo em conta a diversidade do mercado de passeio pedestre, esta actividade recruta adeptos em todas as categorias da população, não parecendo existir um perfil típico do caminhante, no entanto, aparecem grandes tendências: o número de passeantes (ou de “pequenos” caminhantes) é muito mais elevado do que o de caminhantes desportivos ou itinerantes; na Alemanha, 50% dos caminhantes são mulheres e mais ainda em França; é geralmente usufruído em família; é a actividade eleita entre as pessoas com mais de 50 anos; e os praticantes pertencem geralmente às camadas socioeconómicas médias e superiores da população (Zimmer & Grassmann, 2001).

Em Portugal, compete à Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal a implantação de percursos pedestres e a sua homologação, nos termos expressos no Regulamento de Homologação aprovado a 16 de Março de 2006. Segundo este Regulamento, os Percursos Pedestres deverão ter em conta certas regras de sinalização (Figura 2), adaptadas à sua forma, dimensões e características intrínsecas. Os percursos são ainda classificados tendo em conta a sua função, a sua forma, o seu grau de dificuldade, os recursos usados na



Figura 2. Sinalética de indicação utilizadas nos Percursos de Pequena Rota; nos Percursos de Grande Rota, a cor amarela é substituída pela branca. (Fonte: Braga, 2006)

interpretação ambiental e a sua extensão (de Pequena Rota, para trilhos com menos de 30 km e de Grande Rota, para os restantes).

Com a homologação de percursos pedestres pretende-se garantir a qualidade de instalações para a prática do pedestrianismo, bem como a segurança dos praticantes e a protecção do meio onde a modalidade se realiza. O Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres vem permitir a objectividade, a transparência, a uniformização e o rigor dos processos de implantação e desenvolvimento do pedestrianismo (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal).

Quanto às **ciclopistas** ou **ciclovias**, se inicialmente surgiram nas zonas urbanas como espaços exclusivos para utilização pedestre e ciclável, no sentido de proporcionar mais mobilidade a peões e ciclistas, neste momento a sua função vai muito para além da facilitação de mobilidade. Estas vias são agora pensadas no sentido de criar rotas de passeio não motorizado, de lazer, de desporto e de contacto com a natureza.

São neste momento inúmeros os projectos implementados por todo o país, com diferentes designações, características e enquadramentos. Algumas implementadas nos principais acessos às cidades, outras fazendo ligação a pontos de interesse (Figura 3).



Figura 3. (a) Ciclovias de Torres Vedras **(b)** e Guincho
(Fonte: www.cm-tvedras.pt e www.cm-cascais.pt)

Nos últimos anos surgiu um novo conceito, o de **ecopista** ou **pista verde**. Os Projectos de ecopistas, à semelhança do que é feito em países como os E.U.A, França, Inglaterra e Espanha, caracterizam-se por serem infra-estruturas praticamente ininterruptas, fáceis, seguras e agradáveis de percorrer e cujo traçado é facilmente reconhecido pelas suas características físicas e pelo modo como se inserem na paisagem (REFER).

Em Portugal, as ecopistas (Figura 4) são concebidas como percursos na natureza, sobre antigos ramais ferroviários desactivados. De uma forma geral, percorrem zonas rurais ou naturais com interesse paisagístico, sendo o seu piso permeável, de terra batida ou saibro, para manter essa característica de caminho rural. Nos troços urbanos em que também se desenvolvem, o pavimento é impermeável (em asfalto ou betão), e tendo em conta os obstáculos, como cruzamentos com vias rodoviárias.

Com as ecopistas, a REFER pretende aderir à Rede Europeia de Vias Verdes (que reúne hoje em dia vários países europeus) e, em consequência, vir a tornar-se membro da Associação Europeia de Vias Verdes.

A nomenclatura de ecopistas (ou vias verdes, voies vertes, voies douces ou greenways, nos vários países associados), segundo a Asociación Europea de Vías Verdes (AEVV) exige que os trilhos se adaptem a certos critérios, de forma a facilitar o seu acesso e a sua utilização pelo maior número possível de utentes, nomeadamente:

- Declives inferiores a 3%;
- Interdição a veículos motorizados;
- Independência em relação a outras vias de circulação;
- Reduzido número de cruzamentos com outras estradas;
- Continuidade do uso público da via.

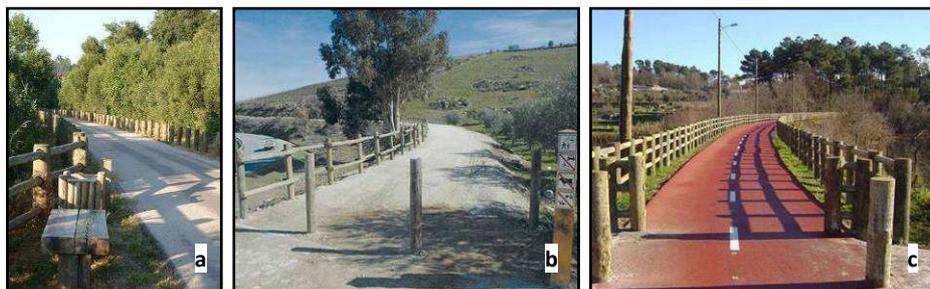


Figura 4. Ecopistas **(a)** do Minho, **(b)** do Sabor e **(c)** de Viseu.
(Fonte: REFER e www.cm-viseu.pt)

Desta forma, as ecopistas distinguem-se dos percursos pedestres, pela acessibilidade, comodidade e segurança. Conceptualmente, estas vias são públicas, acessíveis a todos e sem restrições de aptidão física. O seu desenho contempla a sinalização de indicação e informação e serviços de apoio adequados. A manutenção frequente, segura que os pavimentos e equipamentos mantêm a sua funcionalidade (Ângelo, *sd*)

Neste contexto, a REFER pretende converter em ecopistas os cerca de 800 quilómetros de linhas-férreas desactivadas de que é proprietária, para devolver aos cidadãos a oportunidade de desfrutar de um património que é reflexo do país, aproximando, em simultâneo, o cidadão da natureza. Em última análise, a REFER pretende conseguir agregar políticas, vontades, interesses, criando um novo produto turístico em Portugal que sirva todas as regiões e as comunidades locais.

2.7. Relevância destes projectos

Para além destas iniciativas, muito pode ainda ser feito para proporcionar espaços de recreio e lazer adequados às populações, com principal relevância para os sectores da população que não têm fácil acesso a espaços diversificados de lazer, especialmente nas áreas urbanas e periurbanas.

Estes espaços devidamente enquadrados, podem ainda ser vistos como produtos ecoturísticos e desta forma como vias para a dinamização do sector dos serviços e o desenvolvimento de zonas rurais, como já acontece nos EUA e alguns países europeus (onde se inclui por exemplo, a Espanha).

A actual promessa de possível contribuição para o desenvolvimento local, utilização sustentável dos ecossistemas e protecção do património, tornam estes espaços muito apetecíveis para as Autarquias e outras Entidades promotoras, no entanto, há que salvaguardar a necessidade de valorização qualitativa dos mesmos, para que sejam encaradas todas as suas dimensões.

3.

**PLANEAMENTO E GESTÃO
DE ESPAÇOS VERDES
PERIURBANOS DE RECREIO**



3.1. Planeamento de Espaços de Recreio

Sidónio Pardal (2004) referindo-se às florestas como espaços de recreio, defende que um espaço verde de uso múltiplo deverá “apresentar uma combinação harmoniosa de objectivos paisagísticos, ecológicos, económicos e lúdicos.”

A forma como os espaços de recreio são desenhados, planeados e concretizados vai influenciar a sua utilização e os seus utilizadores. É portanto imperativo, que se tenham em conta as várias dimensões – **Ambiental**, **Social** e **Funcional/Económica** – inerentes a estes espaços multifuncionais.

Em relação à **Dimensão Ambiental**, há a ter em conta, o equilíbrio ecológico, que não deverá ser destabilizado pelas funções de recreio ou outras. Se por outro lado, estes espaços já não possuem este equilíbrio, o desenho e planeamento, deverá contribuir para a melhoria das áreas naturais e desenvolvimento sustentável das áreas e comunidades adjacentes. Esta dimensão, torna-se particularmente relevante, quando se trata de espaços protegidos e classificados, para onde existem orientações e regras de gestão específicas.

A **Dimensão Social** tem que considerar as comunidades locais e a forma como estas se relacionam com estes espaços. Se o espaço de recreio beneficiar toda a comunidade, todos os grupos dentro dessa mesma comunidade devem ser consultados e as suas necessidades consideradas. No entanto, a procura de um espaço de recreio periurbano pode mudar ao longo do tempo, logo o desenho do mesmo deverá ter em conta estas mudanças, conseguindo manter os elementos tradicionais importantes e de herança cultural contidos nos recursos existentes (Bell *et al* 2001 *in* Konijnendijk & Schipperijn, 2003).

Quanto à **Dimensão Funcional/Económica**, foca-se nos diferentes usos do solo e as actividades humanas com proveitos económicos. Diferentes usos, geram conflitos e daí é importante, que se faça um balanceamento e harmonização de procuras competitivas, assim

como a contabilização dos valores que daí advêm, sejam eles, de uso ou não uso, de funções económicas, sociais e/ou ambientais.

A implementação de zonas de recreio em espaços verdes, e mais especificamente, nos espaços silvestres, terá de ser direccionada para o encontro de equilíbrios, para que os impactos sejam minimizados, onde as pessoas, enquanto visitantes, são parte do ecossistema (Scottish Natural Heritage, 2006). Um bom planeamento deverá então ter em conta, todas as dimensões do espaço, identificando potenciais conflitos para assim, evitar problemas a longo prazo.

O planeamento de um espaço para o recreio deverá ainda incluir: uma análise das estruturas de recreio já existentes na área; o enquadramento, posicionamento e adaptabilidade do local; e a análise dos padrões de recreio, considerando maneiras de como estes podem mudar qualitativamente e quantitativamente (Scottish Natural Heritage, 2006).

Quanto ao desenho, o planeador deverá ter em conta, o interesse dos espaços naturais para o visitante que os procura, que se prende principalmente com a expressão paisagística, a fruição de vistas panorâmicas e o enquadramentos de percursos, estando fora de questão a artificialização destes espaços. A utilização da paisagem deverá processar-se a partir de percursos (caminhos, estradas, rios), devidamente preparados para proporcionar conforto, segurança e uma percepção que corresponda com autenticidade ao imaginário poético e à funcionalidade prática do caminhante (Pardal, 2004).

Como alterações que transformem e perturbem os ecossistemas não são desejáveis, Sidónio Pardal (2004) lembra que os visitantes ou turistas que procuram espaços silvestres para recreio e turismo, não podem ter uma relação aleatória e livre com o meio, sendo que uma correcta ordenação do território deve desmotivar o acesso público a todas as áreas dos espaços naturais, sem necessidade de estabelecer interdições absolutas. Basta para isso, que o público possa circular a pé ou de bicicleta e seja proibida a circulação automóvel.

3.2. Espaços de Recreio Peri-urbanos

O espaço periurbano constrói-se entre o espaço rural, com insuficiências demográficas e o espaço urbano, muitas vezes sobrepovoado. Esta zona de confronto, geralmente pouco planeada e desordenada é quase sempre geradora de conflitos de uso. É portanto necessário, que os projectos de espaços de recreio integrem a gestão dos espaços naturais e agrícolas/florestais em relação às extensões urbanas, numa perspectiva de gestão sustentável dos recursos existentes e respeitando representações e expectativas das populações que habitam esses territórios.

Ao planear estes espaços de recreio é importante articulá-los com os elementos do sistema urbano, de modo a poder explorar as relações de vizinhança entre o uso silvestre e o uso urbano. Os espaços peri-urbanos de recreio, pelo carácter de proximidade com aglomerados urbanos deverão estar apoiados em elementos de carácter urbano, infraestruturas e serviços, acessíveis através de percursos e estadias, para que sejam proporcionadas estadas confortáveis e seguras (Pardal, 2004).

O planeamento destes espaços deverá então começar a partir do espaço urbanizado, concebendo ligações harmoniosas com os territórios rurais – quer sejam eles silvestres, florestais ou agrícolas – que respeitem e valorizem estas zonas, não só ao nível ambiental, mas também, sócio e economicamente.

3.3. Constrangimentos à Oferta de Espaços Verdes de Recreio

3.3.1. Conflitos de Uso

Uma questão importante na Oferta de espaços naturais de recreio, prende-se com os **conflitos de usos**, ou seja, conflitos que surgem das incompatibilidades entre o recreio em espaços silvestres e a gestão sustentável dos recursos e paisagens e ainda conflitos entre diferentes utilizações destes espaços.

O projecto COST E33¹: Forest Recreation and Nature Tourism (já referido no anterior capítulo) procurou identificar os principais conflitos por incompatibilidade da função de recreio em florestas e outras funções decorrentes destes espaços em vários países europeus (Pröbstl, *in* Bell *et al*, 2007). Foi pedido a cada representante dos países em estudo, que juntamente com especialistas de cada área, nomeasse os principais conflitos de uso, acautelado que não fosse tida em conta apenas uma opinião.

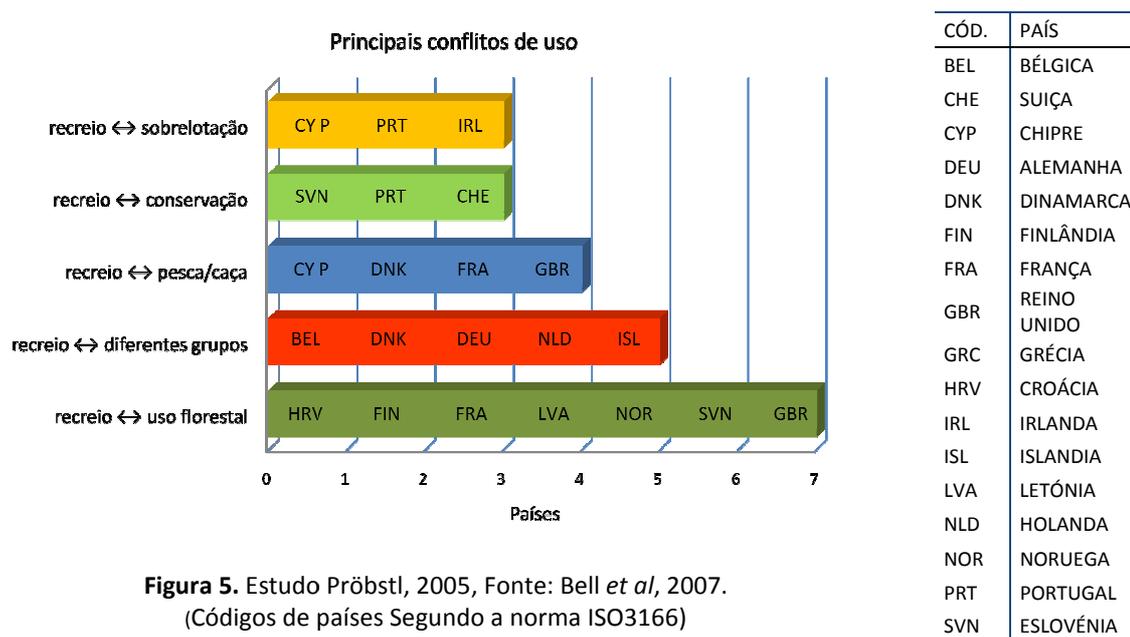


Figura 5. Estudo Pröbstl, 2005, Fonte: Bell *et al*, 2007.
(Códigos de países Segundo a norma ISO3166)

A Figura 5 resume os mais importantes conflitos, registados em diferentes países europeus. São evidentes as diferenças entre países como a Finlândia e a Noruega, tradicionalmente produtores de madeira, onde os conflitos se desenvolvem em volta dos usos económicos das florestas e a Dinamarca, a Bélgica e a Alemanha, países mais populosos, onde os conflitos surgem pela competição entre diferentes utilizadores das florestas para recreio. Já em Portugal, as relações conflituosas, surgem entre a conservação da natureza e o aumento da afluência em determinados espaços.

¹ Acção COST E33 tem como objectivo incrementar a qualidade da informação disponível para decisores e gestores florestais no que concerne aos benefícios do recreio e turismo, assim como de técnicas acessíveis para exploração dos benefícios derivados do recreio e turismo associado às florestas, a nível europeu.

Foram também identificados neste estudo, alguns dos problemas que dificultam a exploração destes espaços para o recreio nos países mediterrâneos. Entre outros, os despejos de entulho (prática habitual e banalizada pela sociedade em geral) e o elevado risco de incêndio pela insuficiente gestão das florestas, falta de cidadania e condições biofísicas e climáticas destas regiões.

3.3.2. Direito de Acesso e Direito de Propriedade

Uma das questões que pressupõe mais entraves à viabilidade e disponibilidade de espaços verdes para o público em geral é o **Direito de Acesso** e o **Direito de Propriedade**, isto porque os espaços públicos não são solução única para uma oferta de espaços naturais para recreio.

Em muitos países da Europa, o estatuto de acesso a propriedades privadas rege-se por acordos baseados em direitos e tradições directamente ligados em leis formais e convenções sociais reflectindo a sociedade na qual existem. Estes os acordos recaem sobre sociedades com sérias expectativas no acesso a propriedades privadas onde princípios como, o respeito e a responsabilidade estão implícitos, como é o caso dos Países Escandinavos, Escócia e Inglaterra (Acland, 2003). Derradeiramente porém, alguns países escolheram legitimar este estatuto na lei que rege o acesso público.

Na Suécia, o “*Allemansrätt*” (*Direito de Acesso Público* ou *Direito Para Todos*), está enraizado na sociedade, não havendo necessidade de legislar para o proteger (Mortazavi, 1997). Este conceito cresceu fora das práticas comuns, desde a Idade Média e é uma lei não escrita. É um pacote de direitos “não-definidos”, responsabilidades e obrigações, que permite passagem a pé por todos os tipos de terreno, o pernoitar e o direito à apanha de amoras, flores e cogumelos, assegurando que nenhum dano seja causado na propriedade. A estes espaços exclui-se, os pátios e jardins privados (a chamada “Home Peace Zone”) e zonas cultivadas. Este

conceito gera por vezes conflitos entre proprietários e utilizadores, pelo aumento do uso público e a tendência para a exploração comercial dos benefícios e esquecimento das obrigações (Acland, 2003).

Na Noruega, pelo “Allemannsretten”, as populações desfrutam do direito de acesso e passagem através de terrenos não cultivados nas zonas rurais. Este direito tradicional na sua origem encontra-se disposto em legislação desde 1957. Baseia-se, como na Suécia, no respeito e responsabilidade pelas zonas rurais, pelos proprietários, outros visitantes e pelo ambiente. A Lei do Recreio ao Ar Livre proíbe as vedações e outras barreiras erigidas para impedir o acesso público. O acesso público ao campo encontra-se ameaçado por determinados tipos de medidas de desenvolvimento e privatização. É no entanto, um dos objectivos nacionais, assegurar que toda a gente tenha a oportunidade de usufruir de actividades ao ar livre. Um dos objectivos nacionais da Noruega é assegurar a acessibilidade a áreas de recreio em meios silvestres e próximas dos locais em que as pessoas habitam. (Sítio oficial da Noruega)

Ao contrário dos países vizinhos, na Dinamarca os direitos de acesso público estão legislados e têm vindo a mudar ao longo dos anos em função da melhoria das oportunidades de acesso para o público em geral. A “ARA 1872” (Act on Restrictions in Access to Private Fields and Roads) e o “ANP 1937” (Danish Act on Nature Protection) e mais recentemente a revisão de “ANP 1992”, regulam o direito de acesso. É permitida a passagem em florestas, prados, estradas e caminhos privados, e ainda terrenos não cultivados e não vedados. Podem ser colhidas pequenas quantidades de bagas e cogumelos para consumo próprio. Desportos de bicicleta estão condicionados a estradas e caminhos e trilhos preparados para o efeito (Nordon Council of Ministers, sd). Como na Noruega, as oportunidades de acesso tem vindo a ser restringidas, pela redução de estradas de campo e do tamanho dos prados, charnecas e lodaçais levando à fragmentação das paisagens típicas deste país e à limitação das possibilidades de recreio ao ar livre (Højring, 2002).

Em Inglaterra e País de Gales, vigora o “ACT 2000” (*Countryside and Rights of Way Act 2000*) que implementa o Direito de Passear (*Right to Roam*) e que teve como objectivos, actualizar os direitos de acesso, fortalecer a legislação de conservação da natureza e facilitar a gestão das chamadas *Áreas de Extrema Beleza Natural* (AONB - Areas of Outstanding Natural Beauty). O ACT 2000 conferiu o direito de acesso a pé a todas as áreas marcadas em mapas formulados para tal, onde são delimitadas, todas as áreas acessíveis e restritas. Esta legislação prevê ainda uma série de regras e códigos de conduta para visitantes e proprietários (Portal Naturnet).

Um sistema semelhante é utilizado na Escócia. Promovido pelo “Land Reform Act 2003”, que formaliza a tradição escocesa de acesso livre, permitindo a passagem por todas as áreas, e ainda o pernoitar, isto sem que se causem danos ou interferências nas actividades rurais. Estão no entanto classificadas algumas restrições no acesso a edifícios e outros espaços privados. Esta legislação incumbe as autoridades locais da função de facilitar o acesso e provisão de assistência ao público (Acland, 2003).

Em França, os direitos de acesso e passagem restringem-se aos direitos de serventia e passagem a pé. Outros direitos de acesso público só estão disponíveis em reservas naturais e parques naturais e não é possível impor o direito de passagem a um proprietário que não o autorize (Acland, 2003).

O direito de propriedade estabelecido em Portugal é semelhante ao Direito Francês, onde a formalização do direito de passagem por um terreno privado é problemática, porque está sujeita ao acordo do proprietário ou da pessoa que explora os terrenos (Figura 6).

Ainda que exista uma tradição de passagem livre ocasional e o Código Civil reconhecer (no Art.º 1384) os atravessadouros com posse imemorial como domínio público, este estatuto nem sempre é reconhecido pelos proprietários.



Figura 6. Restrições à passagem em terrenos e caminhos privados, (a) e (b) acessos reservados a propriedades privadas e (c) proibição de passagem a motociclos.

No caso de implementação de projectos de recreio, se os proprietários se opuserem à passagem nas suas terras, é necessário analisar se existem meios jurídicos para os obrigar a ceder o acesso, e decidir se vale a pena iniciar um processo que é frequentemente moroso. Mesmo no caso de o proprietário dar o seu acordo, o ideal será sempre, formalizar esse acordo através de uma autorização de passagem. Esta convenção, devidamente redigida e assinada pelas duas partes, proprietário e organismo público, deve estabelecer os direitos e deveres de cada um (Zimmer & Grassmann, 2001), assim como um Código de Conduta do Visitante, como já existe em alguns países europeus.

Quando se trata de projectos que poderão eventualmente ter repercussões positivas para o proprietário, este pode com mais facilidade permitir o acesso ao seu terreno ou exploração. Church & Ravenscroftb (2008), num estudo sobre a resposta de proprietários florestais a incentivos financeiros para permissão da passagem ao público, numa zona urbanizada do sudeste de Inglaterra onde existe uma elevada procura destes espaços para o recreio, revelam que os subsídios financeiros são o principal incentivo na hora de se chegar a um entendimento em termos de acesso a uma propriedade privada. No entanto, a maioria dos proprietários não se move primariamente a razões económicas mas sim, em função dos objectivos destes esquemas de incentivo e de que forma estes se relacionam com a sua visão de gestão.

3.4. Planeamento Participado

Tradicionalmente, o planeamento ficava nas mãos de técnicos e decisores, conferindo-lhes total responsabilidade. Neste momento, reconhece-se que a participação pública na gestão do território é um factor preponderante para um desenvolvimento mais harmonioso do país (Pinto *et al*, 2005) e mais particularmente, de qualquer região, já que um planeamento de sucesso depende de veras da aceitação por parte do público, dos proprietários e outros interessados (Tress & Tress, 2003).

Entre as primeiras tarefas dos técnicos e decisores no caminho de uma maior consideração dos interesses dos proprietários e utilizadores, deverá estar a sensibilização e educação/formação, para a reflexão sobre o futuro (Tress & Tress, 2003), isto porque nem sempre o público está consciente e alerta para as repercussões positivas e negativas de se realizarem ou não, certas acções de planeamento.

Tendo em conta, que a participação constrói confiança, fortalece o acordo, cria expectativas realistas dos resultados e aumenta a satisfação, mais do nunca, planear com o envolvimento do público é essencial (Tress & Tress, 2003). Mais além, o planeamento inclusivo dá aos técnicos e decisores, acesso ao conhecimento e sabedoria comunitária/local, o que permite a produção de melhores planos e estratégias (Schrader, 1995; Tress & Tress, 2003; Ivy & Moore, 2007).

Em Portugal, apesar de o direito de participação na vida pública estar consagrado na Constituição da República (Art. 48º), os mais importantes passos neste sentido, têm vindo a ser dados pela implementação das Agendas 21 Locais desenvolvidas ao nível municipal, como instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável.

As **Agendas 21 Locais** tem as suas raízes na Conferência do Rio de Janeiro de 1992 sobre Ambiente e Desenvolvimento, sendo explicitamente referida no Capítulo 28 da Agenda 21. As

autarquias locais são aqui desafiadas e encorajadas a promoverem a sua própria Agenda para a sustentabilidade, sendo que o processo de participação é uma das pedras angulares da Agenda 21 Local.

Concretamente a Agenda 21 Local é um plano estratégico e operativo de âmbito municipal e de carácter fortemente participado, que visa delinear estratégias e projectos prioritários para o desenvolvimento sustentável do município. E é aqui que pela primeira vez, as autarquias locais trabalham em parceria com todos os sectores da sociedade para elaborarem um plano de acção, e implementá-lo, tendo por objectivo o desenvolvimento local sustentável.

3.5. Bom Exemplo de Planeamento e Gestão de espaços de recreio periurbanos

O Ronneby Brunn (Figura 7) é uma área cercada por zonas habitacionais na antiga vila de Ronneby, na região da Blekinge, no sul da Suécia. Esta área conecta a vila com a costa para o mar Báltico. Foi durante muitos anos uma conceituada área termal e é ainda hoje uma zona turística popular, pelas suas paisagens, palácios exóticos e um parque de desenho romântico. Menos conhecida é a zona de floresta que envolve este parque. É de notar o facto de já em 1870, no projecto do arquitecto Flindt, não existir fronteira entre a zona de parque e de floresta, planeadas já nessa altura, como zonas de recreio indivisível.

Esta zona foi classificada como “reserva cultural” em 2003, pelos importantes valores culturais existentes, desde o “período dourado dos spa” até à Idade do Bronze. Parte desta área está ainda catalogada como Rede Natura 2000, pela elevada biodiversidade em espécies em perigo, como, borboletas, líquenes e musgos, plantas perenes, aves e artrópodes. (Gustavsson *et al*, sd)

Actualmente, estão a ser testados novos instrumentos para o planeamento e gestão destes espaços, incluídos no Projecto NeighbourWoods². Estes instrumentos de gestão são guiados primariamente pela comunicação entre planeadores, utilizadores e populações locais, de forma a atingir um processo de planeamento inclusivo e integrado.

No caso específico de Ronneby, entre os instrumentos de gestão testados destacam-se:

- I. *Brunnskogen*, que se traduz pela aproximação aos “conhecedores da zona” (pessoas com ligações ao local, com diferentes funções na sociedade) mapeando as suas preferências nas áreas do parque, da floresta e arredores. Para além da compilação de opiniões e preferências, foi pedido aos “conhecedores” que juntamente com os técnicos desenvolvessem estratégias de gestão para a área, que pudessem alertar os políticos e despertar as populações locais.
- II. *Criação de um plano de gestão sócio-cultural*, isto é, um plano que integrativo e multifuncional, baseado primordialmente em padrões sócio-culturais, para além da produção e biodiversidade. Num contexto democrático e de participação pública, esta gestão deverá dar prevalência à experiencição dos utilizadores, discutindo-se o futuro com planeadores/gestores, políticos e populações locais. (Mellqvist *et al*, 2006)

No geral, este projecto serviu para clarificar um vasto e complicado uso sócio-cultural do local que nunca antes tinha sido considerado, podendo servir como base de trabalho para o futuro. Durante as entrevistas e os diálogos, foi observado que os utilizadores se sentiram apreciados e responsabilizados pela gestão ao mesmo tempo que beneficiaram com o processo.

² O projecto NeighbourWoods, financiado pela UE envolve sete países europeus e foca-se em métodos e instrumentos de planeamento, desenho e gestão estratégica, informação e participação pública.

Os espaços de intervenção são as florestas (como espaços naturais arborizados) de proximidade (NEIGHBOURwoods), como espaço natural das cidades e vilas e como património da comunidade local (NeighbOURwoods), sendo por isto, os seus representantes chamados a intervir e contribuir no momento do desenvolvimento e gestão destes espaços (NeighbourWOODS), que podem variar em tamanho, forma, carácter e composição.

Sem dúvida que o envolvimento das pessoas, no sentido de as conectar com o processo de desenvolvimento, pode fazer a força última para o uso e desenvolvimento desta área.

(Gustavsson *et al*, sd)



Figura 7. Diferentes vistas do Ronneby Brunn. (a) Zona do parque. (b) Palacete no parque, (c) Zona de floresta, com Faias (*Fagus sylvatica*), Espruces-europeu (*Picea abies*) e Vidoeiros (*Betula* spp.), (d) Zona de pastagem.

Outros casos têm sido estudados e concretizados sob a luz deste projecto noutras regiões da Suécia (Skrylle e Filborna-Helsinborg) e ainda noutras cidades europeias, como é o caso de Ghent (Bélgica), Leeds e Telford (Inglaterra), Helsínquia (Finlândia) Stara Zagora (Bulgária) e Florença (Itália).

Em última análise, estes projectos têm como base de trabalho, a comunicação entre administradores, utilizadores e populações locais, com vista ao desenvolvimento de um fim comum, que satisfaça todas as partes. Conseguem assim reduzir-se tensões e resolver eventuais conflitos, chegando com maior probabilidade a soluções de compromisso.

4.

**MULTIFUNCIONALIDADE
DA PAISAGEM
DE MONTADO**



As paisagens multifuncionais são sistemas complexos de interacção natureza-homem (Naveh, 2001), que suportam simultaneamente funções de produção, de regulação e habitat e funções sociais (Vos & Hoogendoorn in Klijn, 2000). Muitas das paisagens rurais, que ainda se encontram no Mediterrâneo, e concretamente o Montado, são exemplos da tradição e conciliação de várias funções, sem que essa fosse a intenção. No entanto, os usos tradicionais têm vindo a transformar-se assim como, a procura de novos usos e funções. Se até algumas décadas atrás, estas paisagens eram espaços sobretudo de produção e vida, são agora cada vez mais procuradas como espaços de consumo (Pinto-Correia, 2007a).

A forma como as várias funções se complementam ou entram em conflito, é determinante para o futuro destas paisagens. É por isto, que a avaliação baseada no conceito de multifuncionalidade é importante, como forma de harmonizar as novas procuras com as tradicionais, e de possibilitar novos mecanismos de gestão.

4.1. O Montado como Paisagem Multifuncional

O Montado pertence à imagem de marca da paisagem do Alentejo. As vistas largas, os carvalhos dispersos, os campos matizados na Primavera e dourados no Verão e os montes em branco e azul ou amarelo, transmitem uma imagem de tranquilidade e harmonia. A paisagem idílica para os que a visitam e a paisagem genuína para os que nela vivem.

Sendo o carácter único de cada lugar e região, reflexo dos seus recursos naturais e humanos e o modo como estes se interligam (Roca & Oliveira, 2005), o Alentejo e o Montado como paisagem cultural, em que todos os traços se devem à história agrária e ao trabalho humano que transformaram a brenha mediterrânea (Brum Ferreira, 2001), é deste processo, um exemplo perfeito.

As suas características, primórdios, evolução e actualidade tornam a paisagem e ecossistema de Montado, património natural e cultural da região, e do país. Para Coelho (2005)

no Montado existe um carácter duplo de bem patrimonial e multifuncional, o que tem contribuído muito para a complexidade da sua gestão em termos sustentáveis.

O Montado tem já uma história longa na região do Alentejo, não necessariamente com as mesmas funções e características. As primeiras formas de Montado terão então surgido quando o Homem começou a intervir no bosque mediterrâneo, fazendo uso do fogo e, deste modo, desadensando o coberto arbóreo, limpando os matos e aproveitando a bolota e as pastagens para a alimentação do gado (Fonseca, 2002). Ao longo dos séculos, o ecossistema mediterrâneo original foi simplificado na sua estrutura e biodiversidade, e transformado num sistema de uso agro-silvo-pastoril associado a grande exploração fundiária. Apresenta uma dinâmica evolutiva complexa, pela combinação dos elementos naturais e acções antropológicas, da qual surge uma grande heterogeneidade de paisagem e também de estruturas produtivas. O Montado dá origem a várias unidades de paisagem marcadas por uma elevada diversidade, em função da densidade de árvores e das marcas da ocupação do solo passada e actual (Brum Ferreira, 2001).

Esta diversidade é ainda sinal da sua multifuncionalidade como paisagem rural, onde se sobrepõem e coexistem, sob um sistema complexo e intricado de inter-relações, funções de produção, de regulação, de habitat e funções culturais. O conceito multifuncionalidade do Montado assenta em considerar como igualmente importantes todos os bens por ele fornecidos. Por um lado, os produtos directos da floresta, a cortiça e as lenhas provenientes das podas. Por outro, os produtos associados à presença dos povoamentos, como sejam, a caça, o pastoreio, a agricultura e a pastagem. E ainda, os bens menos tangíveis, resultantes da presença das árvores, como são, o equilíbrio ecológico, a conservação do solo, a regularização dos regimes hídricos. Finalmente as funções culturais e de amenidade, como as actividades de recreio, o sentimento de identidade, o folclore e outras actividades tradicionais (Covas, 2007).

4.1.1. Funções de Regulação, de Suporte e Habitat

Como ecossistema, o Montado desempenha funções importantes de regulação e suporte. Concretamente, na conservação do solo, na regularização do ciclo hidrológico e na qualidade da água, na produção de oxigénio e conseqüente sequestro do carbono da atmosfera, apresentando-se também como ecossistema extremamente rico em termos de biodiversidade, classificado como um dos mais importantes para a conservação da natureza a nível nacional e europeu.

Os montados são um garante da diversidade de habitats para a flora e a fauna. Nas paisagens de montado, a diversidade vegetal pode atingir as 135 espécies por metro quadrado, e muitas destas espécies têm utilização aromática, culinária ou medicinal. Estes ecossistemas asseguram também uma grande biodiversidade de fauna selvagem que depende destes habitats para abrigo, alimentação e nidificação, entre eles, 24 espécies de répteis e anfíbios (53% da população portuguesa), mais de 160 espécies de aves, catalogadas com estatuto vulnerável ou ameaçadas de extinção) e 37 espécies de mamíferos (60% dos mamíferos portugueses) (APCOR).

Estes bens ambientais produzidos ainda que dificilmente quantificáveis, apresentam-se como externalidades positivas suficientemente valiosas e com interesse para toda a Humanidade (GreenCork Quercus).

4.1.2. Funções Produtivas

Tradicionalmente, o Montado é explorado por uma combinação de usos do solo em rotação, pastagens, cultivo e pousio, e a exploração da cobertura arbórea, tanto de cortiça como de madeira para carvão vegetal, daí denominado de sistema agro-silvo-pastoril (Pinto-Correia, 1993). Com o declínio da produção de cereais devido à extensificação do tipo de culturas, o Montado é actualmente explorado maioritariamente em regime silvo-pastoril, onde as culturas têm como propósito as forragens para o gado (Pinto-Correia & Mascarenhas, 1999). Sendo os

principais produtos, a cortiça (como bem exclusivo dos montados de sobro) e a carne que provém da criação de gado (subsidiada pela Política Agrícola Comum - PAC), o Montado é sustentado economicamente, como bem patrimonial em regime de propriedade privada (Surová & Pinto-Correia, 2008b).

4.1.3. Funções Sociais

Para além das funções produtivas, de regulação, suporte e habitat, o Montado como sistema semi-natural, consequência da acção humana durante séculos, tem um papel muito marcante nas comunidades humanas associadas. Juntamente com funções de produção típicas coexistem nestes espaços, práticas e actividades ancestrais. Entre elas, a apanha de cogumelos, a apicultura (produção de mel e cera) e a produção e apanha de ervas aromáticas que mantêm na actualidade, uma importância incontornável e de valorizar (Fonseca, 2002).

Outra das actividades, explorada há muito pelas populações locais e agora também pelo público, é a Caça. A partir da Lei n.º 30/86, a actividade cinegética em Portugal passou a ser protagonizada, por organizações locais de caça ou sociedades de caça, sem retorno monetário para o proprietário (Bastos, 2005); ou explorada economicamente com fins turísticos, através de caçadas organizadas com objectivos de gestão cinegética (Surová & Pinto-Correia, 2008b).

Mais recentemente, o turismo de recreio e lazer, com a procura das paisagens de Montado como espaço privilegiado, para o passeio a pé e de bicicleta, o passeio de carro para ver a paisagem, entre outras actividades. Este sector tem vindo a ser apresentado nos últimos anos, como uma das possibilidades mais atractivas para a criação de riqueza, em zonas de diminuição da intensidade produtiva primária, dinamizando as actividades económicas tradicionais e valorizando as especificidades culturais locais, proporcionando oportunidades de emprego aos jovens nas zonas rurais e travando ao mesmo tempo o êxodo rural (Zimmer, 1997). No entanto, este sector não pode ser encarado como panaceia de revitalização de toda uma região, devendo ser compreendido e enquadrado com as outras funções e usos, por meio de

uma planeamento e gestão cuidados, assegurando a qualidade e carácter da paisagem (Pinto-Correia, 2007b).

4.2. Exploração da Função Social de Recreio no Montado

Actualmente verifica-se uma tendência para o culto do meio rural, como paradigma de qualidade de vida. É neste contexto que se insere o crescente interesse pelas paisagens de Montado, que têm vindo a tornar-se locais particularmente atractivos para o recreio e o lazer (Surová & Pinto-Correia, 2008b), pelas suas características biofísicas muito particulares e singularidades estéticas.

Segundo Gómez-Limón & Lúcio Fernandez (1999), este tipo de paisagens “pré-savana”, como as dehesas espanholas e os montados portugueses, são particularmente atractivas pelos espaços amplos com árvores, combinados com vegetação mais ou menos densa com certo grau de acessibilidade e ainda componentes silvestres.

Dentro da aparente homogeneidade da paisagem de Montado, são múltiplas as diferenças que se podem encontrar. A densidade arbórea e arbustiva e o carácter mais ou menos silvestre já referidos, mas ainda, a presença de gado, de elementos de água, o tipo de exploração ou ainda a existência de elementos culturais e históricos.

Existindo diferentes utilizações destes espaços, existem também diferentes utilizadores. Nem todos partilham as mesmas opiniões quanto ao tipo de Montado que elegem como favorito ou os tipos utilização que preferem explorar. São vários os estudos que mostram que as preferências e avaliação das paisagens entre diferentes públicos, é muitas vezes distinta, sendo que se podem relacionar as diferentes visões com diferentes vivências, posições na sociedade, tipos de utilização e expectativas (Van der Berg, 1998; Gómez-Limón & Fernandez, 1999 Tress & Tress, 2003; Ryan, 2006).

Do estudo de Surová & Pinto-Correia (2008a), destacam-se como principais actividades procuradas, o passeio a pé, principalmente desfrutado aos fins-de-semana e na época de

Primavera e o passeio turístico de carro (*sightseeing*), especialmente ao fim-de-semana e durante todo ano. São ainda mencionadas, actividades tradicionais como a caça (praticada sobretudo no Outono e Inverno), os piqueniques na Primavera e o andar de bicicleta durante todo o ano. Deste estudo foram ainda recolhidas opiniões quanto eventuais melhorias a efectuar neste espaços, sendo mais referidas acções ao nível do acesso público, sinalização no terreno e informação.



Figura 8. (a) Visita a monumentos; (b) Passeio pedestre (Fonte: Surová & Pinto-Correia, 2008a); (c) Piquenique (Fonte: <http://pommecipommeca.blogspot.com>); (d) Passeio de bicicleta (Fonte: www.turaventur.pt)

4.3. Gestão e Conservação do Montado

Como referido acima, a conservação dos Montados depende fortemente dos benefícios que a cortiça e a criação de gado retribuem aos proprietários. Nos últimos tempos apontam-se novas actividades, suportadas em procuras crescentes, que podem contribuir para o acréscimo dos rendimentos auferidos com a exploração dos Montados.

No entanto, há que compreender que nos espaços agora procurados para novas funções sociais, se contabilizam outros usos e funções que suportam e são suportadas nestas paisagens. A gestão portanto, não deverá ser desviada ou orientada num único sentido mas sim, apoiada num conhecimento integrado das várias componentes da paisagem, no envolvimento das populações locais, proprietários e chefes de exploração, utilizadores e técnicos (Pinto-Correia, 2007b) e baseada em perspectivas e expectativas realistas.

5.

METODOLOGIA



Metodologicamente, este estudo foi concebido em quatro fases: a **Fase Exploratória**, o **Trabalho de Campo**, a **Análise e Tratamento de Dados**, e **Interpretação e Reflexão dos Resultados**.

5.1. Fase Exploratória

Na Fase Exploratória, foi definido como estudo de caso, os Percursos Ambientais, recém-desenvolvidos pela Câmara Municipal de Évora, que incluem os *Percursos Pedestres de Monfurado*, *Percurso do Aqueduto da Água de Prata*, *Percursos do Alto de S.Bento e Ecopista*, ficando daqui excluídos os *Caminhos do Degebe*, por não se encontrarem até então marcados. Através da pesquisa e revisão bibliográfica foi possível construir o projecto de investigação, delinear objectivos e articular o planeamento metodológico a seguir.

Foram identificadas como **questões de investigação**:

- Identificação de quem procura os Percursos Ambientais e quais os hábitos de uso.
- Investigação de quais as visões, preferências e opiniões de quem procura os Percursos Ambientais, sobre os espaços em si e as paisagens onde estão integrados.
- Investigação de quais as posições e opiniões dos chefes de exploração de explorações abrangidas pelos Percursos Ambientais.
- Identificação de como se podem agregar as várias posições e opiniões na melhor programação destes Percursos e na gestão das paisagens envolventes.

5.1.1. Metodologia de Estudo de Caso

Para a condução deste estudo foi adoptada uma metodologia de investigação de tipo indutivo direccionada para o Estudo de Caso, baseada em métodos qualitativos de análise (Patton, 1990).

Para Yin (1994) a investigação do Estudo de Caso é particularmente adequada para, quando o investigador procura respostas para o “como?” e o “porquê?”, quando o objectivo é descrever ou analisar o fenómeno a que se acede directamente, de uma forma profunda e global, e quando o investigador pretende apreender a dinâmica do fenómeno, do programa ou do processo. Daí a selecção deste tipo de metodologia de investigação.

Os métodos qualitativos apoiam-se essencialmente em três modos de recolha de dados: inquéritos, observação, documentos escritos (Patton, 1990) e mais recentemente também, materiais audiovisuais (Creswell, 2003). Um estudo qualitativo pode basear-se em múltiplos métodos, incorporando abordagens específicas de recolha e tratamento de dados (Yin, 1994), podendo também incluir métodos quantitativos (Patton, 1990).

Como modo de recolha de informações aos utilizadores e chefes de exploração, foi seleccionado o **método de inquérito** por questionário e entrevista, respectivamente.

Em ciências sociais, o **inquérito** é uma pesquisa sistemática e o mais rigorosa possível de dados sociais significativos, a partir de hipóteses já formuladas, de modo a poder fornecer uma explicação. (Birou, 1988) Consoante a categoria dos problemas estudados, assim varia a aproximação da realidade e a técnica de recolha de dados. Desta forma, o inquérito pode tomar a forma oral (a entrevista) ou escrita (o questionário) e realizado em modo individual ou em grupo.

5.1.2. Método de inquérito por Entrevista

O método de inquérito por **entrevista**, como recolha de dados sobre um determinado tema científico, é uma das técnicas mais utilizadas no trabalho de campo. A grande possibilidade da entrevista é poder obter informações que se relacionam com os valores, as atitudes e as opiniões das pessoas entrevistadas. Uma entrevista qualitativa começa com a assunção de que as perspectivas de outros são significativas, cognoscíveis e possíveis de serem explicitadas (Patton, 1990).

Como referido anteriormente, o método de entrevista pode ser aplicado de diferentes formas, dependendo dos dados que se pretendem recolher e da adequação ao problema da pesquisa. Sabendo que a forma como é desenvolvida uma entrevista influenciará a qualidade das respostas obtidas, algumas questões têm de ser previamente consideradas. Entre estas, a definição clara da informação que se pretende recolher, para uma melhor formulação dos pedidos de informação, ou seja, que perguntas fazer, com que detalhe e como redigi-las para que sejam nitidamente entendidas pelo inquirido (Foddy, 1993). Depois de organizado o guião de entrevista, contactado o destinatário e realizada a entrevista, é a vez da sua transcrição e codificação. Para uma codificação correcta, com uma perda mínima de informação, é necessário dispor do texto exacto das respostas. É preciso portanto, que o entrevistador registe o que é dito, sem efectuar qualquer triagem, resumo ou simplificação (Patton, 1990).

5.1.3. Método de inquérito por Questionário

O método de inquérito por **questionário** apoia-se numa sequência de perguntas ou interrogações escritas que se dirigem a um conjunto de indivíduos (inquiridos), que podem envolver as suas opiniões, as suas representações, as suas crenças ou várias informações factuais sobre eles próprios ou o seu meio (Birou, 1988). O inquérito por questionário distingue-

se da entrevista, por a aplicação do inquérito excluir em alguns casos a relação de comunicação oral entre inquiridor e inquirido (entrevistado), característica da situação de entrevista - é o que se passa nos questionários de administração directa (ou auto-administrados), em que o próprio inquirido regista as suas respostas. Só nos inquéritos de administração indirecta, nos quais é o inquiridor quem formula as perguntas e regista as respostas do inquirido, se estará numa situação semelhante à da entrevista. Esta técnica é adequada ao estudo extensivo de grandes conjuntos de indivíduos (normalmente através da medida de certos atributos de uma sua amostra representativa), mas tem importantes limitações quanto ao grau de profundidade da informação recolhida (Birou, 1988)

A recolha de dados num estudo de caso é complexa, por isso o investigador deve ter alguma versatilidade em termos metodológicos para assegurar a qualidade do processo de recolha de dados. Com o objectivo de tornar o processo o mais explícito possível e para que o resultado reflecta uma preocupação na construção da validade e credibilidade, Yin (1994) identifica como princípios para a recolha de dados: a utilização de múltiplas fontes de evidências; a construção, ao longo do estudo de uma base de dados e a delineação de uma cadeia de evidências.

5.2. Trabalho de Campo, Análise e Tratamento de Dados

A segunda e terceira fases, o Trabalho de Campo e a Análise e Tratamento de Dados decorreram em simultâneo ou consecutivamente, por em certos pontos serem interdependentes.

5.2.1. Caracterização do território

O Trabalho de Campo, iniciou-se com uma visita a alguns dos troços dos dois percursos, a fim de averiguar a situação actual geral dos Percursos em estudo. A partir deste reconhecimento, foi desenvolvida uma ficha de campo (Anexo II) com o objectivo de inventariar as condições de cada um dos troços ao nível das acessibilidades, sinalização, infraestruturas de apoio, qualidade e diversidade paisagística, pontos de interesse e dimensão. O tratamento e análise de cada ficha de campo deu posteriormente origem a um cadastro dos vários Percursos (Anexo III), no caso dos Percursos de Monfurado, devido à sua grande extensão este cadastro foi dividido por troços.

Depois da informação obtida pela caracterização dos vários troços dos percursos e com o intuito de avaliar a procura, preferências e opiniões, passou-se à abordagem aos utilizadores.

5.2.2. Inquérito aos Utilizadores

Pretendeu-se recolher informação sobre a actual utilização dos percursos ambientais, preferências e anseios dos seus utilizadores, preferências e valorização das paisagens locais e posição quanto a um planeamento integrado e participado.

Segundo Patton (1990), a lógica e o poder de uma amostragem significativa, reside na selecção de informação relevante para um estudo em profundidade, devendo cada estratégia adequar-se à avaliação pretendida. Neste caso, definiu-se por público-alvo, utilizadores dos Percursos de Monfurado e (posteriormente) da Ecopista, como caminhos pedestres e cicláveis, ou seja, uma amostra de variação máxima, adaptada a diferentes situações (Patton, 1990).

Os Percursos de Monfurado, foram escolhidos como espaço de abordagem, por se ter verificado serem os mais frequentados, facilitando o processo de inquirição. Foi ainda

contactado por correio electrónico, um grupo organizado de caminheiros (Caminheiros D'Além-Tejo) que se sabia frequentarem os Percursos Ambientais.

Depois da clarificação das informações a recolher e a definição do público-alvo a inquirir, passou-se à fase de formulação do inquérito. O inquérito teve como base o Woodside Questionary aplicado no caso de estudo de Telford inserido no projecto NeighbourWoods e o questionário aplicado por Surová & Pinto-Correia (2008b) (ambos no anexo IV), sendo adaptado à realidade que se pretendia estudar.

Foi formulado um conjunto de perguntas de resposta fechada, com opções múltiplas, pedindo-se apenas a resposta escrita, no caso de não haver na lista opções a resposta desejada pelo utilizador, ou quando fosse conveniente que o utilizador indicasse “a quê” ou “a quem” se estava a referir ao escolher aquela opção. Privilegiou-se a linguagem simples e clara, para que não surgissem dúvidas no momento da leitura e resposta e tentou-se que o período de resposta não ultrapassasse os 5 minutos.

No inquérito aos utilizadores dos Percursos de Monfurado (Anexo V) constam as seguintes perguntas, organizadas em quatro conjuntos temáticos (para além dos dados pessoais) apresentadas no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1. Perguntas aos utilizadores dos Percursos de Monfurado.

i) Perfil do utilizador

- Com que frequência visita o percurso?
- Quando visita o percurso?
- Quão perto fica o percurso da sua residência/do local da sua estadia?
- Como se desloca até ao percurso?
- Com quem geralmente visita o percurso?

ii) Tipo de utilização

- Quais das actividades seguintes costuma realizar quando visita o percurso?

iii) Grau de satisfação e preferências

- Qual o seu grau de satisfação quanto ao traçado e condições do percurso?
- O que mais lhe agrada quando usufrui este percurso?
- O que mais o/a incomoda quando usufrui este percurso?
- Quais das seguintes acções (se alguma) sugere como prioritárias para melhorar o traçado do percurso?
- Que tipos de paisagem mais aprecia neste percurso?
- Que tipos de paisagem menos aprecia neste percurso?

iv) Disponibilidade de pagamento e participação no processo de planeamento e gestão

- Acha importante que estes percursos e as paisagens envolventes se mantenham para as próximas gerações? Se sim, qual a razão?
- Estaria disponível a pagar para usufruir estes percursos, se estes fossem melhorados e as paisagens envolventes geridas de forma integrada?
- Gostaria de ter participado no processo desenvolvimento do traçado dos percursos?
- Estaria disponível para participar num futuro planeamento e gestão dos percursos?

Os inquéritos aos utilizadores dos Percursos de Monfurado foram realizados nos dias 28 de Setembro e 19, 24 e 25 de Outubro de 2008 no fim da manhã e da tarde em diferentes troços dos Percursos de Monfurado, sendo interrompidos no momento em que os depoimentos começam a tornar-se repetitivos revelando tendências genéricas, considerando-se assim ter sido atingida uma amostragem significativa. A partir do contacto feito com o grupo Caminheiros D'Além Tejo, foi obtido apenas um inquérito. Foram obtidos no total 40 inquéritos válidos.

Uma análise geral dos dados destes questionários, suscitou algumas interrogações, levando à formulação de um novo questionário (ver Anexo VI) (adaptado do questionário inicial) para ser aplicado na Ecopista, na tentativa de clarificar algumas questões.

Neste novo questionário foram acrescentadas as perguntas abaixo apresentadas no Quadro 2 e adequadas as opções de perguntas do terceiro conjunto (Grau de satisfação e Preferências):

Quadro 2. Perguntas adicionais aos utilizadores da Ecopista.

- Tem conhecimento da existência dos Percursos Ambientais de Monfurado, Aqueduto e Alto de S.Bento?
- É utilizador(a) desses percursos? Se não, porquê?
- Se é utilizador dos Percursos Ambientais, qual deles visita com mais frequência?

Pretendia-se (como referido anteriormente) uma amostra de variação máxima (Patton, 1990), com o objectivo de expandir e generalizar conjecturas levantadas (Yin, 1994).

Os inquéritos aos utilizadores da Ecopista foram realizados nos dias 21 e 23 de Dezembro de 2008 e nos dias 4 e 17 de Janeiro de 2009, em diferentes horas do dia e em diferentes pontos da Ecopista (zona asfaltada e zona de terra batida) e foram obtidos no total 21 inquéritos válidos. Tal como para a amostra nos Percursos de Monfurado, aqui também se interrompeu a recolha de inquéritos quando se verificaram tendências genéricas nas respostas dadas.

Os dados de todos os inquéritos foram tratados estatisticamente no software Microsoft Excel 2007, assim como a apresentação gráfica dos resultados. As tabelas de frequência são apresentadas no Anexo VIII.

À análise e tratamento dos dados obtidos nos questionários e reflexão sobre os resultados seguiu-se o contacto com os proprietários.

5.2.3. Entrevista aos Chefes de Exploração

Depois de analisadas as respostas obtidas a partir dos questionários apresentados aos utilizadores, examinadas as suas preferências, anseios e inquietações, foi possível identificar quais as questões relevantes para serem abordadas aos chefes de exploração.

Para além do levantamento de questões de localização, enquadramento e características intrínsecas do espaço, pretendeu-se recolher informação quanto ao tipo de exploração, quais as actividades lucrativas ou não lucrativas, como forma de caracterizar e qualificar os usos. Para além disto, a posição dos proprietários/chefes de exploração quanto à existência dos Percursos Ambientais para si/sua propriedade e para a comunidade local. E por fim, confrontar os proprietários com as respostas recolhidas nos inquéritos aos utilizadores, sondando a sua predisposição para atender às sugestões e conhecer qual a sua posição futura perante alterações nestes espaços.

Relativamente à amostragem para sondagem de indivíduos proprietários ou chefes de exploração de terrenos contíguos aos percursos marcados ou relativamente próximos, considerou-se inicialmente, tal como para a sondagem aos utilizadores, que esta fosse de variação máxima (Patton, 1990), no entanto, por razões de dificuldade de identificação e contacto com chefes de exploração da região, foi apenas entrevistado um pequeno grupo. Desta forma, os resultados não podem ser considerados representativos, mas apenas, uma demonstração de posições e opiniões desta amostra.

Elegeram-se os Percursos de Monfurado e o Percurso do Aqueduto da Água de Prata como espaços de contacto a proprietários e chefes de exploração, pelas suas características distintas, tanto ao nível de ocupação do solo, como tipos de exploração e características das propriedades e assim confrontar diferentes posições e visões.

Das várias abordagens possíveis para a compilação de informação através de entrevista de resposta aberta, foi escolhida uma abordagem padrão, na qual a lista de questões formuladas, foram metodicamente ordenadas com a intenção de que cada inquirido respondesse às mesmas perguntas (Patton, 1990). Este processo têm por objectivo, a minimização da variação nas questões postas, e ainda a facilitação de compreensão e posterior organização da informação recolhida. Esteve no entanto inerente a esta abordagem, uma certa flexibilidade, quer do entrevistador, quer do entrevistado, já que nem todos reagem da mesma forma à mesma questão.

O guião foi estruturado em três blocos de perguntas. O primeiro bloco teve por objectivo, obter informação acerca do tipo de actividades desenvolvidas na exploração, quer pelo seu proprietário ou chefe de exploração, quer por outros, e ainda a sua frequência e importância. O segundo grupo, indagar o inquirido quanto ao usufruto dos Percursos Ambientais e à forma como os olha, se como oportunidade ou como problema. O último grupo, feito num cenário hipotético, teve como objectivo confrontar o chefe de exploração quanto às opiniões e preferências dos utilizadores e questioná-lo quanto a um futuro, onde os Percursos Ambientais possam fazer parte das actividades desenvolvidas na sua propriedade.

Foi tido em atenção a complexidade das perguntas e a forma como poderiam ser apreendidas pelos inquiridos. Desta forma, tentou-se que cada pergunta fosse clara e imparcial.

No guião da entrevista (Anexo VII) constaram as perguntas apresentadas no Quadro 3, organizadas em três conjuntos temáticos de perguntas (para além dos dados pessoais):

Quadro 3. Perguntas aos chefes de exploração.

- i) Enquadramento, Tipo de actividades desenvolvidas, frequência e importância**
- Onde passam os percursos em relação à sua propriedade?

- A actividade de produção é a única actividade desenvolvida na propriedade/exploração? O que produz? Se a produção não é a única actividade desenvolvida, que outras actividades desenvolve ou são desenvolvidas na sua propriedades/exploração?
 - Com que frequência alguém realiza estas actividades na exploração?
 - Quais destas actividades lhe dão algum rendimento? E qual a sua ordem de importância?
- ii) Posição e Visão**
- É utilizador dos percursos como trilho pedestre ou ciclável?
 - Considera os percursos como um problema ou como uma oportunidade para a sua propriedade/exploração?
 - Acha os percursos poderão trazer benefícios à comunidade/população local? Como e a que nível?
- iii) Opinião e preferências num cenário futuro**
- Estaria disposto a permitir o acesso à sua propriedade aos utilizadores dos percursos? Em que condições?
 - Estaria disposto a abrir a sua propriedade/exploração ao desenvolvimento de novos traçados para estes percursos? Isto num contexto de planeamento concertado com as autoridades locais, os proprietários e os utilizadores.
 - Põe a hipótese de investir na sua propriedade/exploração, explorando outro tipo de actividades, se estes percursos forem melhorados e promovidos a destino turístico, comprometendo-se a participar no processo de gestão dos percursos. De que forma?

As entrevistas decorreram entre os meses de Janeiro e Junho de 2009, através de o contacto inicial por telefone, e posterior encontro para realização da entrevista, exceptuando duas das entrevistas que por razões de incompatibilidade de horários, não puderam ser presenciais, sendo uma delas, realizada por telefone e a outra enviada por correio electrónico. Foram entrevistados oito chefes de exploração/proprietários na área dos Percursos de Monfurado e dois na área do Percurso do Aqueduto da Água de Prata.

O tratamento dos dados e a apresentação gráfica dos resultados das entrevistas foram realizados no software Microsoft Excel 2007.

5.3. Interpretação e Reflexão dos Resultados

Terminada a recolha e tratamento dos dados, seguiu-se última fase, de Interpretação e Reflexão dos Resultados que permitiu analisar, sintetizar e compreender os resultados obtidos, através dos inquéritos efectuados aos utilizadores dos Percursos de Monfurado e Ecopista, das entrevistas realizadas aos chefes de exploração de propriedades contíguas aos Percursos, juntamente com a informação documental recolhida. Esta análise permitiu enunciar uma série de possíveis medidas de gestão, de forma a conciliar ambos os interesses de utilizadores e chefes de exploração e acima de tudo a preservação das paisagens e usos sustentáveis do território.



6.

ENQUADRAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PERCURSOS AMBIENTAIS

6.1. Caracterização geral da região (concelho Évora)

Os Percursos Ambientais, objecto de estudo deste trabalho, localizam-se no concelho de Évora, que é o maior concelho em termos de área no distrito, ocupando um total de 1306,3 km², possuindo 19 freguesias, 7 com cariz urbano e 12 com um cariz rural. Sendo capital de distrito, Évora e o seu concelho, têm um elevado número de serviços com um carácter central para a região, nomeadamente no que se refere aos serviços públicos da Administração central. O maior e



Figura 9. Localização do concelho de Évora. (Fonte: Câmara Municipal de Évora)

único centro urbano do concelho é a cidade de Évora, com limites definidos no que respeita ao núcleo central da cidade e uma dispersão geralmente bem organizada nas zonas limítrofes, em que proliferam os bairros residências e as zonas industriais (Cancela D'Abreu *et al*, 2004).

Ao nível da população, este concelho registou, entre 1991 e 2001, um ligeiro crescimento na ordem dos 5,1 pontos percentuais, atingindo o número de 56519 habitantes, sendo nas freguesias de cariz urbano onde mais se observa este aumento da população residente. Actualmente, o concelho de Évora possui uma população residente de 56519 efectivos populacionais. Quanto ao envelhecimento da sua população, é no concelho de Évora que se verifica um menor envelhecimento populacional, do total dos concelhos do distrito, apresentando um Índice de Envelhecimento de 123,64 pontos percentuais (CCDR Alentejo, 2002), muito devido à geral tendência de migração das zonas rurais para as zonas urbanas.

A paisagem do concelho é bastante diversificada, tendo em conta a aparente monotonia da região alentejana. Segundo Cancela D'Abreu, Pinto-Correia & Oliveira (2004), na colecção "Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental", os

Percursos em estudo enquadram-se nas unidades de paisagem 99 “Montados e Campos Abertos do Alentejo Central” e 103 “Serra de Monfurado”, o que se exprime na grande diversidade de paisagens que estes Percursos oferecem.

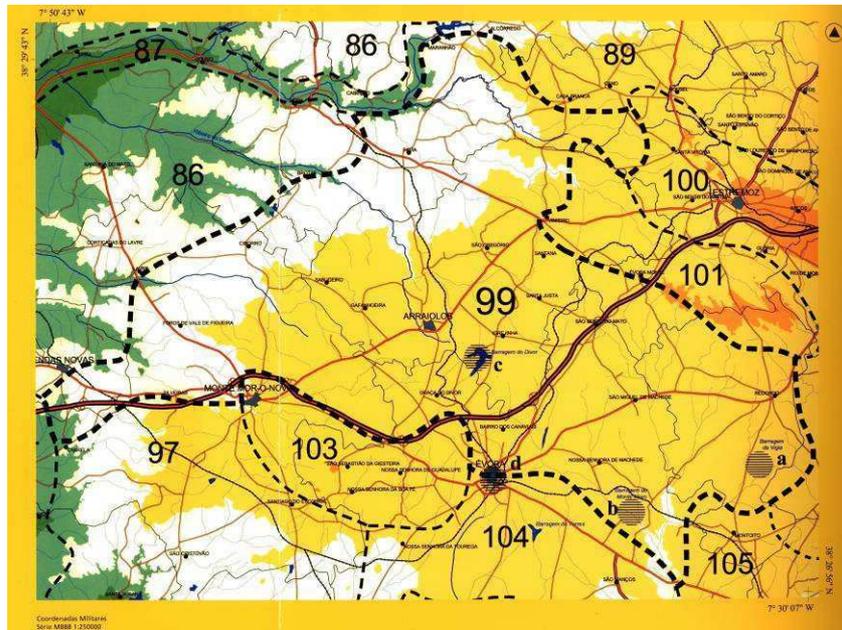


Figura 10. Unidades de Paisagem, 99 “Montados e Campos Abertos do Alentejo Central” e 103 “Serra de Monfurado”. Fonte: Cancela D’Abreu, *et al*, 2004.

Os Montados e Campos Abertos do Alentejo Central, são paisagens de planície ondulada, onde predominam os usos extensivos baseados em sistemas arvenses de sequeiro e pastagens, com árvores dispersas. Os afloramentos rochosos onde se abrigam velhas oliveiras e azinheiras marcam também o carácter desta unidade. Esta unidade engloba os centros urbanos de Évora e Arraiolos e na sua envolvente, dispersam-se propriedades de pequena a média dimensão, com culturas permanentes de olival e vinha, hortas e ferragiais.

A segunda unidade de paisagem, a Serra de Monfurado, onde se inserem os Percursos com o mesmo nome, é caracterizada por um relevo irregular derivado do conjunto de colinas que a compõem. Ainda que o ponto de cota máxima seja atingido um pouco acima dos 400 m, este acidente geomorfológico permite pela frescura e amenidade do clima, uma maior

diversidade e especificidade da vegetação, geralmente em povoamentos densos de sobreiro e azinheira e ainda alguns povoamentos de *Quercus faginea* e *Quercus pyrenaica*, assim como algumas espécies endémicas de flora e fauna. Esta elevada riqueza e diversidade permitiram que este sítio fosse classificado com Rede Natura 2000. Dentro desta unidade está também incluída uma larga mancha de monocultura de eucaliptal, plantada sobre uma vertente. Nesta unidade está incluído o centro urbano de Montemor-o-Novo e as aldeias de S. Sebastião da Giesteira, N. Sra. Da Boa Fé, Valverde e Guadalupe, estas últimas pertencentes ao concelho de Évora. Esta é uma área riquíssima em termos de património histórico, incluindo vários monumentos megalíticos (desde o Cromeleque dos Almendres a vários Menires e Antas), a vila romana da Tourega e marcas de antigas vias romanas, vestígios de povoados da Idade do Bronze e monumentos já da Era Cristã.

6.2. Historial e Conceito dos Percursos Ambientais

Os Percursos Ambientais constituem-se por uma rede de itinerários (mais de 100 km) que se estendem da cidade até ao limite do concelho. Destinam-se a ser percorridos a pé ou com meios de transporte não poluentes. (Portal Percursos Ambientais)

O projecto dos Percursos Ambientais surgiu com o primeiro percurso a ser criado em 2005, a Ecopista. Esta teve origem numa parceria com a REFER, que propôs a várias autarquias uma nova utilização para as linhas ferroviárias abandonadas, requalificando estes espaços com vista à inclusão na Rede Verde Europeia do Espaço Mediterrâneo Ocidental, que se estenderá do Sul de Portugal ao Sul de Itália.

É a partir deste projecto que consecutivamente foram surgindo os restantes. O Alto de S. Bento já era utilizado como núcleo pedagógico, ao qual se agregou o projecto de dois percursos temáticos, também em 2005. Os Percursos de Monfurado e Aqueduto da Água de Prata foram os últimos a surgir, estando plenamente constituídos em 2007 e 2009

respectivamente. Estando previstos cinco Percursos no total, apenas estes quatro se encontram marcados até à data, estando por marcar o Percurso *Caminhos do Degebe*.

Os Percursos foram delimitados e sinalizados individualmente e segundo características e condicionantes de cada um, sobre estradas e caminhos rurais de domínio público, e no caso da Ecopista, sobre o antigo ramal ferroviário. Durante o processo de planeamento alguns proprietários foram contactados no sentido de permitirem o acesso às suas propriedades pelos caminhos traçados.

Segundo a Câmara Municipal de Évora, não está prevista qualquer ligação com percursos de municípios vizinhos, exceptuando a Ecopista que actualmente já tem continuação para o concelho de Arraiolos, previsto no projecto Rede Verde Europeia.

Com a marcação e divulgação destes Percursos, a CME quis dar a conhecer a riqueza monumental, natural e cultural das paisagens em redor de Évora. Com o desenvolvimento da Ecopista, pretendeu aliar o incentivo da conservação da natureza e valorização dos sistemas

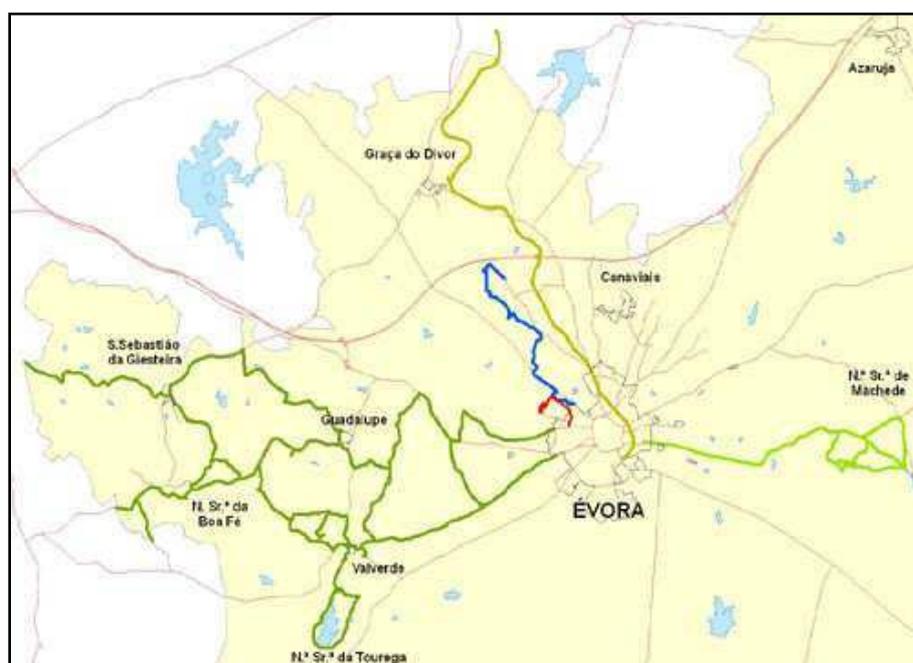


Figura 11. Localização dos Percursos Ambientais marcados e previstos pela CME. A verde, os Percursos de Monfurado; a vermelho, os Percursos do Alto de S. Bento; a azul, o Percurso do Aqueduto da Água de Prata; a amarelo, a Ecopista; e a verde claro, os Caminhos do Degebe. (Fonte: Portal Percursos Ambientais)

naturais existentes à promoção do desenvolvimento integrado da região. Isto através da promoção de pontos de interesse históricos/culturais, do turismo, do recreio e lazer ao ar livre e da recuperação de património em mau estado de conservação. (Portal Percursos Ambientais)

6.3. Carácter da Paisagem de Montado na região

As manchas de montado distribuem-se um pouco por toda a região, no entanto, com mais evidência na zona da Serra de Monfurado, onde se encontram os maiores e mais antigos povoamentos de sobreiro e azinheira, por vezes em povoamento misto. A estrutura de propriedade latifundiária associada a usos relativamente extensivos terá contribuído para a conservação destas manchas de montado. Em alguns locais com menos intervenção surge alguma vegetação arbustiva de matos. A rede hidrográfica, com galerias ripícolas geralmente bem desenvolvidas é outra das características distintivas desta área, que pelo relevo algo

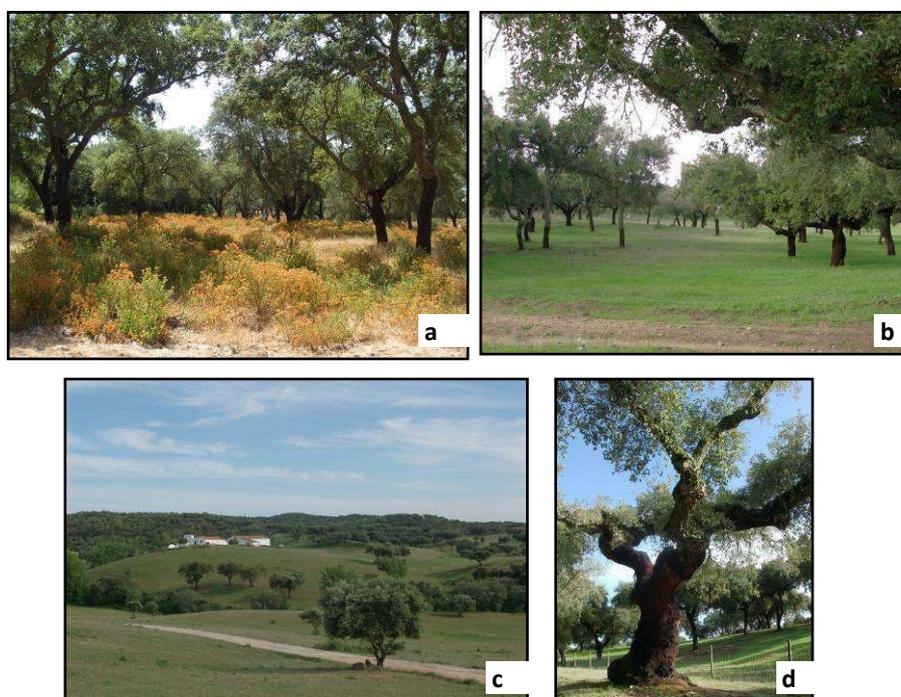


Figura 12. Diferentes cenários de paisagens de Montado nos Percursos de Monfurado: (a) montado com mato baixo, (b) montado alinhado, (c) monte e (d) Sobreiro antigo.

acentuado e densidade da vegetação sustém uma singularidade climática mais húmida e amena que as áreas envolventes.

Como paisagem agro-silvo-pastoril, actualmente mais explorada em regime silvo-pastoril, a exploração e gestão destes espaços baseia-se na criação extensiva de gado ovino e bovino, produção de cereais para pastagens directas e forragens e ainda a extracção e cortiça e madeira (Surová & Pinto-Correia, 2008b) e mais recentemente, mas com pouca expressão, a cultura de vinha e oliveira e os produtos regionais de qualidade certificada associados a estas explorações.

As manchas de montado são geralmente contínuas, estando os povoamentos humanos concentrados em pequenas aldeias, às quais estão associadas pequenas manchas de policultura, olival e vinha. E ainda algumas quintas e “montes” dispersos pelas várias Herdades (Cancela D’Abreu *et al*, 2004).

6.4. Caracterização e Avaliação dos Percursos

Depois do levantamento e organização de toda a informação disponível sobre os Percursos Ambientais, chegou-se à conclusão que a mesma não bastava para uma caracterização e avaliação cuidada deste mesmos Percursos. Foi assim desenvolvida uma **Ficha de Campo** para os vários troços dos Percursos em estudo, pelo facto de estes apresentarem características e condições diferentes ao longo do seu traçado.

Esta Ficha de Campo (ver Anexo II) pretendeu avaliar cada troço quanto **às Acessibilidades, Sinalização, Zonas de descanso/paragem e Infra-estruturas de apoio**, através da classificação de *Bom, Suficiente ou Insuficiente*, regendo-se esta pontuação por diferentes critérios dependendo do aspecto a avaliar, como descrito no Quadro 3. E ainda fazer uma caracterização da paisagem e breve descrição dos aspectos mais importantes de **Relevo, Paisagem Natural, Paisagem Edificada e Outros tipos de utilização**.

Depois de analisadas e compiladas as fichas de campo realizadas, foi possível sintetizar as condições e características relevantes dos vários troços dos Percursos (ver anexo III).

Quadro 4. Parâmetros de Avaliação.

Relativamente às **Acessibilidades**, foram avaliados os aspectos de Acesso ao percurso, o Percurso *per se* e o Acesso a pontos fora do percurso, sendo classificados com (•••), (••), ou (•), consoante “Permite a circulação a pessoas com todo o tipo de mobilidade”, se “Só permite a circulação a pessoas com mobilidade total”, e se “Permite a circulação a pessoas com mobilidade total, mas com dificuldade”, respectivamente.

Quanto à **Sinalização**, avaliaram-se os parâmetros de Direcção/Localização e Informação, com base nos critérios e usando a sinalética anterior, (•••) se “existe e está bem colocada, com informações úteis”; (••) se “escassa e/ou com alguns erros de marcação e/ou vandalizada”, e (•) se “Não existe”.

As **Zonas de descanso/paragem** e **Infra-estruturas de apoio** foram avaliadas com (•••) se “existem e foram programadas para tal”, com (••) se “existem mas, só no início e/ou final do percurso ou o terreno permite a paragem em alguns locais”, e com (•) se “Não existem”.

Foram ainda catalogadas características como o **Relevo**, tendo em conta a utilização pedestre e ciclável, a **Paisagem Natural**, ao nível dos usos e ocupação do solo, a **Paisagem Edificada**, quanto a monumentos de relevo e outras edificações, a **Dimensão do Percurso/Troço** e os **Tipos de Utilização**, se exclusivos para uso pedestre e ciclável ou extenso a outras utilizações.

6.4.1. Percursos de Monfurado

Os percursos de Monfurado estendem-se para Oeste da cidade até ao limite do concelho e sobre a Serra de Monfurado, classificada como sítio Rede Natura 2000. Estão marcados predominantemente sobre estradas rurais, e alguns troços sobre estradas nacionais (EN-114 e EN-180). Os trilhos marcados fazem ligação com os aglomerados rurais da área: Valverde, Guadalupe, S. Sebastião da Giesteira, N.Sr^a da Boa Fé, Casas Novas, Castelos e Foros da Carvalha. Estes caminhos permitem ainda o acesso aos principais monumentos megalíticos, vila romana, entre outros.

A distinção dos vários troços considerados nestes Percursos teve como base a interligação de vários trilhos com os principais aglomerados populacionais, já que é previsível que os utilizadores os utilizem como ponto de partida/chegada.³

6.4.2. Percurso do Aqueduto

O Percurso do Aqueduto tem início no Centro Histórico da cidade, seguindo o traçado do Aqueduto da Água de Prata, com troços de ligação em terra batida a partir da estrada regional 114-4 e da estrada rural junto ao Sr. dos Aflitos. O Percurso termina junto a Metrogos, sendo possível continuar até a Graça do Divor, fazendo ligação à Ecopista.

6.4.3. Percursos do Alto de S. Bento

Os Percursos do Alto de S. Bento, estão inseridos no Núcleo Museológico do Alto de S. Bento construído a partir da restauração de antigos moinhos de vento, com o objectivo de

³ NOTA: O troço que tem início a Noroeste da cidade e termina junto à margem norte da estrada N114 não foi classificado por não estar sinalizado a partir da cidade e entrada a sul estar sinalizada como “acesso reservado”.

promover a componente lúdico-pedagógica das ciências naturais, com especial destaque para as ciências geológica e florística.

Os dois percursos marcados são temáticos, o Percurso A - Observação Florística e o Percurso B - Observação Geológica e estão situados num ponto elevado da cidade de Évora proporcionando excelentes vistas para a cidade e zonas circundantes. Os percursos são semelhantes entre si devido à sua pequena dimensão (Percurso A com 440 m e Percurso B com 700 m) daí que sejam tratados em conjunto.

6.4.4. Ecopista

A Ecopista foi desenvolvida na sequência de um protocolo celebrado entre a REFER e a Câmara Municipal de Évora, através da conversão do antigo ramal ferroviário de Mora num trilho pedestre e ciclável, com vista à integração na rede de percursos cicláveis e pedonais.

6.4.5. Considerações Globais

6.4.5.1. Informação disponível

A Câmara Municipal de Évora desenvolveu folhetos para os Percursos de Monfurado, Percurso do Aqueduto e Ecopista, com a indicação dos principais locais de interesse turístico, parques de merendas e restaurantes, e parques automóveis. Estes folhetos (Anexo I) estão disponíveis no Posto de Turismo, no edifício da Câmara Municipal e no sítio da Internet (<http://www.evora.net/percursos/>), aos quais se acrescentam dois mapas do traçado dos Percursos de Monfurado e Aqueduto sobre cartas militares, apenas disponíveis no sítio da Internet. Existe ainda, uma ferramenta desenvolvida pela AMDE (Associação de Municípios do Distrito de Évora) (Figura 13) que permite descarregar os conteúdos de informação geográfica para GPS, até agora, apenas para os Percursos de Monfurado.

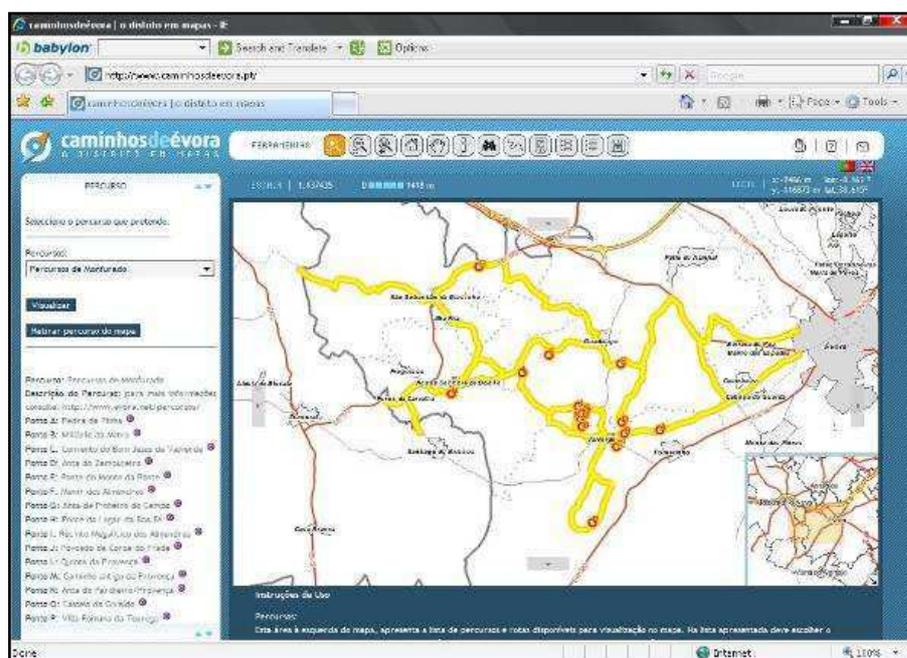


Figura 13. Informação digital do mapa dos Percursos de Monfurado disponíveis no sítio Caminhos de Évora para download (www.caminhosdeevora.pt/)

6.4.5.2. Acessibilidades

O acesso a todos os Percursos, tendo em conta que os visitantes se deslocam a partir dos principais aglomerados urbanos, é feito através de estradas municipais com pavimentos alcatroados.

Relativamente aos trilhos, apenas os Percursos de Monfurado são compostos por estradas de alcatrão (Figura 14-a) e de terra batida, todos os outros são de terra batida (exceptuando o troço da Ecopista incluído nos limites da cidade). No caso do Percorso do Aqueduto, algumas estruturas (como as escadas, na Figura 14-c) foram construídas de forma a facilitar a passagem dos utilizadores. Nos Percursos do Alto de S. Bento e de Monfurado não foram feitas quaisquer obras de adaptação, havendo por vezes alguns trilhos que pelo declive e tipo de terreno, se encontram mais degradados e por isto mais difíceis de percorrer (Figura 14-b).



Figura 14. Tipos e condições dos pavimentos e adaptações realizadas nos Percursos para melhorar a acessibilidade: (a) estrada alcatroada; (b) caminho declivoso e pedregoso; (c) escadas como estrutura de facilitação da mobilidade.

Os terrenos adjacentes aos Percursos (especificamente nos Percursos de Monfurado) estão na maioria vedados (Figura 15-b), alguns com gado (Figura 15-a), e muito poucos com cancelas (Figura 15-c), possíveis de serem abertas, limitando os utilizadores na circulação e paragem.



Figura 15. Limites das áreas adjacentes a diferentes troços dos Percursos de Monfurado: (a e b) vedações com arame farpado; (c) cancela de madeira na vedação.

6.4.5.3. Sinalização

É evidente a disparidade entre a sinalética de direcção e localização utilizada nos vários Percursos. Em Monfurado, são utilizadas placas de madeira com a indicação da direcção a seguir e a simbologia de via pedonal e ciclável (Figura 16-a). No Percorso do Aqueduto, a sinalização está colocada em postes de madeira com indicação do sentido a seguir (Figura 16-b). Nos Percursos do Alto de S. Bento, foi adoptada uma sinalética semelhante à adoptada pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, com a ligeira diferença das cores utilizadas, neste caso, azul e vermelho (Figura 16-c) em contraste com o amarelo e vermelho

proposto pelo Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres da FCMP (apresentado anteriormente no capítulo 2).

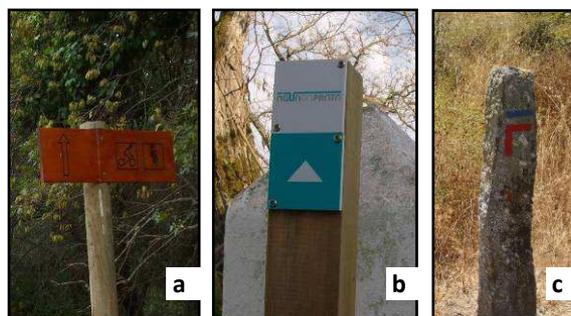


Figura 16. Diferente sinalética nos Percursos de Monfurado (esquerda), Aqueduto (centro) e Alto de S. Bento (direita).

Quanto à sinalização de informação, nos Percursos de Monfurado esta limita-se ao património edificado (Figura 17-a), havendo por vezes sobreposição de placas de informação com informação análoga de organismos diferentes, nomeadamente Região de Turismo de Évora e IPPAR. No Percorso do Aqueduto, existem placas com informações detalhadas sobre as diferentes estruturas do Aqueduto e com a informação da distância (Figura 25-b). Nos Percursos do Alto de S. Bento e Ecopista, os placarres informativos ao longo dos trilhos, aludem para as várias características e elementos relevantes do local (Figura 17-c e –d), como por exemplo, as plantas rupícolas que se podem encontrar ou o património edificado.

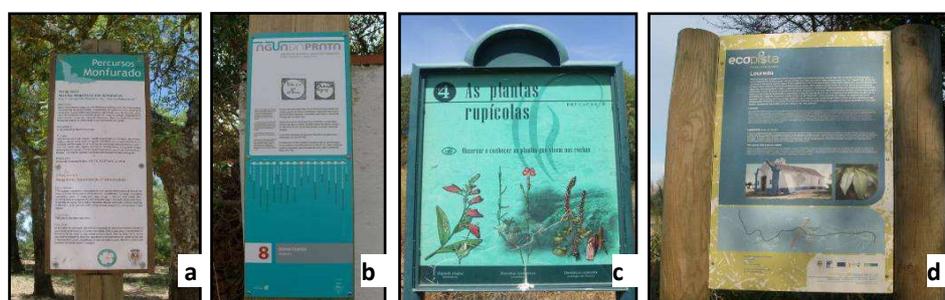


Figura 17. Placards informativos no Percursos de Monfurado (a), Aqueduto (b), Alto de S. Bento (c) e Ecopista (d).

6.4.5.4. Infra-estruturas de Apoio e Zonas de descanso e paragem

Infra-estruturas de apoio preparadas para tal, só existem na Ecopista (figura 18-b) e nos Percursos do Alto de S. Bento (agregados ao complexo lúdico-pedagógico, Figura 18-c). Nos Percursos de Monfurado existem alguns bancos e zonas de piquenique dispersos e centrados junto das povoações ou junto aos monumentos (figura 18-a). O Percurso do Aqueduto permite naturalmente a paragem, no entanto, não existem outras infra-estruturas preparadas para o efeito.



Figura 18. Zonas de descanso e paragem junto ao recinto Megalítico dos Almedres, nos P. Monfurado (a); na Ecopista (b); e parque de merendas nos P. Alto de S. Bento (c).

6.5. Apreciação Geral

Tabela I. Diagnóstico Sintético de algumas das características dos Percursos Ambientais.

Características	Percursos de Monfurado	Percursos do Aqueduto	Percursos do Alto de S.Bento	Ecopista
Dimensão	88 km	17 km	440 m e 700 m	21 km (no concelho) e 60 km no total (até Mora)
Tipo de Percorso	Grande Rota	Pequena rota	Pequena rota	Grande rota
Grau de Dificuldade/Relevo	Variável (Fácil a Moderado)/Plano a Ondulado	Variável (Fácil a Moderado)/Plano a Ondulado (c/ obstáculos)	Moderado/Ondulado	Fácil/Plano
Configuração dos trilhos	Labirinto	Linear	Circular	Linear
Âmbito	Paisagístico/Cultural	Cultural/Paisagístico	Pedagógico/Paisagístico	Saúde e Bem-Estar/Paisagístico
Tipo de Utilização	Motorizado, pedestre e ciclável	Pedestre e ciclável	Pedestre e ciclável	Pedestre e ciclável
Pavimento	Asfalto e terra batida	Asfalto e terra batida	Terra batida	Asfalto e terra batida
Acessibilidades	Suficiente	Bom	Suficiente	Muito Bom
Sinalização/Informação	Suficiente/Suficiente	Muito Bom/Muito Bom	Muito Bom/Muito Bom	Muito Bom/Muito Bom
Infraestruturas de Apoio	Só nas povoações	Só nas povoações	Sim	Sim (só na cidade)
Zonas de descanso/paragem	Nas povoações e junto a alguns monumentos	A estrutura do Aqueduto permite naturalmente a paragem	Sim	Sim

Os Percursos disponíveis são bastante diferentes e abrangentes, proporcionando um leque diversificado de opções, para as populações locais e público em geral. Há no entanto, algumas lacunas quanto a acessibilidades e condições que podem afastar algum público da sua utilização.



7.

**AVALIAÇÃO
DA PROCURA POR PARTE
DOS UTILIZADORES**

7.1. Utilizadores dos Percursos de Monfurado

7.1.1. Perfil dos utilizadores

Dos 40 utilizadores inquiridos, 95 % eram do *género masculino* e apenas 5 % do *género feminino*. Não podendo inferir qual a razão para tão baixa frequência de mulheres como utilizadores dos percursos, foi verificado que as mulheres inquiridas não o faziam sozinhas enquanto alguns dos inquiridos do sexo masculino sim.

Quanto ao grupo etário, 60 % dos utilizadores tinham entre *16 – 34 anos* e 35% destes entre *35-45 anos*. Apenas 3% dos inquiridos se encontravam no grupo etário de *menos de 15 anos* e *mais de 55 anos*.

Em relação à área de residência, 75% dos utilizadores inquiridos *residiam na cidade de Évora* e os restantes 25% nos *arredores da cidade*. Era esperado encontrar utilizadores de outras regiões, visto existirem na região diversas empresas de promoção do turismo ao ar livre. No entanto não aconteceu, talvez porque estas actividades se desenrolam em épocas específicas do ano.

Os utilizadores foram ainda questionados quanto à frequência de utilização, sendo que 5% dos inquiridos visitavam o percurso *uma vez ou mais por dia*, 72% *uma a duas vezes por semana* e 15 % *uma a duas vezes por mês*.

Quanto às visitas se realizarem em dias da semana e/ou ao fim-de-semana, 42% responderam que utilizavam os percursos durante *toda a semana*, 49% *exclusivamente ao fim-de-semana* e apenas 5% *só durante a semana*.

Em relação à distância entre o percurso e a zona de residência ou estadia, 56% dos inquiridos responderam que percorriam *2 a 10 km* até ao percurso e 23% percorriam *mais de 10 km*. 18% encontravam-se *entre ½ km a 1 km* de distância do local de residência.

Foi ainda perguntado como se deslocavam até ao percurso, ao qual 92% dos inquiridos respondeu *de bicicleta*, 8% *a pé* e outros 8% *de carro*.

Relativamente à questão “Com quem visita o percurso”, 74% responderam com *amigos*, 25% com a *família*, 23% *sozinho(a)* e 13% integrados em *clube/grupo*.

7.1.2. Tipos de Uso

As *actividades realizadas com bicicleta (BTT/Downhill)* foram o tipo de uso mais citado (95%). O *andar* (20%), *relaxar* e *meditar* (17,5%) foram as actividades mais populares seguintes. Com 12,5% o *estar em contacto com a natureza* e com 10% a *contemplanção da paisagem* e a *visita a monumentos e vestígios arqueológicos*. Foram ainda referidos o *passeio com o cão* (2,5%) e a *prática de Orientação* (5%).

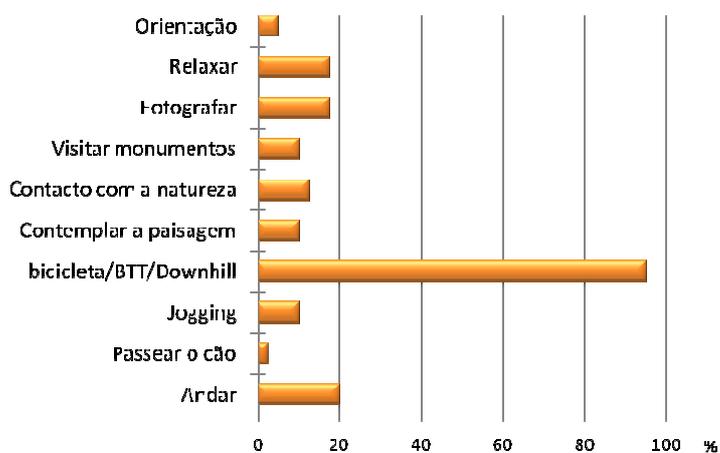


Figura 19. Actividades realizadas nos Percursos de Monfurado.

7.1.3. Preferências dos utilizadores

Os utilizadores foram questionados quanto ao **grau de satisfação** relativamente ao traçado e condições do percurso, ao qual, 60% responderam estar *satisfeitos* e 32,5% *muito satisfeitos*. Apenas 7,5% se revelaram *pouco satisfeitos*. Alguns utilizadores teceram

comentários, exprimindo o seu descontentamento e angústia, os quais foram transcritos e poderão ser consultados no Anexo IX.

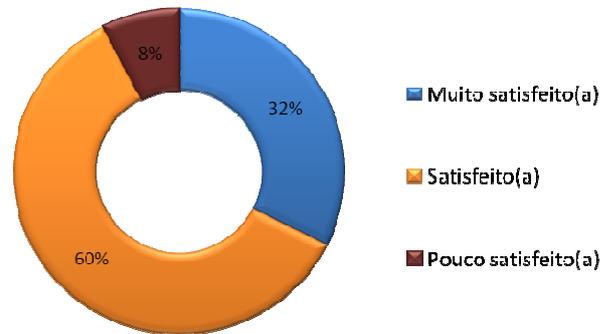


Figura 20. Grau de satisfação quanto ao traçado dos Percursos.

Quanto **ao que mais agrada** aquando do usufruto do percurso, 67,5% referiu o *contacto com a natureza*, 45% a *paisagem característica* e 42,5% a *tranquilidade do local/evasão ao bulício da cidade*. Foi ainda citada com 32,5% a *aventura*, a *descoberta de novos lugares e paisagens* com 25% e com 15% a *paisagem rural e o contacto com as populações locais*.

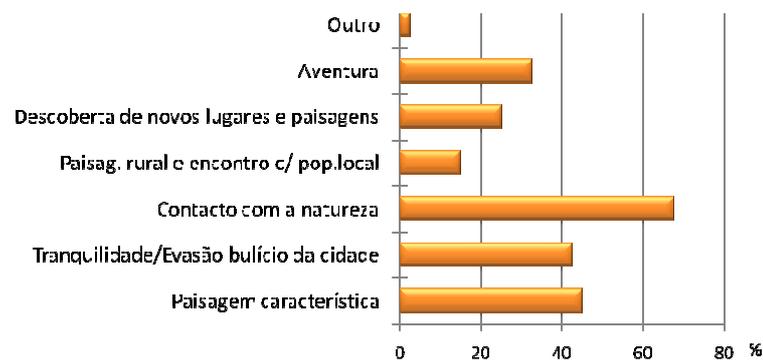


Figura 21. O que mais agrada aos utilizadores dos Percursos.

O **que mais incomoda** os utilizadores destes percursos é com larga margem, as *barreiras físicas* com 64,1% das respostas. De seguida, a *falta de sinalização/informação* com 25,6% e o *encontro com utilizadores indesejados* com 23,1%. Quanto aos utilizadores indesejados, era pedido aos inquiridos que expusessem a quem se referiam, ao qual 78% responderam motociclistas, 11% ciganos e 11% pessoas que deixam lixo.

A *falta de infra-estruturas de apoio* foi referida 12,8%, especificamente apoios de segurança e bebedouros e 10,3% as *más condições do caminho/pavimento* e ainda a opção *outras*, com referência aos animais e o lixo acumulado nas margens dos caminhos.

Foram ainda referidas a *insegurança* com 7,7% e a *utilização abusiva por parte de outros utilizadores* também com 7,7%, sobre o qual foram referidos os motociclistas e os utilizadores que passeiam cães de raças consideradas perigosas.



Figura 22. O que mais incomoda aos utilizadores dos Percursos.

Depois de os inquiridos demonstrarem o seu agrado e desagrado, era pedido que indicassem quais das **ações** listadas (se alguma) sugeriam como **prioritárias para o melhoramento** do traçado dos percursos: o *acesso facilitado a áreas vedadas* (48%) e o *prolongamento dos percursos por áreas inacessíveis* (35%) foram as medidas mais referidas. *Mais sinalização/informação* (33%) e a *construção de zonas de descanso* (23%) foram também

mencionadas, ainda que com menos frequência. Foi ainda referida a necessidade de *construção de outras estruturas de apoio* (12,5%), como bebedouros (opinião manifestada oralmente por um utilizador) e ainda a *interdição da utilização a alguns utilizadores* (12,5%), nomeadamente motociclistas, como já revelado acima, ao serem os utilizadores mais indesejados. Finalmente o *melhoramento do pavimento* (5%) e na opção *outras acções* (2,5%) a limpeza do entulho acumulado nas margens dos caminhos.



Figura 23. Acções prioritárias para melhoramento dos Percursos.

As acções prioritárias sugeridas corroboram as situações e condições que mais desagradam os utilizadores, e que por isto querem ver resolvidas ou melhoradas. O acesso e prolongamento dos percursos por áreas inacessíveis pela crescente delimitação dos terrenos com arame farpado são as alterações e melhoramentos mais desejados, em conjunto com a construção de zonas de descanso e a colocação e/ou reposição de placas de sinalização e informação.

Foi ainda pedido aos utilizadores que revelassem as suas **preferências relativamente às paisagens**. De entre as opções apresentadas, as mais apreciadas, com larga maioria, foram as *Galerias ripícolas* com 64%, o *Montado com mato* com 59% e o *Eucaliptal* com 39% das

nomeações. Também referidas mas com menos votos, as paisagens de *Montado denso com pastagem limpa* (36%), *Pinhal* (33%) e *Montado aberto com pastagem limpa* (21%).

Relativamente às paisagens menos apreciadas, surgem no início da lista com 30%, as *Pastagens e Forragens*, a *Vinha* e o *Mosaico de várias culturas*. Contraditoriamente, o *Eucaliptal* encontra-se também na lista das menos preferidas com 26% das respostas dos inquiridos assim como o *Montado com mato* (22%), antes mais apreciado, e ainda o *Montado denso com pastagem limpa* (19%).

Estas opiniões opostas podem ficar a dever-se aos diferentes tipos de utilização e distinto conhecimento do funcionamento dos ecossistemas. São claras as preferências por paisagens mais fechadas e sombrias, talvez por serem mais frescas e escuras para a prática de actividades que requerem exercício físico intenso, como a prática de BTT (actividade mais praticada pelos utilizadores). Por outro lado, a preferência explícita por monoculturas, como o *Eucaliptal* e o *Pinhal* podem revelar uma analogia economicista aliada ao desfrute do espaço através das várias actividades desenvolvidas.

Não foi opção questionar os utilizadores quanto à sua escolaridade, no entanto, neste caso, teria sido interessante comparar tal informação com as respectivas preferências, já que estes resultados podem significar um diminuto conhecimento do impacte de cada paisagem no funcionamento dos ecossistemas.

As paisagens menos apreciadas (*Mosaico de várias culturas, Vinha e Olival*) estão integradas num contexto de produção e por isto, são espaços onde o desenvolvimento de certas actividades está mais dificultado ou é interdito. As *Pastagens e Forragens* estão no topo da lista das paisagens menos aprazíveis, talvez pela razão apresentada acima, o que pressupõem a preferência dos utilizadores por paisagens menos abertas e áridas. Contraditoriamente, encontra-se também aqui, na lista das menos apreciadas, o *Montado com mato*, o que neste caso pode apenas dever-se a opções estéticas.

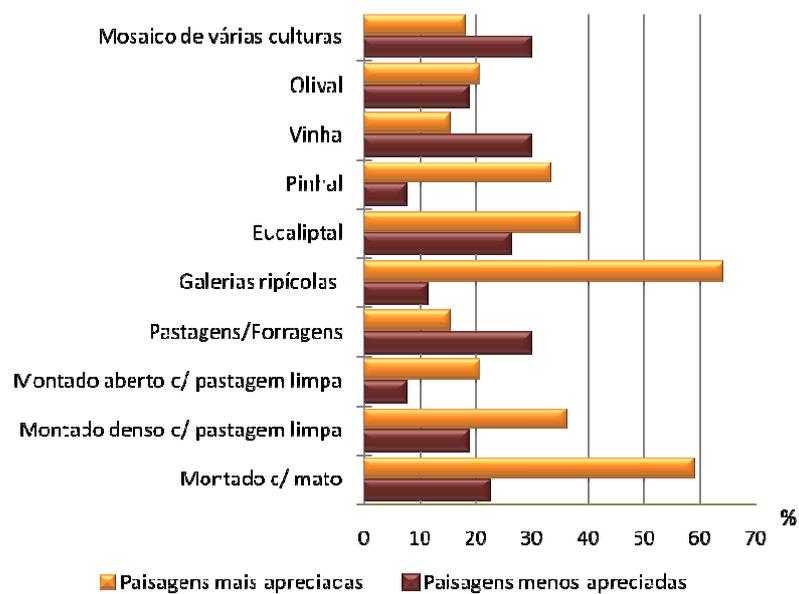


Figura 24. Paisagens mais e menos apreciadas pelos utilizadores dos Percursos.

As perguntas seguintes pretendiam avaliar a importância que os percursos e as paisagens envolventes têm para os utilizadores. A primeira pergunta deste grupo questionava se **achavam e porque achavam importante que estes recursos se mantivessem no futuro**, à qual quase todos os inquiridos se mostraram preocupados, por diferentes razões. A importância da *tradição e preservação cultural* foi a mais respondida com 89%, seguida de razões *estéticas*

(29%) e económicas (14%). Na opção *Outra* (7%), foram nomeadas a *conservação da biodiversidade*, a *manutenção destes espaços de lazer*.

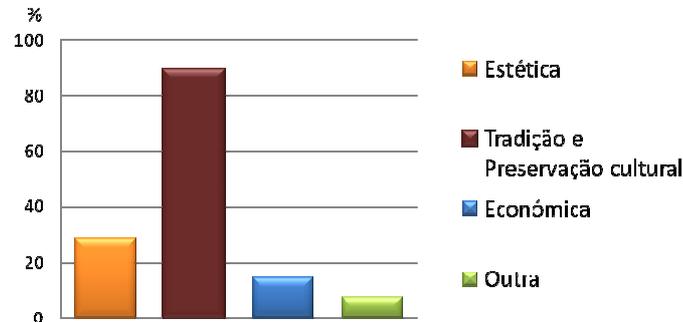


Figura 25. Razão para a manutenção futura dos percursos e paisagens envolventes.

É clara a importância que a maioria dos utilizadores dá à continuação das práticas agrícolas e florestais que permitem que as paisagens características desta região se mantenham para as futuras gerações. Aliada a esta razão estão também as questões estéticas, da identificação desta região com a paisagem de Montado e as Galerias Ripícolas como contraste. A razão económica não pode também ser descurada, pois é em parte, esta que permite em certa medida manter estas paisagens e assim estes espaços de recreio. A referência à importância da manutenção destes espaços de lazer mostra que estes são sem dúvida espaços a valorizar e promover.

De seguida, os utilizadores foram questionados quanto à **disponibilidade para colaborarem monetariamente no caso de uma melhoria das condições dos percursos e gestão sustentável das paisagens envolventes**. A resposta foi clara, já que 50% dos inquiridos afirmou *não estar disposto a pagar*. Os indecisos contabilizam 30% das respostas e os utilizadores *disponíveis para pagar*, apenas 20%. Neste caso, ao não serem expostas quais as melhorias a realizar e qual impacto que estas poderiam ter na região e na qualidade de vida das populações,

muitos utilizadores podem ter-se contrafeito a mais um pagamento. Estas reacções podem ficar a dever-se à realidade económica actual que priva muitos de suportarem custos adicionais relacionados com o lazer ou ainda a uma cultura nacional de não valorização da qualidade dos espaços de recreio ao ar livre ou ainda à falta de responsabilidade social para com as futuras gerações. No entanto há que valorizar o número de indecisos que poderão mudar de ideias, depois de apreendidas as mudanças.

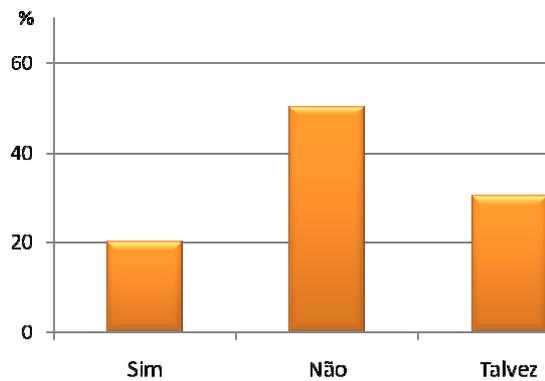


Figura 26. Disponibilidade para pagar para um usufruto com qualidade.

As duas últimas perguntas, pretendiam sondar os utilizadores quanto à sua posição na participação pública nos processos de decisão.

Os utilizadores foram interrogados se **teriam gostado de ter participado no processo desenvolvimento do traçado dos percursos**. 47,5% dos inquiridos revelam que *gostariam de ter sido participantes* neste processo e 32,5% declaram que *talvez tivessem participado* se interpelados no momento. Apenas 20% dos utilizadores *não revelou esta vontade*.

A última pergunta, feita em termos futuros, questiona a **disponibilidade para a participação no planeamento e gestão dos percursos**. A posição dos utilizadores inquiridos foi clara quanto à disponibilidade e interesse futuro na participação no processo de

desenvolvimento e consequente gestão dos percursos, com 55% de respostas afirmativas. 30% dos utilizadores mostram-se indecisos e apenas 15% disseram não a esta solicitação.

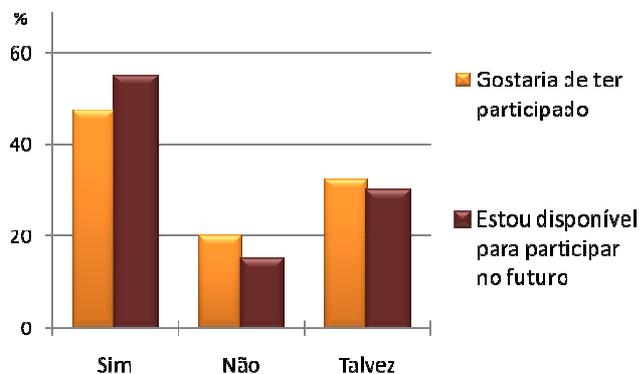


Figura 27. Disponibilidade para participar no processo de planeamento e gestão dos percursos.

É visível e de destacar o interesse que demonstraram os utilizadores em serem ouvidos e poderem dar a sua opinião, e mais ainda, colaborar.

7.2. Utilizadores da Ecopista

7.2.1. Perfil dos utilizadores

Dos 21 utilizadores inquiridos, 57% eram do *género masculino* e 43% do *género feminino*.

Relativamente aos grupos etários, os mais representados foram a classe dos 35 – 55 anos, com 57% dos inquiridos e a classe *mais de 55 anos*, com 33%. Sendo que apenas 10% dos utilizadores se encontravam na classe 16 -34 anos.

Quanto à área de residência, a *cidade de Évora* foi unânime (e como se poderá verificar mais à frente, uma zona muito específica da cidade).

Quando questionados acerca da frequência de utilização, 76% dos inquiridos afirmaram utilizar a Ecopista *uma vez por semana* ou mais, 10 % *uma a duas vezes por mês*, 9% *uma vez por*

dia ou mais e somente 5% *uma a duas vezes a cada seis meses*. Foi ainda referido por muitos, que a frequência de utilização aumenta (para todos os dias) nos meses mais quentes de Verão e Primavera e nas épocas de férias.

Quanto às visitas se realizarem em dias da semana e/ou ao fim-de-semana, 38% responderam que utilizavam a Ecopista durante *toda a semana*, 52% *exclusivamente ao fim-de-semana* e apenas 10% *só durante a semana*.

Relativamente à distância entre o percurso e a zona de residência ou estadia, 81% dos utilizadores responderam morar/estar a *menos de ½ km* de uma entrada da Ecopista e os restantes 19% entre *½ km a 2 km*. Estes resultados parecem indicar que são maioritariamente os residentes dos Bairros circundantes que usufruem da Ecopista.

Foi ainda perguntado como se deslocavam até ao percurso, ao qual 59% dos inquiridos respondeu que se deslocavam *a pé*, 23% de *bicicleta* e outros 18% de *carro*.

Quanto à pergunta “Com quem visita o percurso”, 54% referiu a *família*, 23% com *amigos* e outros 23% *sozinhos(as)*.

O facto de os inquéritos terem sido conduzidos nos meses de Dezembro e Janeiro, poderá ter implicado que a amostra se limitasse a um certo grupo de utilizadores.

7.2.2. Tipos de Uso

O *andar/passear* foram o tipo de uso mais citado (81%), de seguida as *actividades realizadas em bicicleta* (38%), e com menos expressão o *jogging* (14%), o estar em *contacto com a natureza* (9%) e o *contemplar da paisagem* (5%).

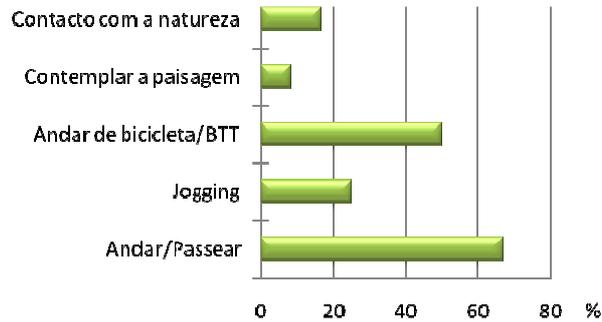


Figura 28. Atividades realizadas na Ecopista.

7.2.3. Preferências dos utilizadores

Os utilizadores foram questionados quanto ao **grau de satisfação** relativamente ao traçado e condições do percurso, ao qual, 57% responderam estar *satisfeitos* e 38% *muito satisfeitos*. Apenas 5% se revelaram *pouco satisfeitos*.

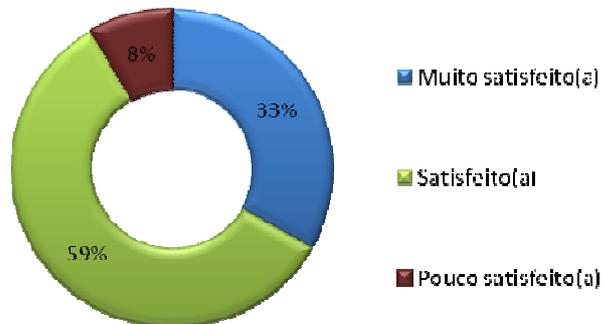


Figura 29. Grau de satisfação quanto ao traçado da Ecopista

Quanto **ao que mais agrada** aquando do usufruto do percurso, 75% referiu a *tranquilidade do local/evasão ao bulício da cidade*, 55% o *contacto com a natureza*, e 50% a *paisagem característica*. Foram ainda citadas, com menos expressão, a *paisagem rural* e o *contacto com as populações locais* (20%) e a *descoberta de novos lugares e paisagens* (10%).

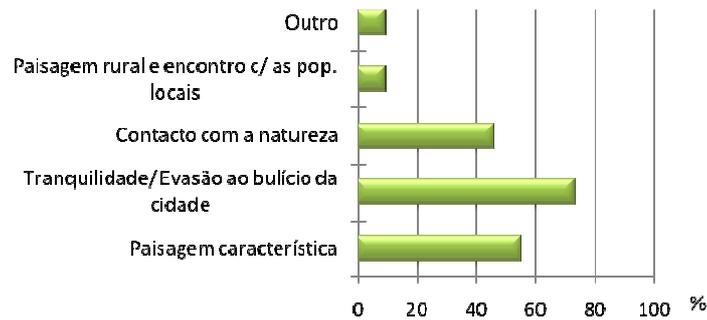


Figura 30. O que mais agrada aos utilizadores da Ecopista.

O **que mais incomoda** os utilizadores destes percursos são, com 40% das respostas, *outras razões* que não as apresentadas, tais como, o *cruzamento com vias rodoviárias, mistura de tráfegos pedonal e ciclável* e por vezes a *superlotação do espaço*, aliado à *falta de civismo na circulação*. Com 30%, foram referidas a *falta de limpeza do pavimento e orlas* (e.g. dejectos de cão, cavalo e outros lixos) e a *falta de algumas infraestruturas de apoio* (wc's, bebedouros e cafetaria, foram referidos). Outra das preocupações, referida com 25% das respostas, foi a *Insegurança* (se bem que muitos referiram que esta já não se sente tanto depois da colocação da iluminação) e também com 25% a *utilização abusiva/pouco cívica por parte de outros utilizadores* (nomeadamente, ciclista e cavaleiros). O *encontro com utilizadores indesejados*

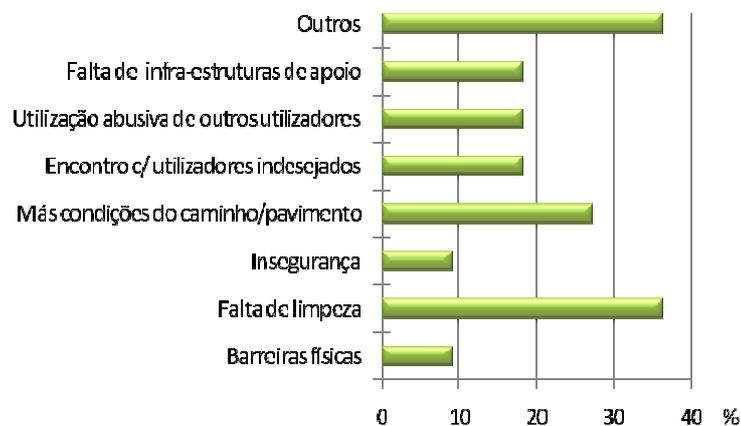


Figura 31. O que mais incomoda aos utilizadores da Ecopista.

(cães sem trela) recolhe 20% das respostas, e com 15%, as *más condições do caminho/pavimento* (especialmente para na zona de terra batida). Foi ainda referida a *falta de iluminação* com 10% das respostas.

Na pergunta, onde foi pedido que indicassem quais das **acções** listadas (se alguma) sugeriam como **prioritárias para o melhoramento do traçado** da Ecopista, a acção mais referida (com 47%) foi a *construção de infra-estruturas de apoio*, como wc's, bebedouros e cafetarias de apoio. Esta medida foi especialmente citada por pessoas de mais idade, que sentem a necessidade ter este tipo de estruturas para um usufruto pleno do espaço da Ecopista. *Mais limpeza* (32%), *mais vigilância* (26%) e *outras questões* (26%) como, a *criação de alternativas à passagem pelas vias rodoviárias* e a *ampliação da largura do caminho*. A *construção de mais zonas de descanso e paragem* também foi referida (16%) e com menos relevância, o *melhoramento do pavimento*, *mais iluminação* e o *prolongamento por áreas inacessíveis*.



Figura 32. Acções prioritárias para melhoramento da Ecopista.

Quanto a **preferências relativas às paisagens**, de entre as opções apresentadas, as mais apreciadas, são o *Montado aberto com pastagem limpa* e as *Galerias Ripícolas* com 57% e 52%, respectivamente. Com 21% das respostas, surgiram o *Montado com mato* e a *Edificação rural*.

Relativamente às paisagens menos apreciadas, a *Malha urbana* aparece no topo das opções com 100% das respostas e de seguida as *Galerias Ripícolas*, que segundo os utilizadores se encontram sujas e obstruídas por silvas e outros arbustos, tornando-as pouco aprazíveis. Surgem assim as *Galerias Ripícolas* como uma das paisagens mais e menos apreciadas.

É de referir que estas perguntas, referentes às paisagens mais e menos apreciadas,

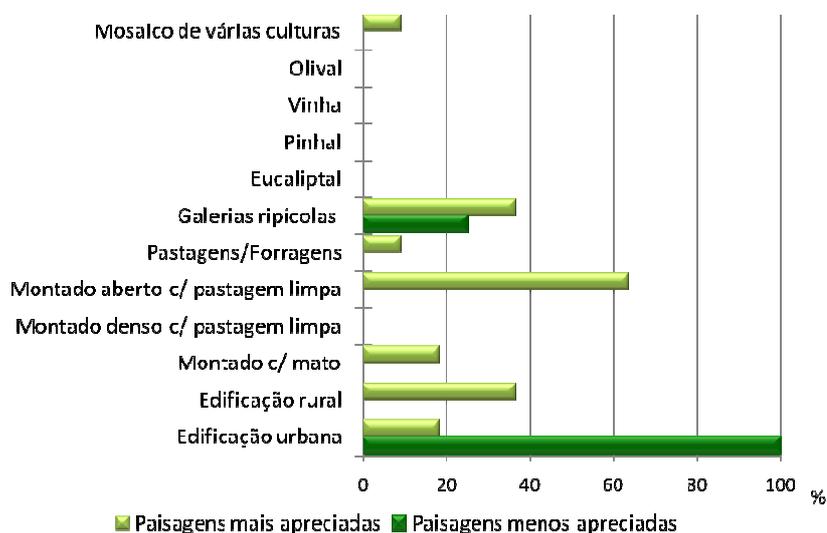


Figura 33. Paisagens mais e menos apreciadas pelos utilizadores da Ecopista.

suscitaram dúvidas em muitos dos inquiridos. Uns porque não se deslocam para além da zona urbana da Ecopista, outros porque disseram-se pouco familiarizados com a terminologia usada, e outros ainda por não terem opinião sobre o assunto. Tendo em conta que muitos utilizadores optaram por não responder, indicia que estes resultados sejam pouco credíveis. Para obter resultados mais satisfatórios, teria sido talvez mais adequado, recorrer a outro tipo de inquérito, por exemplo baseado em imagens, que permitisse a visualização na hora da inquirição.

As perguntas seguintes pretendiam avaliar a importância que os percursos e as paisagens envolventes têm para os utilizadores.

Na pergunta onde se questionava se **achavam e porque achavam importante que estes recursos se mantivessem no futuro**, surge com 100% das respostas, a razão da *Saúde e Bem-estar*, adicionalmente as razões de *Tradição e Preservação Cultural* com 33% e com 29%, as razões *Estéticas*.

A opção de *Saúde e Bem-estar* não constava inicialmente nas opções apresentadas, no entanto, logo nos primeiros inquéritos foi surgindo como uma razão primordial, daí ter sido isolada da opção *Outra*.

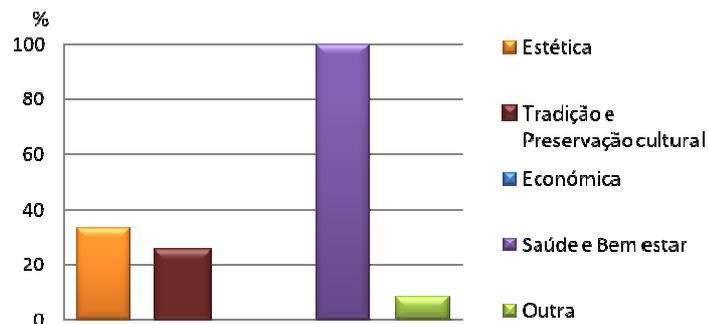


Figura 34. Razão para a manutenção futura dos percursos e paisagens envolventes.

Quanto à **disponibilidade para colaborar monetariamente no caso de uma melhoria das condições da Ecopista e gestão sustentável das paisagens envolventes**, 48% dos inquiridos afirmou *não estar disposto a pagar*, sendo a razão mais referida, o facto do projecto da Ecopista ter sido uma promessa eleitoral e logo de acesso público livre.

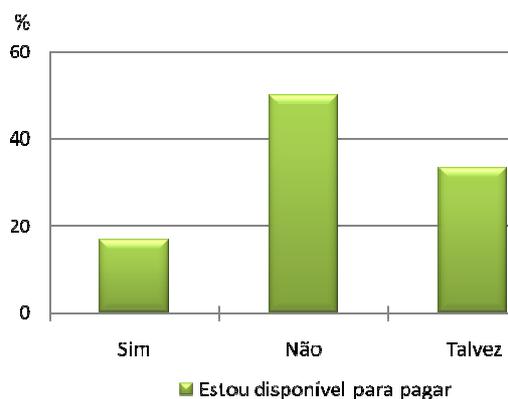


Figura 35. Disponibilidade para pagar para um usufruto com qualidade.

Na pergunta, onde se questionava os utilizadores **se teriam gostado de participar no processo desenvolvimento do traçado** dos percursos, 86% declararam que *não gostariam de ter sido participantes* no processo, em oposição aos 10% que *declararam sim*. Frequentemente, as justificações dadas à resposta não foram, “*haver pessoas mais qualificadas e capacitadas para tratar do assunto*” ou ainda “*é um tema que não domino, por isso não sei qual seria o meu contributo*”.

Em oposição, na pergunta sobre **a disponibilidade de participar no futuro**, 76% dos inquiridos respondeu *Sim*, contra apenas 14% que disseram *não estar interessados*.

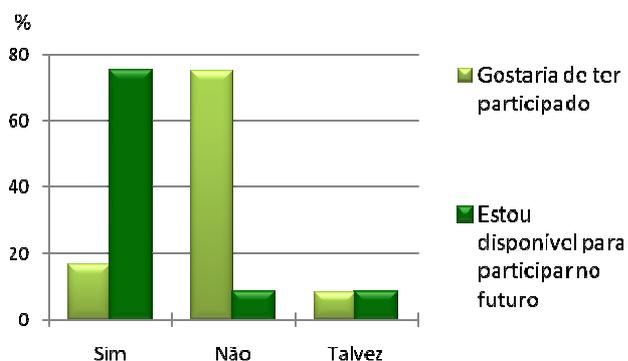


Figura 36. Disponibilidade para participar no processo de planeamento e gestão dos percursos.

Se as respostas à primeira pergunta revelaram uma certa apatia e acomodação, as segundas respostas fazem prever que as pessoas estão mais predispostas para participar, serem ouvidas ou pelo menos informadas antes de cada decisão.

7.2.4. Percursos Ambientais

Foi perguntado aos utilizadores da Ecopista se tinham conhecimento da existência dos restantes trilhos pertencentes aos Percursos Ambientais, como os Percursos de Monfurado, Aqueduto e Alto de S. Bento, ao qual apenas 43 % *respondem afirmativamente*, mas pouca certeza do seu propósito. Destes 43 %, *todos responderam não serem utilizadores*, dos quais 89 % por estes Percursos se encontrarem a *grande distância do local de residência* e 11 % por a *Ecopista ser a melhor alternativa para a utilização pretendida*.

7.3. Principais diferenças entre os utilizadores dos Percursos de Monfurado e Ecopista

As respostas dos utilizadores dos Percursos de Monfurado em confronto com as dos utilizadores da Ecopista revelam uma forte segregação de géneros, de idade e de hábitos de usufruto. Nos Percursos de Monfurado, predomina o género masculino, de faixa etária baixa (16-34 anos), praticantes regulares de desportos de bicicleta, em grupo ou individualmente. Já na Ecopista, a maior parte os utilizadores pertencem às faixas etárias 35-55 anos e mais de 55 anos, utilizam preferencialmente o troço urbano para andar e passear, geralmente em família. As diferenças expressivas, levam a crer, que existem grupos distintos de utilizadores nos diferentes espaços.

Quanto ao que mais agrada aos utilizadores, ainda que com diferentes proporções, as três opções de resposta mais referidas entre os dois Percursos, foram coincidentes. O contacto com a natureza, a paisagem característica e a tranquilidade aliada à evasão ao bulício da cidade, são razões que atestam a demanda social por espaços verdes ao ar livre para o recreio e lazer

Relativamente às inquietações e anseios sentidos, na Ecopista estes prendem-se com conflitos de uso, como superlotação do espaço aliado à falta de civismo e o cruzamento das vias rodoviárias, nos Percursos Monfurado, as barreiras físicas são o maior impedimento a um usufruto pleno do espaço.

Em termos de preferências relativamente a Paisagens, as opções são algo divergentes, denotando-se apenas como comum, a preferência pelas Galerias Ripícolas. São no entanto também escolhidas, as Galerias Ripícolas como uma das paisagens menos apreciadas pelos utilizadores da Ecopista, escolha justificada pelas más condições de algumas linhas de água da região.

O Montado é eleito pelos utilizadores como uma das paisagens mais apreciadas, embora com a diferença de os utilizadores da Ecopista o preferirem do tipo aberto e com pastagem limpa e os utilizadores dos Percursos de Monfurado, o elegerem com mato. A razão destas diferenças é difícil de conjecturar, podendo no entanto estar relacionada com o tipo de utilização de cada espaço pelos vários utilizadores.

Quanto aos motivos para a preservação das paisagens circundantes e destes trilhos em particular, para os utilizadores dos Percursos de Monfurado prendem-se com questões de tradição e preservação cultural. Já para os utilizadores da Ecopista, a saúde e o bem-estar da população são a razão maior.

Ao nível da participação no processo de planeamento dos Percursos, ambos os utilizadores revelaram estar futuramente disponíveis para participar, no entanto, muitos deles não crêem que a sua opinião seja levada em consideração ou mesmo que seja de valorizar, passando a responsabilidade aos técnicos e políticos.

Os números obtidos quanto à disponibilidade para contribuir monetariamente são semelhantes nos dois Percursos, ficando o Sim, aquém das outras opções. A não especificação

do tipo de melhorias e o seu impacto, pode levar a que os utilizadores não concebam a razão para o qual estariam a contribuir.

Se esse estudo tivesse eventuais repercussões nestes espaços, teria sido interessante ficar com os contactos dos utilizadores que demonstraram esta vontade e disponibilidade para no futuro serem contactados e informados sobre os progressos do estudo e convidados a participarem.

8.

**AVALIAÇÃO
DAS PERSPECTIVAS
DOS CHEFES DE EXPLORAÇÃO**



8.1. Perfil dos Chefes de Exploração

Dos dez chefes de exploração contactados, seis são de género feminino, das quais duas são proprietárias na área do Percurso do Aqueduto e as restantes dos Percursos de Monfurado; quatro dos entrevistados são do género masculino. Esta distinção de géneros não têm qualquer significado, já que se verificou que em muitas das explorações, a gestão é partilhada por várias pessoas, geralmente famílias e/ou sociedades agrícolas.

A maioria dos entrevistados encontra-se na faixa etária dos 40-60 anos, possui estudos secundários ou superiores, em áreas diversas como, a sociologia, gestão ou agronomia.

8.2. Características e Tipos de Exploração

As Herdades localizadas nos Percursos de Monfurado têm dimensão média de 350 ha (máximo 590 ha e mínimo 206 ha) e as propriedades incluídas no Percurso do Aqueduto de apenas 7,5 ha e 12 ha.

As Herdades nos Percursos de Monfurado são exploradas predominantemente em regime extensivo, sendo as principais actividades de produção com retorno económico, a produção pecuária (ovinos e bovinos), a exploração florestal do montado de sobro e azinho e a produção e comercialização de vinho. Associadas a estas actividades surgem a caça turística e com menos representação, a cultura de hortícolas e pomares. A caça associativa é praticada numa das Herdades. Todas as Herdades estão incluídas total ou parcialmente (excepto uma) na Rede Natura 2000 (Sítio Rede Natura de Monfurado), o que lhes confere à partida uma exploração segundo práticas de gestão sustentável, já previsivelmente praticadas antes da classificação.

No Percurso do Aqueduto, apenas uma única exploração se dedica exclusivamente ao turismo rural e animação turística e outra que concilia o turismo rural e agroturismo, com a produção florestal e pecuária.

Actividades tradicionais como a apanha de ervas aromáticas, cogumelos e apicultura, são realizadas esporadicamente em algumas das Herdades, por habitantes locais e sem retorno económico para os proprietários.

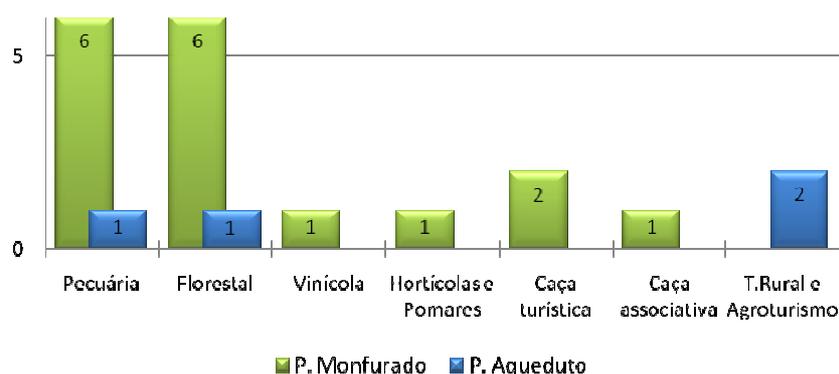


Figura 37. Principais actividades exploradas nas propriedades inseridas nos Percursos Ambientais.

8.3. Posições e Visões

Dos dez entrevistados, apenas um se revelou utilizador e entusiasta dos Percursos, enquanto os nove restantes declararam não usufruir destes, tendo no entanto a maioria conhecimento acerca existência dos mesmos.

Apenas um dos proprietários de Monfurado divulgou ter sido contactado pela Câmara Municipal de Évora, aquando do desenvolvimento dos Percursos, quanto à disponibilidade para abrir a sua propriedade ao traçado dos mesmos, ao qual o proprietário respondeu não estar interessado. Quanto aos restantes, não foram informados.

No Percorso do Aqueduto, todos os proprietários foram contactados pela Câmara Municipal de Évora e consultados no processo de desenvolvimento do Percorso. Como o traçado do Aqueduto cruza as propriedades, os proprietários entrevistados requereram que algumas infra-estruturas, como vedações, portões e canadianas fossem construídas, como forma de preservar as suas propriedades e explorações.

Por o conjunto de chefes de exploração ser reduzido, receou-se à partida que os resultados seriam pouco coerentes, no entanto, os resultados da inquirição revelaram opiniões e visões semelhantes por parte dos proprietários.

Os entrevistados foram questionados quanto à forma como encaram os Percursos, se como **problema ou como oportunidade para sua exploração**, ao qual a maioria respondeu que são principalmente um problema. O aumento de ruído, lixo e distúrbios das actividades de exploração, dos seus habitantes e valores, foram as razões mais citadas. Por distúrbios das actividades de exploração, foram mencionados a perturbação do gado pela passagem junto às pastagens, as possíveis fugas do gado por portões e cancelas mal fechados e a destruição de culturas agrícolas. No caso do Percurso do Aqueduto, as principais preocupações estão relacionadas com a perda de privacidade e o aumento do ruído, condição não desejadas, em explorações de Turismo Rural e áreas residenciais, como é o caso das explorações presentes.

Entre todos, uma observação foi feita diversas vezes, a de que os utilizadores locais e nacionais são pouco conscienciosos e respeitadores dos espaços verdes e neste caso privados, e daí a receio em relação ao uso destes Percursos.

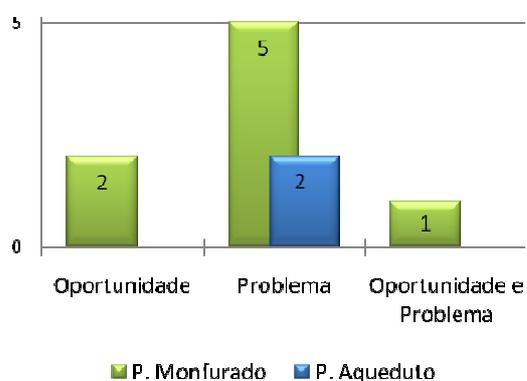


Figura 38. Forma como os chefes de exploração encaram os Percursos Ambientais.

Há no entanto, dois proprietários que consideram os Percursos como uma oportunidade para a sua exploração, ao anteverem um maior fluxo de público à região, que facilite a promoção dos seus produtos.

Já quanto a eventuais **benefícios para as populações locais**, os entrevistados são unânimes em reconhecer que estes Percursos trarão benefícios para estas comunidades, ao possibilitarem espaços de lazer e recreio e ainda, no sector dos serviços com a chegada de turistas, que consumam estadias e refeições, e a promoção dos produtos regionais.

Dois dos entrevistados, referiram não saber até que ponto estes Percursos poderão vir a ter repercussões positivas para as populações locais. Estes foram também aqueles que se mostraram mais cépticos quanto à função, utilidade destes Percursos e possíveis problemas a eles associados.

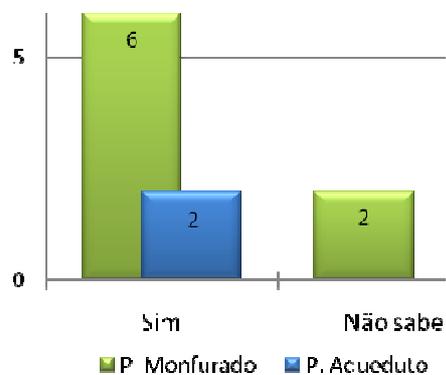


Figura 39. Opinião dos chefes de exploração quanto a eventuais benefícios para as populações locais.

Confrontados com as expectativas dos utilizadores quanto à **permissão de acesso a áreas vedadas**, seis dos chefes de exploração referiram estar dispostos a permitir o acesso ocasional, no entanto, sempre sobre certas condições, que se presenteiem com o bom senso

dos utilizadores e respeito pela propriedade alheia, como o fechar de cancelas abertas, não perturbar os animais e não deixar lixo.

Dois dos chefes de exploração que referiram não permitir o acesso, localizam-se na área dos Percursos de Monfurado e justificam a sua escolha por acharem que este acesso não controlado poderá comprometer a sua exploração. A necessidade desta restrição é reforçada por um dos chefes de exploração que refere já terem acontecido incidentes por causa da abertura à passagem no seu terreno. No caso do Percorso do Aqueduto, a reserva é justificada pela pequena dimensão da propriedade e porque ao permitir o acesso ao público, comprometeria a sua exploração, neste caso, o turismo rural e a privacidade da sua família, já que o espaço em questão é também residencial.

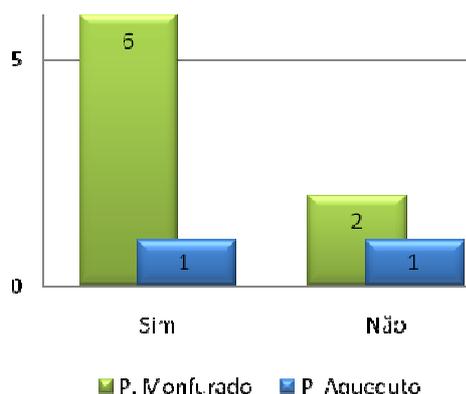


Figura 40. Posição dos chefes de exploração quanto à permissão de acesso ao público a áreas vedadas.

Quanto a **novos traçados** dentro das suas propriedades e explorações, cinco chefes de exploração admitem essa possibilidade, mas a maioria com muitas restrições, pois prevêem que a sua exploração e privacidade possa vir a ser comprometida por tal medida.

Quatro dos inquiridos declarou veementemente que não, alguns porque a sua exploração ficaria comprometida de alguma forma, outros devido a experiências passadas de invasão de propriedade e destruição de valores, não concordam com novos traçados.

Dos inquiridos que demonstraram interesse, dois deles mostraram-se particularmente interessados no desenvolvimento de novos traçados nos seus terrenos, sugerindo que estes sejam mais completos que os actuais, ao nível de informação e sinalética. Mais informação sobre a paisagem e ecossistemas, e em particular as actividades exploradas nas Herdades. Integrada na visita a um futuro Percurso ficaria a possibilidade do público participar nas actividades diárias das explorações. Tendo em conta que estes novos Percursos compreenderiam mais recursos e manutenção, um dos proprietários antevê que o seu usufruto ficaria dependente de pagamento.

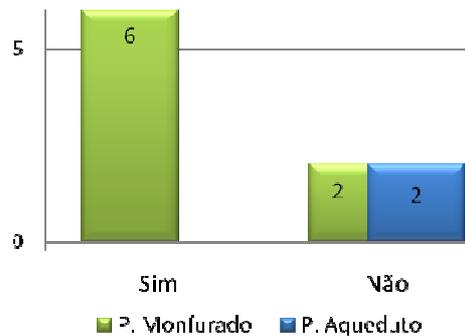


Figura 41. Posição dos chefes de exploração quanto ao traçado de novos Percursos.

Relativamente a **futuros investimentos**, na hipótese de um melhor enquadramento dos Percursos, os três entrevistados que responderam afirmativamente, afirmam também que apostariam no Turismo Rural, através do aproveitamento de antigas habitações rurais actualmente desabitadas e no Agroturismo, aliando a promoção dos produtos resultantes das suas actividades.

Embora a maioria dos inquiridos (seis) não antever qualquer tipo de investimento, esta posição não se marca por acharem que o investimento associado a estes Percursos, não trará quaisquer benefícios, mas sim, por na conjuntura actual este tipo de actividades não lhes

parecer viável economicamente, pela falta de fundos e pelo mercado da região se encontrar saturado.

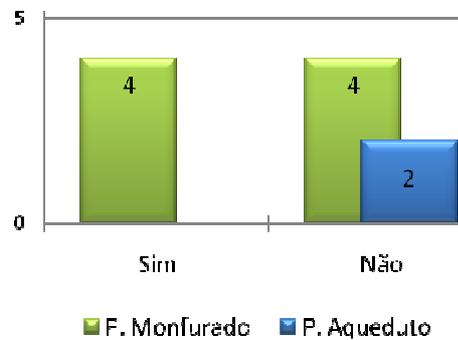


Figura 42. Posição dos chefes de exploração quanto a futuros investimentos num contexto de um melhor enquadramento dos Percursos Ambientais.

Finalmente, uma análise geral dos resultados mostra que os proprietários, embora na maioria receosos quanto a possíveis impactos negativos pelo uso recreativo dos seus espaços, se mostram receptivos e crentes quanto aos possíveis benefícios que estes Percursos poderão trazer às suas explorações, concebendo até projectos de exploração do uso de recreio nas suas propriedades.

Quanto aos casos dos chefes de exploração mais cépticos e menos receptivos, que justificam a sua inflexibilidade por questões de preservação de património herdado e segurança económica, fica a questão se, num contexto de planeamento concertado entre as autoridades locais, os utilizadores e os próprios proprietários (onde ficassem acordados direitos e deveres de cada interessado e recorrendo possivelmente a incentivos económicos), a sua opinião e posição alterar-se-ia.

A photograph of a paved path lined with trees, overlaid with a green tint. The path curves to the left, and the trees are mostly without leaves, suggesting a late autumn or winter setting. The overall mood is quiet and contemplative.

9.

REFLEXÃO SOBRE OS RESULTADOS E ORIENTAÇÕES DE GESTÃO

Os resultados obtidos neste estudo, ainda que não tenham sido produto de uma sondagem exaustiva, revelaram importantes tendências de posições e opiniões, entre diferentes utilizadores e chefes de exploração, quanto aos Percursos Ambientais.

9.1. Procura

9.1.1. Tipo de Procura

Os resultados alcançados de caracterização da Procura dos Percursos Ambientais junto dos seus utilizadores, parecem indiciar a existência de uma segregação entre os utilizadores dos Percursos de Monfurado e da Ecopista. No entanto, ainda que os utilizadores se dividam por diferentes razões, como a adaptabilidade ao tipo de uso nos Percursos de Monfurado, e razões de comodidade e/ou oportunidade na Ecopista, todos são coniventes no que mais lhe agrada quando usufruem destes espaços distintos entre si, e isto é, a tranquilidade aliada à evasão ao bulício da cidade e o contacto com a natureza, concretizando a demanda por espaços naturais e ao ar livre.

A Ecopista parece ser procurada por razões práticas de proximidade, segurança e comodidade, por pessoas de mais idade, geralmente em família ou sozinhos, por razões de saúde e bem-estar. Os Percursos Ambientais são escolhidos por jovens e jovens adultos, geralmente organizados em grupos de amigos, com o objectivo de escape dos limites urbanos para a prática de actividades com bicicleta.

Este tipo de segregação foi já identificado nos estudos de Gobster (1995) e Shafer *et al* (2000), nos quais o tipo de utilizadores e hábitos de uso estão intrinsecamente dependentes do tipo de percurso, proximidade e condições que oferece. Esta segregação confirma que há uma dimensão funcional forte na procura de diferentes modalidades de percursos, em que cada utilizador define a sua escolha segundo o que de facto mais lhe convém para a actividade

específica que pratica e nas condições que tem (Surová e Pinto-Correia 2008; Pinto-Correia et al 2010).

Por razões de escala, os conflitos de uso parecem ser mais sentidos pelos utilizadores da Ecopista com a sobrelotação sazonal aliada à falta de civismo de alguns utilizadores e ainda o cruzamento com vias rodoviárias. Tais conflitos eram esperados e foram já retratados por Gobster (1995) e ficam a dever-se à Ecopista ser um percurso de maior acessibilidade e frequentado preferencialmente em zona urbana. Em áreas rurais de baixa densidade populacional, no Alentejo mas longe de Évora, tais conflitos não se fazem sentir, uma vez que a pressão de uso para os percursos existentes é muito limitada. Mas registam-se já conflitos latentes, entre grupos com práticas diferenciadas, por exemplo caçadores e eco-turistas (Pinto-Correia et al 2010). A previsão e gestão deste tipo de conflitos, de utilizações do espaço rural para recreio, deverão ser domínios a ter em consideração, à medida que os hábitos de recreio em espaço rural da população portuguesa se forem desenvolvendo.

Para os utilizadores dos Percursos de Monfurado, as barreiras físicas que se impõem a um desfrute mais livre do espaço, são a principal inquietação.

A importância de dados sobre padrões de segmentação de utilizadores e rácios de satisfação impõe-se na hora do planeamento e desenvolvimentos futuros destes ou outros percursos pedestres, com vista a ir ao encontro do esperado pelas populações.

9.1.2. Avaliação da paisagem pelos Utilizadores

Quanto à avaliação da paisagem, os resultados obtidos são também interessantes e ainda mais se se tiver em conta que a nossa percepção e avaliação da paisagem é um processo realizado ao longo do tempo, logo acompanhando o nosso crescimento natural e intelectual e todos os factores que o condicionam e enquadram (Fernandes, 2002).

A avaliação das paisagens mais valorizadas pelo público, revelou que nem todos os inquiridos estavam familiarizados com a terminologia utilizada nesta componente do trabalho, e

que muitos outros nunca se debruçaram sobre o assunto. O próprio inquérito funciona assim como uma primeira sensibilização para a paisagem.

As Galerias Ripícolas foram seleccionadas como paisagens preferidas, por ambos os utilizadores (de Monfurado e Ecopista) recebendo também referências como menos apreciadas, por muitas delas se encontrarem descaracterizadas e poluídas.

A predilecção por paisagens com elementos de água, sejam galerias ripícolas, lagos, culturas de regadio, é uma constante nos estudos de preferências (Kaltenborn, B. & Bjerke, T. (2002), Arriaza, *et al* (2004), Sayadi *et al*(2009); Saraiva 1999) É por esta razão que em alguns estudos (por exemplo, Brush *et al*, 2000) são tomadas opções metodológicas de não incluir paisagens com vistas para ou de elementos de água, com o objectivo de reduzir fontes de variação indesejadas (Pinto-Correia e tal 2010 (b)). Neste estudo esta questão não foi posta em causa, já que tratou de uma investigação de um conjunto global de paisagens, que estão presentes na área em estudo.

Para além das Galerias Ripícolas, surge uma clara preferência pela paisagem de Montado, no entanto distinta em termos de exploração e ocupação do solo.

Os utilizadores dos Percursos de Monfurado, maioritariamente praticantes de actividades com bicicleta, preferem o Montado com mato e referem como principal razão para a manutenção das paisagens envolventes, a Tradição e Preservação Cultural. As zonas de mato no montado são geralmente consideradas como, indicadores de degradação e o abandono do sistema (Fonseca, 2004). No entanto estas zonas, são fundamentais para a sua renovação e para uma utilização mais completa e sustentada dos recursos. É assim difícil especular ou sequer definir uma razão para esta preferência, ficando em aberto qual o conhecimento destes utilizadores sobre a dinâmica rural e das paisagens características da área.

Fica em questão também, a relação entre a preferência pela paisagem e razão para a sua manutenção, se é que esta relação foi tomada em conta pelos utilizadores durante o processo de resposta ao questionário. Eventualmente este tipo de resposta prende-se com as

características da área em questão, Monfurado, onde predominam as manchas de Montado densas de carácter mais florestal ao invés de Montado aberto de carácter agrícola.

Quanto aos utilizadores da Ecopista, principalmente pessoas que passeiam pelo bem-estar físico, preferem o Montado aberto com pastagem limpa. Este resultado é coincidente com o estudo já realizado por Surová e Pinto-Correia (2008b) que identificou como paisagem preferida pelo público urbano e novos residentes, o montado com pastagem limpa e com a presença ocasional de gado, característica também referida por alguns dos inquiridos no presente trabalho. Supondo que nem todos estarão familiarizados com o funcionamento destas paisagens, esta será a imagem que tomam como postal da região. Ou se por outro lado, estão familiarizados, preferem um Montado que demonstra uma gestão cuidada e onde se mantêm a produção como factor de gestão dominante, mais próximo de explorações de Montado tradicionais. Outros estudos no Alentejo mostram que os residentes têm como paisagem de preferência claramente paisagens rurais ligadas a uma exploração agrícola ou agro-florestal activa, com uma intervenção cuidada no sistema produtivo (Pinto-Correia et al 2010; Surova e Pinto-Correia 2008).

O cruzamento com dados relacionados com as experiências e sentimentos, seria desejável para compreender melhor estes resultados. Assim como, um futuro estudo de preferências mais detalhado, que abranja e distinga diferentes grupos de utilizadores e inclua as populações locais, será necessário para esclarecer algumas das interrogações levantados.

9.2. Oferta

Quanto à caracterização da Oferta, personificada pelos chefes de exploração, também revelou algumas tendências interessantes.

Os chefes de exploração entrevistados, consideram acima de tudo, os Percursos Ambientais como uma mais-valia para as populações locais. Não sendo eles próprios utilizadores destes Percursos, consideram que estes têm um papel importante na oferta de espaços de lazer

e recreio e na oportunidade de chamarem turistas para a região, que consomem os produtos regionais e se alojam também na região.

Em consonância com estudos anteriores (Ryan & Walker, 2004 e Ivy & Moore, 2007) nas suas propriedades e explorações, a maioria dos chefes de exploração antevê que os Percursos possam vir a trazer distúrbios para a exploração agrícola (como a perturbação dos animais ou danos nas culturas) e também no espaço residencial.

Especificamente quanto às explorações de Turismo Rural e Agroturismo, os respectivos proprietários temem a perda de privacidade e incómodo dos clientes. Outros porém, consideram que para além de problemas, os Percursos poderão converter-se também em oportunidades, na medida em que poderão actuar como meio de promoção da região e consequentemente dos seus serviços e produtos.

Quanto à resposta às expectativas dos utilizadores de acesso facilitado e criação de novos troços de percursos, os chefes de exploração que não se opõe directamente, referem a necessidade de se estabelecerem acordos prévios de direitos e deveres para ambas as partes (público e proprietários) junto das entidades promotoras (neste caso, a Câmara Municipal de Évora) e mesmo, o pagamento para usufruto, de forma a salvaguardarem as suas explorações e bens.

No caso dos chefes de exploração mais cépticos, na tentativa de uma mudança de posições e à semelhança do que é sugerido noutros estudos, como Tress & Tress (2003) e Ivy & Moore (2007), apontam-se estratégias inclusivas de sensibilização e discussão, que providenciem informações rigorosas e dirijam preocupações.

9.3. Perspectivas para o Percursos Ambientais

9.3.1 O papel dos Chefes de Exploração

Reflectindo sobre o enquadramento particular dos Percursos de Monfurado em áreas privadas de Montado, que são aqui vitais para uma Oferta adequada, salienta-se que a integração bem sucedida de uma nova função rural nestes espaços, deverá contemplar acima de tudo a compreensão e aprovação dos proprietários.

O futuro investimento na exploração de novas funções e actividades neste caso, não é prioridade para a maioria dos chefes de exploração. A ocupação actual do solo e o tipo de exploração actual e futura dos Montados da região não parece estar comprometida e daí uma possível razão para que esta nova função social de recreio não seja para já considerada como alternativa ou oportunidade. Para os restantes chefes de exploração, projectos na área do Turismo Rural e Agroturismo podem ser uma das possibilidades e inclusive, projectos alternativos de percursos pedestres enquadrados nestes novos investimentos. Não se antevê no entanto, uma abertura indiscriminada das propriedades privadas ao público em geral.

9.3.2. Participação dos Utilizadores no processo planeamento

Em relação à questão de participação pública, é do conhecimento geral que a sociedade portuguesa é normalmente vista como possuindo graves défices de participação e mobilização política dos seus cidadãos (Sousa & Triães, 2008, Teixeira, 2009).

Quando confrontados com a hipótese de participação no processo de planeamento, os utilizadores de ambos os Percursos revelaram algum distanciamento e descompromisso dos seus direitos e deveres como cidadãos, justificando-se pela falta de conhecimentos sobre o tema.

No entanto, quando interrogados quanto a uma futura participação, revelaram estar interessados em que as suas sugestões e opiniões fossem ouvidas. Este facto parece indicar que

um futuro método de planeamento que envolva os cidadãos ou as suas associações representativas poderá bem recebido, podendo converter-se num planeamento dos espaços comuns, mais adequado para todos. As iniciativas ligadas à Agenda 21, no sentido de uma maior participação e mesmo envolvimento dos cidadãos nas decisões de âmbito local, podem levar a uma maior consciência do público e das entidades responsáveis, nesse sentido.

9.3.3. Domínios de Intervenção

Relacionando todos os resultados, podem distinguir-se os principais domínios que carecem intervenção.

Por um lado, uma estratégia de compromisso entre proprietários e entidades promotoras pode resultar no melhoramento da oferta actual, tendo em conta as expectativas dos principais consumidores, o público.

Segundo van den Hove, S. (2006) o desafio prático nestes casos será o de desenvolver um processo de participação que resida na combinação de aspectos de cooperação orientados para o consenso e aspectos de negociação orientados para o compromisso, de forma a adaptar os diferentes interesses.

Visando futuros traçados, será importante que os chefes de exploração sejam incluídos no início do processo de planeamento e informados sobre os potenciais benefícios para ambos os lados deste tipo de percursos, dando especial ênfase à valorização dos espaços rurais e a criação de espaços diversificados de recreio.

Nestes processos, é fundamental que os chefes de exploração se sintam apoiados pelas entidades promotoras, na hora de tomarem o passo de permitirem o acesso às suas explorações e propriedades, por exemplo através de incentivos económicos para a manutenção dos caminhos e estruturas de acesso.

Por outro lado, seria desejável um usufruto responsável pelos utilizadores destes locais, que pode ser atingido através do desenvolvimento de várias estratégias de interpretação e

educação ambiental. Entre as quais, um Código de Boas Práticas distribuído juntamente com os mapas e outros guias, por grupos ou associações de utilizadores e no Posto de Turismo e outros locais de distribuição destes documentos. E ainda a demarcação nos Percursos das áreas mais sensíveis, com sinalização informativa e interpretativa, que incida nas atitudes a tomar perante elas. O objectivo principal destas iniciativas será o de sensibilizar o público, instruindo-lhes o sentido de valor e responsabilidade pessoal, e assim reduzir os impactos negativos causados pelo desrespeito e ignorância (Scottish Natural Heritage, 2004).

9.4. Orientações de Gestão

Visando os resultados e reflexões apresentados acima, assim como as experiências já existentes, em Portugal e no estrangeiro, deixam-se aqui algumas propostas, para as linhas gerais de gestão dos actuais espaços de passeio pedestre e zonas envolventes assim como, indicações de desenvolvimentos futuros.

Acesso Público

- **Permissão de acesso a áreas vedadas**

Por estarem implicados bens privados, o acesso às propriedades privadas poderá ficar restrito a zonas menos sensíveis e de forma a não constituir ameaça directa a bens e valores. Este acesso planeado poderá fazer-se através da instalação de adaptações de passagem nas actuais vedações que, poderão ser construídas pelo promotor e a manutenção feita em conjunto com chefes de exploração dos terrenos visados. Estas adaptações poderão tão simplesmente ser estruturas que ajudem os utilizadores a transpor as vedações existentes, sem a destruição destas ou um pouco mais complexas assegurando acessibilidades para todos e a manutenção do mesmo nível de segurança para o proprietário. De entre muitas possíveis, sugerem-se algumas adaptações estruturais no

Anexo X, pela sua funcionalidade e adaptabilidade e indicam-se as vantagens e desvantagens da sua utilização.

Novos troços de Percurso

- **Construção de novos troços**, que poderão fazer ligação com outros já existentes, de forma a incluir novas características das paisagens.

Na concepção do traçado entram em jogo múltiplos critérios, que devem ser cuidados em conjunto, entre as entidades promotoras, chefes de exploração/proprietários, utilizadores e outros interessados.

De entre as regras a seguir no desenho de novos troços, salientam-se:

- a) Aproveitar trilhos já pisoteados, como carreiros antigos e trilhos de gado.
- b) Procurar a diversidade de vistas, jogando com o relevo do terreno e a densidade de vegetação.
- c) Privilegiar a qualidade e importância das paisagens.
- d) Valorizar o património da região, como monumentos ou riquezas naturais.
- e) Evitar áreas de importância ecológica, como zonas de nidificação ou de alimentação e prever o impacto ambiental dos itinerários.
- f) Excluir sectores potencialmente perigosos, como escarpas ou ravinas.
- g) Manter a coerência a nível da dificuldade.

Conexão de Percursos para uma rede mais ampla

- **Fazer a ligação com Percursos já existentes**, nos concelhos vizinhos, com o intuito de contribuir para um conjunto de vias mais rico, dinâmico e mais coeso. Com especial atenção aos Percursos de Monfurado que poderão facilmente fazer conexão com os Percursos Pedestres e de BTT marcados no concelho de Montemor-o-Novo, à semelhança do que se está a tentar fazer com as Ecopistas de Évora e Ramal de Reguengos e de Moura. Estas ligações mais amplas, podem tornar-se mais atractivas e competitivas a um nível regional e nacional.

Sinalização e Informação

- Providenciar mais **informação e sinalização** nos folhetos dos Percursos oferecidos. Informação sobre o nível de dificuldade, tipo de sinalização, localização de infra-estruturas de apoio, entre outras, para que o utilizadores seja devidamente guiados sobre o terreno. Esta informação em suporte de papel, para ser levada para o campo, deve ser simples e compreensível até para os utilizadores mais inexperientes. Apesar de possível, passear com base numa carta militar, será muito mais fácil e acessível fazê-lo, utilizando um mapa desenvolvido exclusivamente para o passeio pedestre. Um mapa claro no entanto, com vários detalhes preparados para uma escala humana, isto é, características do terreno como, manchas mais ou menos densas de vegetação, acidentes no terreno, muros ou vedações.

Alternativa ao suporte de papel, será o transporte da informação em formato digital num aparelho de GPS, estando esta informação disponível a todos a partir de uma base digital, que poderá ser facilmente acedida e descarregada.
- Providenciar mais **sinalização indicativa e uniformizar o tipo de sinaléticas** entre Percursos. Não existe uma marcação de trilhos universal, contudo tem havido algum esforço no sentido da uniformização. Em Portugal, a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal sugere uma sinalética de três marcas rectangulares de duas cores (como referido anteriormente no capítulo 2) dispostas no terreno segundo critérios descritos no Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres. (Anexo XI)
- Providenciar **mais informação informativa e interpretativa** nos vários troços.

Fornecer ao visitante informação sobre as especificidades do local como, a vegetação característica, a fauna local, história e ocupação humana, geologia e outras informações relevantes, pode ter um papel importante na consciencialização do público para a

importância dos ecossistemas e paisagens e daí traduzir-se num uso mais respeitador e responsável.

- **Evitar repetição de informação** num mesmo local, sobre a mesma estrutura ou característica.

Construção de infra-estruturas de apoio

- Aproveitar os **recursos dos aglomerados locais**, como pontos de apoio. As casas de banho públicas, balneários, bebedouros, parques de merendas dos aglomerados rurais deverão ser levados em conta, na hora do planeamento das infra-estruturas de apoio, pois evitam a construção desnecessária de estruturas dispersas. Ao pararem nestas localidades os visitantes poderão satisfazer as suas necessidades e assim constituir uma fonte de rendimentos para populações locais.

Manutenção dos caminhos

- **Limpeza dos caminhos** e das suas margens.
- Verificação sazonal das **condições das placas de sinalização** e **outras infra-estruturas de apoio**.

Promoção dos Percursos

- Envolver as **comunidades locais** na promoção dos Percursos.
Sensibilizar e esclarecer as populações locais, para que possam informar e prestar auxílio, se necessário, aos visitantes.
- Envolver as **empresas** de Turismo de Natureza, Turismo Rural e outras actividades de recreio ao ar livre.
- Informação em **suporte de papel**.

Brochuras, Guias de campo, e outros formatos deverão estar disponíveis nos principais sítios de atendimento a turistas e público em geral, como o Posto de Turismo, a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia entre outros locais.

- Informação e Publicidade na **imprensa escrita** e páginas **web**.

A imprensa regional pode constituir um apoio eficaz se, se pretende informar e aliciar uma clientela de proximidade. As revistas e outras publicações dirigidas a públicos específicos como, caminheiros ou praticantes de BTT, entre outras modalidades, podem informar possíveis utilizadores. E ainda, o recurso à Internet que, mais abrangente que nunca, pode possibilitar a promoção dos Percursos nacionalmente e internacionalmente, para além de permitir aos utilizadores prepararem a sua estadia e visitas com mais antecedência.

10.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS



10.1. Principais conclusões

A rede de percursos pedestres e cicláveis do município de Évora denominada por Percursos Ambientais, veio claramente alargar a oferta de espaços peri-urbanos verdes de recreio e as possibilidades de usufruto dos mesmos na cidade, respondendo à actual procura pelas populações urbanas.

Estes espaços, nos quais estão programadas actividades de recreio, inserem-se em paisagens multifuncionais – neste caso, a paisagem de Montado – que condicionam uma variedade de funções ecológicas, económicas e sociais. A recente procura social destas paisagens para recreio, veio tornar mais premente a avaliação de preferências e sondagem de opiniões, pois estas servirão para melhor definir as opções de gestão por parte dos proprietários no exercício de administração das suas explorações, compatibilizando funções de produção e não-produção (Surová&Pinto-Correia, 2008).

Da avaliação efectuada neste estudo destacam-se, as potencialidades da paisagem de Montado para as actividades em questão. Destaca-se também o anseio por um acesso mais alargado e novos traçados, por parte dos utilizadores (especialmente nos Percursos de Montado) e a posição favorável, no entanto cautelosa, dos chefes de exploração face à eventual abertura das suas explorações para usos de recreio. Transparece nos utilizadores, uma vontade de serem ouvidos e poderem comunicar as suas opiniões, e nos chefes de exploração a disponibilidade para discutirem em conjunto com os utilizadores um melhor planeamento destes espaços.

10.2. Limitações, Perspectivas e Desenvolvimentos do Estudo

A avaliação de preferências e sondagem de opiniões do público é ainda uma área pouco desenvolvida em Portugal mas, que já demonstrou ser valiosa como estratégia de planeamento e desenvolvimento bem sucedido. Daí que se espera, que a informação resultante deste estudo,

facilite o encontro de formas de integração das opiniões, expectativas e preferências dos utilizadores no exercício de planeamento e gestão destes espaços de recreio e lazer, por parte dos proprietários e entidades públicas regionais, num contexto de inclusão e participação pública.

Metodologicamente e perante os resultados obtidos, crê-se que este poderá ser um ponto de partida para futuros estudos, actuando o presente trabalho como pré-estudo da avaliação, já que ficaram evidenciadas algumas posições e preferências comuns e ainda uma vontade de participação conjunta do público (utilizadores) e chefes de exploração.

Futuros estudos nesta área são desejáveis para assegurar uma avaliação mais detalhada e rigorosa, que abranja e distinga diferentes grupos de utilizadores, que inclua as populações locais e ainda uma amostra mais alargada de chefes de exploração, a fim de esclarecer algumas das interrogações levantadas e colmatar questões que foram apenas abordadas superficialmente.

Relativamente ao suporte utilizado neste estudo para inquirição dos utilizadores – o método de inquérito por questionário – ainda que possibilite respostas claras e concretas, pode muitas vezes inibir o inquirido de se expressar mais livremente, condicionando os dados recolhidos. Seria desta forma desejável que em futuros desenvolvimentos deste estudo ou em novas abordagens se explorassem e alargassem os métodos e suportes utilizados. Recorrendo por exemplo e como visto em estudos referidos anteriormente (Silva, 2002; Pinto-Correia *et al*, 2007; Surová & Pinto-Correia, 2008b; Pinto-Correia, *et al*, 2010a), ao uso de fotografias e esquemas gráficos propostos ao inquirido de forma interactiva. E ainda a utilização mais alargada do método de inquérito por entrevista, de forma prolongar a relação investigador – inquirido para além do simples recolher de informações.

Neste estudo, a abordagem aos chefes de exploração, esteve limitada a uma amostra reduzida, o que poderá de alguma forma ter posto em causa a representatividade da mesma, ainda que se tenham verificado algumas tendências. Em futuros desenvolvimentos, será

determinante o aumento da amostra de chefes de exploração, e importante voltar a contactar alguns dos chefes de exploração entrevistados, já que muitos demonstraram interesse no projecto dos Percursos Ambientais, mas também em desenvolver projectos individualmente.

Os agentes locais, não foram contactados neste estudo, visto não ser esse um dos objectivos, no entanto, como componente fulcral do planeamento, a sua integração em futuros estudos de investigação ou mesmo implementação de planos de ordenamento e gestão será crucial e deverá ser gerida juntamente com a participação dos cidadãos, com vista a não defraudar expectativas quanto aos objectivos da participação. Conforme anteriormente defendido como bom exemplo de planeamento e gestão de espaços de recreio periurbanos, a iniciativa NeighbourWOODS (Mellqvist et al, 2006), põe em prática abordagens inovadoras que dão primazia à comunicação entre agentes locais, chefes de exploração, utilizadores e população local. Poderia ser então interessante, que após o estudo de preferências e opiniões, se avançasse no sentido do verdadeiro planeamento participado. Este poderia ser posto em prática através de algumas incitativas, como mesas redondas, workshops comunitários e ainda grupos de trabalho, que permitam a discussão de ideias e o confronto de preocupações entre chefes de exploração, representantes de utilizadores, população e agentes locais.

Tendo em conta as valências sociais, ambientais e económicas que um projecto desta natureza suporta e o facto de este continuar em desenvolvimento e expansão, são motivos relevantes para o seguimento deste estudo ou desenvolvimento de outros que contribuam para um planeamento e gestão integrada e sustentável destes espaços.

10.3. O meu processo de aprendizagem

O desenvolvimento deste trabalho foi acima de tudo, uma “viagem” enriquecedora ao nível pessoal, pois possibilitou-me o contacto com diferentes pessoas, que na sua maioria se mostraram agradavelmente disponíveis para responderem e participarem no processo, premiando-me com os seus conhecimentos e experiências de vida.

Ao nível académico, foi muito importante ao nível do desenvolvimento de competências, descoberta de novas temáticas e aprofundamento de outras. Ainda que esta não fosse de todo uma temática desconhecida para mim, como descreve Triviños (1987): “No estudo caso qualitativo (...) a complexidade do exame aumenta à medida que se aprofunda o assunto”, assim foi para mim, ao me embrenhar neste estudo. Felizmente com o apoio da Professora Doutora Teresa Pinto-Correia, foi-se tornando mais claro, todo este processo de descoberta e aprendizagem.

11.

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**



- Acland, J. (2003) **Walking Access in the New Zealand Outdoors**. Report by The Land Access Ministerial Reference Group. Ministry of Agriculture and Forestry. Wellington
- Ângelo, I. **Ecopistas, o que são?** Portal Naturlink. (acedido pela última vez a 10 de Outubro de 2008)
- AMDE (Associação de Municípios do Distrito de Évora) (www.caminhosdeevora.pt/) (acedido pela última vez a 26 de Maio de 2009)
- APCOR (sd) **A Importância Ambiental do Montado**. Cork Information Bureau 2008 (http://www.apcor.pt/index_pt.php) (acedido pela última vez a 15 de Fevereiro de 2009)
- Arriaza, M.; Cañas-Ortega J.; Cañas-Madueño, J. & Ruiz-Aviles, P. (2004) **Assessing the visual quality of rural landscapes**. Landscape and Urban Planning, vol. 69, pp. 115–125.
- Asociación Europea de Vías Verdes (2000). **Guía de Buenas Prácticas de Vías Verdes en Europa: Ejemplos de Realizaciones Urbanas y Periurbanas**. Asociación Europea de Vías Verdes. Namur.
- Bastos, A. (2002) **Governança urbana: uma reflexão sobre a Participação do Público nos instrumentos de planeamento local**. Tese final da Pós-graduação em Políticas Sociais Locais, Instituto Sócrates.
- Bastos, M. (2005) **O Problema Venatório no Alentejo: Caça, Costumes e Tensões Sociais (1974-2000)**. Volume I. Doutoramento Em História Contemporânea. Departamento De História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Bell, S., Tyrväinen, L., Sievänen, T., Pröbstl, U. & Simpson, M. (2007) **Outdoor Recreation and Nature Tourism: A European Perspective**. Living Reviews in Landscape Research, 1, 2. (Publication URL: <http://www.livingreviews.org/lrlr-2007-2>) (acedido pela última vez a 20 de Outubro de 2008)
- Birou, A. (1988) **Dicionário de Ciências Sociais**. Círculo de Leitores.
- Braga, T. (2006) **Pedestrianismo e Percursos Pedestres, Manual de Formação, Versão 1.0**. Associação Ecológica Amigos dos Açores.
- Brum Ferreira, D (2001) **Evolução da Paisagem de Montado no Alentejo Interior ao longo do século XX: Dinâmica e incidências ambientais**. Finisterra, XXXVI, 72, pp. 179-193.
- Brush, R., Chenoweth, R. & Barman, T. (2000) **Group differences in the enjoyability of driving through rural landscapes**. Landscape and Urban Planning, vol.47, pp.39-45.

Cancela D'Abreu, A, Pinto-Correia, T & Oliveira, R. (2004) **Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental**. vol I e V. Coleção Estudos 10., DGOT-DU, Lisboa

Câmara Municipal de Évora: Guia Turístico de Évora (http://www2.cm-evora.pt/guiaturistico/como_chegar.asp) (acedido pela última vez a 26 de Maio de 2009)

CCDR Alentejo (2002) Indicadores Regionais, Sectores Sociais. Fevereiro, 2002.

Church, A. & Ravenscroft, N. (2008) **Landowner responses to financial incentive schemes for recreational access to woodlands in South East England**. Land Use Policy, vol.25, pp.1–16.

Código Civil, **Artigo 1384.º - Atravessadouros reconhecidos**

Coelho, I.,(2005).**A contemporaneidade do Montado Português. Origens, dinâmicas e perspectivas in** PRACTES. Congrès Internacional Suberes, Fábriques I Comerciants, Passat, Present i Futur del Negoci Surer, Palafrugell.

Comissão Europeia. **Política de Desenvolvimento Rural 2007-2013** (http://ec.europa.eu/agriculture/index_pt.htm) (acedido pela última vez a 27 de Maio de 2009)

Constituição da República Portuguesa, **Artigo 48.º - Participação na vida pública**

Covas, A. (2007) **O sistema do montado ou a arte da multifuncionalidade**. Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. Novembro de 200. (www.pluridoc.com) (acedido pela última vez a 26 de Maio de 2009)

Creswell, J. (2003) **Research Design, Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**, 2nd Edition, Sage Publications.

Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992.

European Environment Agency (<http://www.eea.europa.eu/>) (acedido pela última vez a 21 de Outubro de 2008)

Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP) (2006) **Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres**, 18 de Março de 2006.; (www.fcmportugal.com) (acedido pela última vez a 10 de Outubro de 2008)

Fernandes, G. (2002) **A Percepção Didáctica da Paisagem. Do recurso pedagógico a objectivo educativo – o exemplo das áreas de montanha**. 1º Colóquio Psicologia, Espaço e Ambiente, 9-10 de Maio, Universidade de Évora, 2002.

- Foddy, W. (1993) **Como perguntar: Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários**. Celta Editora, Oeiras.
- Fonseca, A. (2002) **História do Montado – do fim da Idade Média ao início da Época Moderna**, Portal Naturlink. (acedido pela última vez a 10 de Outubro de 2008)
- Fonseca, A. (2004). **O Montado – estratégias para a sua gestão**. Portal Naturlink. (acedido pela última vez a 10 de Outubro de 2008)
- Forestry Commission Great Britain, [2002] **Forestry Statistics** (<http://www.forestry.gov.uk/forestry/HCOU-4U4HZM>) (acedido pela última vez a 22 de Outubro de 2008)
- Fulgêncio, A. (2001) **A importância dos Espaços Verdes Urbanos**. Portal Naturlink. (acedido pela última vez a 10 de Outubro de 2008)
- Gobster, P. (1995) **Perception and use of a metropolitan greenway system for recreation**. *Landscape and Urban Planning*, vol. 33, pp. 401-413.
- Gómez-Limón, J., Fernandez, J., 1999. Changes in use and landscape preferences on the agricultural-livestock landscapes of the central Iberian Peninsula (Madrid, Spain). *Landscape and Urban Planning*, vol 44, pp 165-175.
- Gustavsson, R., Mellqvist, H. & Åkerlund, U. (sd) **Study within the Öresund case, The Ronneby Brunn Study**. NeighbourWoods Tool Assessments.
- Harshaw, H., Kozak, R. & Sheppard, S. (2006) **How well are outdoor recreationists represented in forest land-use planning? Perceptions of recreationists in the Sea-to-Sky Corridor of British Columbia**. *Landscape and Urban Planning*, vol. 78, pp. 33-49.
- Hearne, R. & Salinas, Z. (2002) **The use of choice experiments in the analysis of tourist preferences for ecotourism development in Costa Rica**. *Journal of Environmental Management*, vol.65, pp. 153-163.
- Højring, K. (2002) **The right to roam the countryside—law and reality concerning public access to the landscape in Denmark**. *Landscape and Urban Planning* 59, 29–41
- Hörnsten, L. & Fredmanb, P. (2000) On the distance to recreational forests in Sweden. *Landscape and Urban Planning* 51, 1-10.
- Ivy, M. & Moore, R. (2007) **Neighboring Landowner Attitudes Regarding A Proposed Greenway Trail: Assessing Differences Between Adjacent and Nearby Residents**. *Journal of Park and Recreation Administration*, vol. 25, nr.2, pp. 42-63.

- Kaltenborn, B. & Bjerke, T. (2002) **Associations between environmental value orientations and landscape preferences**. *Landscape and Urban Planning*, vol. 59, pp.1–11.
- Kastenholz, E. (2003) **A Gestão da Procura Turística como Instrumento Estratégico no desenvolvimento de Destinos Rurais**. Actas do 1º Encontro de Turismo em Espaços Rurais e Naturais, ESAC- Coimbra, 2-4 de Outubro de 2003.
- Konijnendijk, C. & Schipperijn, J. (edit.) (2003) **Good practice in urban woodland planning and design**. EU Fifth Framework Programme. Quality of Life and Management of Living Resources.
- Lavrador, A. (2008) **Paisagens de Baco: Identidade, Mercado e Desenvolvimento, Estudo de Percepção e de Representação aplicado às Regiões Demarcadas: Vinhos Verdes, Douro, Dão, Bairrada e Alentejo**. Tese de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem, Universidade de Évora.
- Lindsey, G., Man, J., Payton, S. & Dickson, K. (2004) **Property Values, Recreation Values, and Urban Greenways**. *Journal of Park and Recreation Administration*, vol 22, nr.93, pp. 69-90.
- Mellqvist, H. Åkerlund, U. & Gustavsson, R. (2006) **The connoisseur as a tool – Experiences from the NeighbourWoods project**, lecture. Fevereiro, 2006. Alnarp, SLU.
- Ministry of Agriculture, Food and Fisheries of British Columbia (1996) **Fencing Factsheet: Gates, Cattleguards and Passageways**. Order No. 307.400-1, Agdex: 724, March 1996.
- Mortazavi, R. (1997) **The right of public access in Sweden**. *Annals of Tourism Research*, Vol. 24, No. 3, pp. 609-623.
- Natural England. **2002/3 Great Britain Day Visits Survey** (www.naturalengland.org.uk/ourwork/enjoying/research/householdsurveys) (acedido pela última vez a 22 de Outubro de 2008)
- Neuvonen, M., Sievänen, T., Tönnnes, S. & Koskela, T. (2007) **Access to green areas and the frequency of visits – A case study in Helsinki**. *Urban Forestry & Urban Greening*, 6, 235–247.
- Norden Council of Ministers, (sd) **The right of public Access in the Nordic region**. (www.norden.org)
- Pardal, S. (2004) **O Recreio e o Turismo em Espaços Silvestres**. Comunicação nas 3.as Jornadas Florestais Insulares, Angra do Heroísmo, Julho, 2004. (www.sidonipardal.com/conferencias.html) (acedido pela última vez a 8 de Novembro de 2008)

- Patton, Q. (1990) **Qualitative Evaluation and Research Methods**, 2nd Edition. Sage Publications.
- Pavlikakis, G. & Tsihrintzis, V. (2006) **Perceptions and preferences of the local population in Eastern Macedonia and Thrace National Park in Greece**. *Landscape and Urban Planning*, vol. 77, pp. 1–16.
- Pinto, L., Gaspar, J., Fidalgo, B. & Páscoa, F. (2005) **Planeamento e Gestão Participada da Paisagem**. Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS) ESAC. Comunicação no 5º Congresso Florestal Nacional, Viseu, 2005.
- Pinto-Correia, T. (2003) **Threatened landscape in Alentejo, Portugal: the ‘montado’ and other ‘agro-silvo-pastoral’ systems**. *Landscape and Urban Planning*, vol 24, Issues 1-4, pp. 43-48.
- Pinto-Correia, T. (2007a) **Multifuncionalidade da Paisagem Rural: novos desafios à sua análise**. *Infor Geo - Ordenamento Territorial*, n. 20/21, pp. 67-72, Edições Afrontamento.
- Pinto-Correia, T. (2007b) **Novas Perspectivas para a Paisagem Rural: o desafio da multifuncionalidade**. Seminário “O Turismo no Espaço Rural e a Multifuncionalidade da Paisagem”. Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas, Universidade de Évora e Naturlink. 23 de Maio de 2007.
- Pinto-Correia T., Barroso F., Menezes H., Santos T. e Taveira R. (2007) **Que Multifuncionalidade na Paisagem Rural: Sinergias e Conflitos entre a Agricultura e Funções Não Produtivas. Aplicação ao Concelho de Castelo de Vide**. Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007.
- Pinto-Correia, T. & Mascarenhas, J. (1999) **Contribution for the extensification/intensification debate: what is happening to the Portuguese Montado?** *Landscape and Urban Planning*, 46, pp. 125–131.
- Pinto-Correia T., Barroso F. and Menezes H., (2010a). **The changing role of farming in a peripheric South European area: the challenge of the landscape amenities demand**. In: Wiggering H., Ende H.-P., Knierim A. and Pintar M. and (Eds.), *Innovations in European Rural Landscapes*, Springer, Berlim-Heidelberg: 53-76
- Pinto-Correia T., Barroso F., Menezes H and Surova D., (2010b) **The fuzziness of Montado landscapes: progresses in assessing user preferences through photo based surveys**. *Agro-Forestry Systems*, DOI 10.1007/s10457-010-9347-2
- Plieninger, T., Modolell y Mainou, J. & Konold, W. (2004) **Land manager attitudes toward management, regeneration, and conservation of Spanish holm oak savannas (dehesas)**. *Landscape and Urban Planning*, vol.66, pp.185–198.
- Portal GreenCork-Quercus
(<http://www.earth-condominium.com/port/gmontado.html>)

- Portal Naturnet (www.naturenet.net/law/crow.html)
(acedido pela última vez a 11 de Outubro de 2008)
- Portal Oficial da Noruega (em português)
(<http://www.noruega.org.pt/policy/environment/access/access.hm>) (acedido pela última vez a 20 de Outubro de 2008)
- Portal Percursos Ambientais (www.caminhosdeevora.pt/) (acedido pela última vez a 6 de Setembro de 2010)
- Rambonilaza, M. & Dachary-Bernard, J. (2007) **Land-use planning and public preferences: What can we learn from choice experiment method?** Landscape and Urban Planning, vol.83, pp.318–326.
- REFER, **Plano Estratégico de Ecopistas em Portugal**. (www.refer.pt) (acedido pela última vez a 10 de Outubro de 2008)
- Ribeiro, R., Uva, J. & Borges, J. (2005) **Recreio e turismo associado ao espaço florestal**. Comunicação no 5º Congresso Florestal Nacional, Instituto Politécnico de Viseu, Maio, 2005.
- Roca, Z & Oliveira, J. (2005) **A Paisagem Como Elemento da Identidade e Recurso para o Desenvolvimento**. CEGED – Centro de Estudos de Geografia e Desenvolvimento. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Ryan, R. & Walker, J. T. (2004) **Protecting and managing private farmland and public greenways in the urban fringe**. Landscape and Urban Planning, vol.68 pp.183–198.
- Ryan, R. (2006) **Comparing the attitudes of local residents, planners and developers about preserving rural character in New England**. Landscape and Urban Planning, vol. 75, pp. 5-22.
- Saraiva, M. G., 1999. **O Rio como Paisagem**. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa.
- Sayadi, S., González-Roa, M. & Calatrava-Requena, J. (2009) **Public preferences for landscape features: The case of agricultural landscape in mountainous Mediterranean areas**. Land Use Policy vol. 26 pp. 334-344.
- Schrader, C. (1995) **Rural greenway planning the role of streamland perception in landowner acceptance of land management strategies**. Landscape and Urban Planning, vol. 33, pp. 375-390.
- Shafer, C.S., Lee, B. K., & Turner, S. (2000) **A tale of three greenway trails: user perceptions related to quality of life**. Landscape and Urban Planning, vol. 49, pp.163-178.

- Scottish Natural Heritage (2002) **Countryside Access Design Guide**. Scottish Natural Heritage Publications (www.snh.org.uk)
- Scottish Natural Heritage (2004) **Towards Responsible Use: Influencing Recreational Behaviour in the Countryside**. Scottish Natural Heritage Publications. (www.snh.org.uk) (acedido pela última vez a 23 de Outubro de 2008)
- Scottish Natural Heritage (2006) **Constructed tracks in the Scottish Uplands**. Scottish Natural Heritage Publications (www.snh.org.uk) (acedido pela última vez a 11 de Novembro de 2008)
- Sievänen, T., Arnberger, A., Dehez, J., Grant, N., Jensen, F., & Skov-Petersen, H. (eds.) (2008) **Forest Recreation Monitoring – a European Perspective**. Working Papers of the Finnish Forest Research Institute 79.
- Silva, C. (2002) **Gestão Litoral, Integração de Estudos de Percepção da Paisagem e Imagens Digitais na Definição da Capacidade de Carga de Praias – O Troço Litoral S. Torpes – Ilha do Pessegueiro**. Dissertação de Doutoramento no ramo de Geografia e Planeamento Regional, Especialidade Novas Tecnologias em Geografia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Sousa, L. & Triães, J. (2008) **Corrupção e os Portugueses - Atitudes, Práticas e Valores**. Coleção Mais Actual, RCP Edições, Cap. 3 (por Magone, J.M.).
- Surová, D. & Pinto-Correia, T. (2008a) **Evaluation of the Montado in the Region of Alentejo in Southern Portugal by Users of Non-Production Functions** Presentation at Forest Recreation & Tourism Serving Urbanised Societies, Joint Final Conference of Forest for Recreation and Tourism (COST E33) and 11th European Forum on Urban Forestry (EFUF)28.–31.5.2008, Hämeenlinna, Finland.
- Surová, D. & Pinto-Correia, T. (2008b) **Landscape Preferences in the Cork Oak Montado region of Alentejo, Southern Portugal: Searching for Valuable Landscape Characteristics for Different User Groups**. Landscape Research, vol. 1, no.3, pp.311-330.
- Teixeira, M. C. P. (2009) **O Povo Semi-Soberano - Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar em Portugal (1990-2003)** Editora Almedina.
- The Woodland Trust (2004) **Space for People: Targeting action for woodland access**. (www.woodland-trust.org.uk/publication) (acedido pela última vez a 23 de Outubro de 2008)
- Trakolis, D. (2001) **Local people's perceptions of planning and management issues in Prespes Lakes National Park, Greece**. Journal of Environmental Management, vol.61, pp. 27-241.

- Tress, B. & Tress, G. (2003) **Scenario visualisation for participatory landscape planning – a study from Denmark**. Landscape and Urban Planning, vol. 64, pp. 161-178.
- United Nations, Economic and Social Development (www.un.org/esa) (acedido pela última vez a 21 de Outubro de 2008)
- Valente, S. & Figueiredo, E. (2003) **O Turismo que existe não é aquele que se quer**. Comunicação no 1º Encontro de Turismo em Espaços Rurais, Coimbra, 2-4 Outubro De 2003.
- Van der Berg, A. (1998) **Group Differences in the aesthetic evaluation of nature developments plans: a multilevel approach**. Journal of Environmental Psychology, vol. 18, pp. 141-157.
- Van den Hove, S. (2006) **Between consensus and compromise: Acknowledging the negotiation dimension in participatory approaches**. Land Use Policy, vol.23, pp.10–17.
- Yin, Robert (1994) **Case study research: design and methods**. Sage Publications.
- Zimmer, P. & Grassmann, S. (1997) **Avaliar o potencial turístico de um território, Guia Metodológico**. LEADER II.
- Zimmer, P. & Grassmann, S. (2001) **A valorização do turismo de passeio pedestre nos territórios rurais, Guia pedagógico sobre a elaboração e execução de um projecto de passeio pedestre**. “Inovação em Meio Rural”, Caderno N.º 12.LEADER II.

12.

ANEXOS



ANEXO I. Folhetos dos Percursos Ambientais

I.1. Percursos de Monfurado

Percursos de Monfurado

www.evora.net/percursos

Rede de Percursos Ambientais, traçada sobre caminhos públicos rurais ou municipais, para utilização a pé ou com meios de transporte não poluentes.

Esta rede interliga as povoações rurais do concelho e permite o acesso aos monumentos megalíticos e outros desta área.

Através destes caminhos atravessam-se diferentes paisagens de Évora, algumas das quais integradas no Sítio de Monfurado. Classificado pela União Europeia como área pertencente à Rede Natura 2000, devido aos habitats e espécies de interesse Comunitário que aí ocorrem.

Telefones úteis

SCS	112
Protecção à Floresta	117
Bombeiros	256702122
GNR	256748400
Câmara Municipal de Évora	256777000





Recomendações

- Respeite o ambiente, transportando sempre o seu lixo até ao contentor mais próximo.
- Sempre que encontre e cance as fechadas, tenha o cuidado de as voltar a fechar.
- Colabore na vigilância da floresta.
- É proibido foguear. (excepto queimadas autorizadas)

Percursos Ambientais de Évora






I.2. Percurso do Aqueduto da Água de Prata

Aqueduto da Água de Prata

O Aqueduto da Água de Prata é uma imensa obra de engenharia hidráulica renascentista, que significou, à época de construção (1533-1537), além de um pesado encargo financeiro, uma acentuação inédita de recursos técnicos e humanos. Foi elevada por cronistas e poetas a nível nacional uma obra-prima do génio sobre os fundamentos históricos da sua antiguidade, protagonizada por dois doutos eruditos da época – D. Miguel da Silva e André de Resende. Coimbra no rei D. João III, sensível às precárias condições verificadas em Évora no abastecimento público de água, vem com o a sua frequente escassez em particular nos meses de verão, a decisão de mandar construir um tão grandioso projecto. A empreitada foi entregue ao arquitecto Francisco de Arruda, que a dirigiu com rapidez e eficiência, vencendo uma distância de 18.000 metros a partir de um desnível de pouco mais de 20 metros entre as Fontes da Prata, na Graça do Divor, e o chafariz da Praça Grande (actual Praça de Giraldo).

The Água de Prata Aqueduct is an immense work of Renaissance hydraulic engineering, which involves, at the time of construction (1533-1537), apart from a heavy financial load, an unprecedented use of technical and human resources. It was praised by chroniclers and poets and even gave rise to a famous dispute on the historic bases of its ancestry, between two learned men of distinction of the time – Dom Miguel da Silva and André de Resende. It fell to the King Dom João III, sensitive to the precarious conditions in Évora concerning the public supply of water, as well as its frequent shortage, particularly in the months of summer, to make the decision to order the construction of such a grandiose project. The contract was conferred on the architect Francisco de Arruda, who directed it with notable speed and efficiency, achieving a distance of 18,000 metres, from a drop of a little more than 20 metres between the Fontes da Prata, in Graça do Divor, and the fountain of the Praça Grande (now the Praça de Giraldo).

*Ev a nobre cidade, certo ascento
Do rebelde Sertório antipatrio.
Once ora as aguas ricas de argento
Vem sustentar de longe a terra e a gente.
Pelas montanhas, rios, rastos e rastos
Nos ares se elevam e nebramante,
Ondem os pios curules e uentem
Do Giraldo, que medea não temis.*

Luiz de Camoens





Troço monumental do Aqueduto com o de 3 km de extensão, em 15 de Junho de 1537, no âmbito do plano de urbanização de Évora. Conserva grande parte da estrutura original do séc. XVI.



Monumento do Aqueduto: Troço monumental do Aqueduto, em 15 de Junho de 1537, no âmbito do plano de urbanização de Évora. Conserva grande parte da estrutura original do séc. XVI.

Troço do Aqueduto entre S. Bento de Cárcis e Metropos, com cerca de 7 km de extensão. Foi totalmente reconstruído em 1928, por Nuno de Albuquerque, sob o nome de "Aqueduto da Prata". O actual troço constitui a base do percurso ambiental.



Troço do Aqueduto entre S. Bento de Cárcis e Metropos, com cerca de 7 km de extensão. Foi totalmente reconstruído em 1928, por Nuno de Albuquerque, sob o nome de "Aqueduto da Prata". O actual troço constitui a base do percurso ambiental.

Troço entre a Graça do Divor e Metropos, com cerca de 7 km de extensão. O Aqueduto reconstruído em 1928, sob o nome de "Aqueduto da Prata", constitui a base do percurso ambiental. Este troço foi parcialmente reconstruído em 1928.



Troço entre a Graça do Divor e Metropos, com cerca de 7 km de extensão. O Aqueduto reconstruído em 1928, sob o nome de "Aqueduto da Prata", constitui a base do percurso ambiental. Este troço foi parcialmente reconstruído em 1928.



Rua de Camoens

A maior parte da Rua de Camoens é coincidente com o troço do Aqueduto da Água de Prata. Os seus arcos e o seu traço são fruto do trabalho realizado por populações locais da região. Esta intervenção foi financiada por uma comissão local de moradores.

The greater part of the Rua de Camoens coincides with the arches of the Água de Prata Aqueduct. The arches in the highest arches were occupied by domestic houses, a fact that indicates a high level of architectural and urban quality.



Fonte de André de Resende

Esta é de Resende, tendo sido construída no âmbito do plano de urbanização de Évora, no século XVI, sob o nome de "Fonte de Resende". Com o nome de "Fonte de Resende" foi construída a atual "Fonte de Resende". Depois de muitos anos de abandono, esta fonte foi restaurada em 1928, sob o nome de "Fonte de Resende".

This is de Resende, having been constructed in the context of the urbanization plan of Évora, in the 16th century, under the name of "Fonte de Resende". With the name of "Fonte de Resende" it was built the current "Fonte de Resende". After many years of abandonment, this fountain was restored in 1928, under the name of "Fonte de Resende".



I.3. Ecopista

ecopista

ÉVORA ramal de mora

A conversão do antigo ramal ferroviário de Mora em ECOPESTA, surge na sequência de um protocolo celebrado entre a REFER e a Câmara Municipal de Évora, com vista à integração na rede de percursos ciclovias e pedonais.

É objectivo da ECOPESTA que venha contribuir para promover o desenvolvimento integrado da região promovendo pontos de interesse histórico/culturais, o turismo, recreio e lazer ao ar livre, a recuperação do património em mau estado de conservação, num âmbito de incentivo à conservação da natureza e valorização dos sistemas naturais existentes.

A ECOPESTA foi construída pela Câmara Municipal de Évora entre a cidade de Évora e o limite do Concelho, na freguesia da Graça do Divor (ugar da Sempre Nova) e seguirá depois através dos Concelhos de Arraiolos e Mora.

Na zona urbana de Évora a ECOPESTA é em tapete de betão betuminoso com o objectivo de permitir uma utilização cómoda e segura das pessoas com mobilidade reduzida.

A Câmara Municipal de Évora convida pois a população a usufruir deste novo espaço de lazer.



ecopista

NORMAS DE UTILIZAÇÃO

- A ecopista destina-se exclusivamente a percursos a pé, de bicicleta e de cadeira de rodas
- Na ecopista não é permitido trânsito a cavalo
- Se circular de bicicleta, use sempre capacete
- Respeite os outros utilizadores: adopte velocidade moderada
- Mantenha-se atento nos cruzamentos com estradas e arruamentos
- Preserve os equipamentos e a sinalética
- Mantenha a Ecopista limpa: use as papelarias nas zonas de repouso
- Não é permitida a entrada de animais sem trela na Ecopista

ENTIDADE RESPONSÁVEL
Câmara Municipal de Évora | 266 777 000

TELEFONES ÚTEIS
Bombeiros de Évora | 266 702 122
Guarda Nacional Republicana | 266 749 400
PSP | 266 702 022
Número Nacional de Socorro SOS | 112
Protecção à Floresta | 117

Qualquer acidente ou lesão decorrente da utilização da Ecopista é da exclusiva responsabilidade do utente.







FICHA TÉCNICA

LOCALIZAÇÃO Entre Évora e Graça do Divor

COMPRIMENTO 1 km

UTILIZAÇÃO a pé, bicicleta, cadeira de rodas

PAVIMENTO pavimento asfáltico na zona urbana (asfalto) e cimento na restante parte.

MEIO AMBIENTE paisagem característica do Alentejo central, dominada pelo sistema de montado de sobreiro em grandes extensões. Na envolvente à cidade de Évora, existência de pequenas propriedades agrícolas (quintas) dominadas por oliveiras.

PATRIMÓNIO EDIFICADO conjunto monumental de Évora, Solar da Oliveira, Fonte do Pomar do Espinheiro e solares monumentais do Castelo dos Mouros.

INFRA-ESTRUTURAS Sinal (L48) e 3 painéis

PERCURSO Sinal 294 (B), Alameda, Lameiras, Zaqueo, Figueiredo, Louredo, Oliveira, estrada do sobreiro

LIGAÇÕES Ecopista segue para Arraiolos e Mora, numa extensão total de 80 km.

PONTOS DE INTERESSE DO PERCURSO COM PAINÉIS DE INTERPRETAÇÃO



1

O SOBREIRO

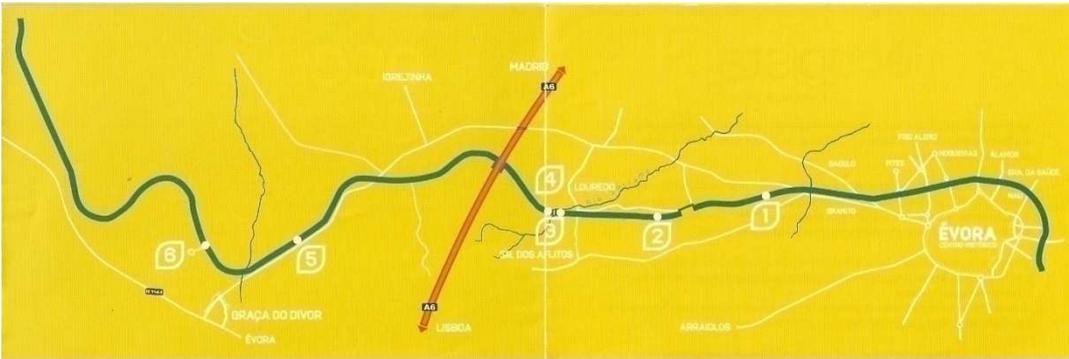


2




ecopista

ÉVORA ramal de mora





3

OLIVAL



4

GALERIA RIPÍCOLA



4

LOUREDO / LOUREIRO



5

FORTE DO POMAR DO ESPINHEIRO



6

CABEÇO DOS MOUROS

ANEXO II. Exemplo de Ficha de Campo

FICHA DE CAMPO - AVALIAÇÃO DOS PERCURSOS AMBIENTAIS

Troço:



		Bom*1	Suficient.*2	Insuficient.*3
Acessibilidade des	Acesso ao percurso			
	Percurso			
	Acesso a pontos fora do percurso			

		Bom*4	Suficient.*5	Insuficient.*6
Sinalização	Direcção/Localização			
	Informação			

		Bom*7	Suficient.*8	Insuficient.*9
Zonas de descanso/paragem				
Infra-estruturas de apoio				

Critérios:

- *1 – Permite a circulação a pessoas com todo o tipo de mobilidade
- *2 – Só permite a circulação a pessoas com mobilidade total.
- *3 – Permite a circulação a pessoas com mobilidade total, mas com dificuldade.
- *4 – Existe e está bem colocada, com informações úteis.
- *5 – Escassa e/ou com alguns erros de marcação e/ou vandalizada.
- *6 – Não existe.
- *7 – Existem e foram programadas para tal.
- *8 – Existem mas, só no início e/ou final do percurso ou o terreno permite a paragem em alguns locais.
- *9 – Não existem.

Avaliação e Enquadramento da Procura dos
Percurso Ambientais na envolvente de Évora

Caracterização da Paisagem			Descrição
Relevo	Acidentado		
	Ondulado		
	Plano		
Paisagem natural	Montado denso	Sob-cob. denso	
		Sob-cob. raro	
	Montado aberto	Sob-cob. denso	
		Sob-cob. raro	
	Culturas	Olival	
		Vinha	
		Mosaico de várias culturas	
	Pastagem/Forragens		
	Pinhal		
	Eucaliptal		
Linha de água/Charco			
Paisagem edificada	Montes/quintas		
	Aglomerados		
	Outras infra-estruturas		
	Estruturas históricas		
	Outros elementos		
Outros tipos de utilização	Veículos motorizados		
	Veículos agrícolas		
	Outros		
Dimensão			

NOTAS:

ANEXO III. Cadastro de Caracterização dos Percursos Ambientais

III.1. PERCURSOS DE MONFURADO: Troço Évora – St. Antonico – Valverde

DIAGNÓSTICO	
Acessibilidades	
Acesso ao percurso	•••
Percurso	••
Acesso a pontos fora do percurso	••
Sinalização	
Direcção/Localização	••
Informação	••
Zonas de descanso/paragem	••
Infra-estruturas de apoio	••
Relevo	Plano
Paisagem Natural	Montado aberto (foto 2) Eucaliptal Mosaico de várias culturas
Elementos Históricos/Culturais	Convento do Bom Jesus de Valverde (foto3) Anta do Zambujeiro (foto 4) Pedra da Pinha Miliário da Mitra



O início do troço é feito por estrada asfaltada com origem na periferia da cidade, passando a terra batida em St.Antonico.

As placas de sinalização estão colocadas em locais pouco visíveis; estando algumas das marcações pouco perceptíveis, devido a agentes climatéricos.

Alguns dos terrenos estão vedados com arame farpado e com presença de gado.

O sub-troço St.Antonico – Valverde é o mais diversificado e paisagisticamente mais atractivo e o que proporciona maior mobilidade ao utilizador.

III.2. PERCURSOS DE MONFURADO: Troço Valverde – N. Sr^a da Tourega – Valverde

DIAGNÓSTICO	
Acessibilidades	
Acesso ao percurso	•••
Percurso	••
Acesso a pontos fora do percurso	••
Sinalização	
Direcção/Localização	•••
Informação	••
Zonas de descanso/paragem	••
Infra-estruturas de apoio	••
Relevo	Ondulado
Paisagem Natural	Montado aberto (foto 3) Eucaliptal e Pinhal (foto1) Mosaico de várias culturas Albufeira (foto 2) e Rib. ^a Valverde
Elementos Históricos/Culturais	Vila Romana da Tourega (foto 4)



A parte inicial do troço, onde predominam a monocultura de eucalipto e alguns povoamentos dispersos de pinheiro é a menos apelativa e mais acidentada de todo o trajecto. São visíveis aqui antigos moinhos e azenhas junto à rib^a da Valverde.

Com a aproximação à albufeira os horizontes alargam-se e surge o montado pouco denso.

Os terrenos circundantes estão na maioria vedados ou então pouco acessíveis devido à densidade de vegetação.

III.3. PERCURSOS DE MONFURADO: Troço Castelos - S. Sebastião Giesteira – N. Sra.

Boa Fé – Foros da Carvalha

DIAGNÓSTICO	
Acessibilidades	
Acesso ao percurso	•••
Percurso	••
Acesso a pontos fora do percurso	••
Sinalização	
Direcção/Localização	•••
Informação	•••
Zonas de descanso/paragem	••
Infra-estruturas de apoio	••
Relevo	Ondulado
Paisagem Natural	Montado aberto e denso (foto 3) Mosaico de várias culturas Galerias ripícolas (Rib ^a de S. Brissos)
Elementos Históricos/Culturais	Anta de Pinheiro do Campo Ponte do Lagar






Alguns troços do percurso fazem-se por estrada asfaltada, muitas vezes com pouco espaço desde a orla à estrada. As zonas em terra batida estão geralmente bem conservadas, permitindo a fácil mobilidade (estes são também troços de passagem motorizada).

Os terrenos limítrofes junto ao troço não estão geralmente vedados, exceptuando aqueles com habitações particulares e gado (foto 2).

A paisagem varia substancialmente ao longo do troço. Inicialmente e junto aos aglomerados urbanos o mosaico de culturas (como a vinha, olival, pomares e hortas), depois o montado denso e finalmente o montado mais aberto. Surgem ainda intermitentemente pastagens, em certos locais com gado.

III.4. PERCURSOS DE MONFURADO: Troço N114 - Guadalupe – Cromeleque dos Almendres - N. Sra. Boa Fé

DIAGNÓSTICO	
Acessibilidades	
Acesso ao percurso	•••
Percurso	••
Acesso a pontos fora do percurso	••
Sinalização	
Direcção/Localização	•••
Informação	•••
Zonas de descanso/paragem	••
Infra-estruturas de apoio	••
Relevo	Plano
Paisagem Natural	Montado aberto (foto 1) e denso Galerias ripícolas Povoamentos de Pinheiro Manso
Elementos Históricos/Culturais	Menir dos Almendres Recinto Megalítico dos Almendres (foto 3)



O percurso não apresenta as mesmas condições em toda a sua extensão, sendo o sub-troço Guadalupe-Cromeleque dos Almendres o que apresenta melhor estado, no entanto, é também aquele mais limitativo para o utilizador já que, se encontra totalmente circunscrito à estrada pelas vedações que demarcam os terrenos, alguns com gado.

O sub-troço Cromeleque – N. Sra. Da Boa Fé é mais ondulado e com montado mais denso terreno mais ondulado, não estando totalmente vedado na sua extensão, permitindo mais mobilidade aos utilizadores.

III.5. PERCURSOS DE MONFURADO: Troço Valverde – Castelo do Giraldo – Cromeleque dos Almendres

DIAGNÓSTICO	
Acessibilidades	
Acesso ao percurso	•••
Percurso	•
Acesso a pontos fora do percurso	••
Sinalização	
Direcção/Localização	••
Informação	•••
Zonas de descanso/paragem	••
Infra-estruturas de apoio	••
Relevo	Acidentado
Paisagem Natural	Eucaliptal (foto 1) Montado denso com mato (foto 2 e 3) Pinhal
Elementos Históricos/Culturais	Castelo do Giraldo (foto 3 e 4) Anta do Pardieiro Quinta da Provença Caminho antigo da Provença Povoado da Coroa do Frade



Este troço é dominado por uma vasta mancha de eucaliptal que não faz antever a grandiosidade do local.

Devido ao relevo acidentado e ao povoamento denso de eucaliptos, a maioria deste troço é limitada de vistas, muito monótona e algo acidentada, estando em certas zonas o pavimento muito irregular.

É então com surpresa que o visitante se depara com uma nova paisagem nos locais de topo das colinas, onde é possível visualizar quase todas as zonas em redor (foto 4), ao mesmo tempo que tem oportunidade de visitar os vários elementos históricos da Idade do Bronze Final e Medieval e ainda do Neolítico Final. Infelizmente nem todos estão disponíveis para visita.

III.6. PERCURSOS DE MONFURADO: Troço S. Matias – Guadalupe – S. Sebastião da Giesteira

DIAGNÓSTICO	
Acessibilidades	
Acesso ao percurso	•••
Percurso	••
Acesso a pontos fora do percurso	••
Sinalização	
Direcção/Localização	••
Informação	••
Zonas de descanso/paragem	••
Infra-estruturas de apoio	••
Relevo	Plano
Paisagem Natural	Montado denso e aberto com e sem mato
Elementos Históricos/Culturais	Ponte do Monte da Ponte Anta do Pinheiro do Campo



O sub-troço S.Matias-Guadalupe é bastante diversificado, mas o mais acidentado. A paisagem de montado denso com mato predomina e ainda a vegetação mais exuberante da galeria ripícola da ribeira de Valverde. No início deste sub-troço surgem ainda algumas quintas e plantações de pinheiro manso recentes.

O sub-troço Guadalupe – S.Sebastião da Giesteira é inicialmente feito por terra batida por entre montado denso até ao aproximar do encontro da estrada municipal até S. Sebastião, onde os horizontes se alargam um pouco devido a povoamentos mais esparsos. Os terrenos estão maioritariamente vedados e com presença de gado.

A parte final deste último sub-troço é feita por estrada de alcatrão com bermas por vezes pouco amplas.

III.7. PERCURSO DO AQUEDUTO

DIAGNÓSTICO	
Acessibilidades	
Acesso ao percurso	••
Percurso	••
Acesso a pontos fora do percurso	••
Sinalização	
Direcção/Localização	•••
Informação	•••
Zonas de descanso/paragem	••
Infra-estruturas de apoio	•



Relevo	Plano com obstáculos
Paisagem Natural	Montado com e sem mato Olival e vinha Hortas e pastagens
Elementos Históricos/Culturais	Aqueduto séc. XVI Outros elementos ligados ao abastecimento de água Antigos casarios

São três os acessos, havendo em cada um deles um parque de estacionamento para visitantes. O acesso A tem início junto ao convento da Cartuxa, passando pela Quinta da Torralva e por São Bento de Castris, caminhando por uma zona de pastagens. A partir daí o Aqueduto é subterrâneo e só volta a surgir do outro lado da estrada de Arraiolos. Começa aí o acesso B, entre montados de sobre e azinho, olivais e a galeria da Ribeira do Pombal. O acesso C faz a ligação entre a rede de nascentes e um ponto extremo da Estrada do Sr. dos Aflitos, com travessia do caminho de Arcos do Divor.

O Percurso atravessa muitas propriedades privadas com recurso a cancelas e portões (algumas destas estruturas preparadas para o efeito). As propriedades, algumas de elevado valor patrimonial, são maioritariamente de pequena e média dimensão e de carácter residencial.

O percurso, pelas suas características particulares, têm vários obstáculos, relativamente fáceis de ultrapassar através das recentes obras.

III.8. PERCURSOS DO ALTO DE S. BENTO

DIAGNÓSTICO	
Acessibilidades	
Acesso ao percurso	•••
Percurso	••
Acesso a pontos fora do percurso	••
Sinalização	
Direcção/Localização	•••
Informação	•••
Zonas de descanso/paragem	•••
Infra-estruturas de apoio	••
Relevo	Ondulado
Paisagem Natural	Resquícios de Bosque de Sobreiral e Carrascal
Elementos Históricos/Culturais	Antigos moinhos restaurados e outros em ruína






Percursos estão demarcados em pilares ou sobre rochas no terreno, através de uma sinalética semelhante à aprovada pela FCMP, com três tipos de marcas diferentes de duas cores (amarelo/vermelho, neste caso azul/vermelho) que indicam: caminho certo, caminho errado e para a esquerda/direita.

Ao longo dos percursos existem painéis informativos sobre cada tema, assim como, no início onde está exposto um mapa geral com todas as informações sobre o mesmo (dimensão, acessos, caminhos, vedações, portões, densidade de vegetação, painéis informativos, ...)

Tem como pontos fortes: Bem estruturado e demarcado, com muita informação de relevo; Paisagem natural e edificada; Bons acessos ao percurso e com zonas de paragem preparadas para tal.

Ponto Fracos: pelo declive acentuado, não permite a circulação a pessoas com menor mobilidade

III.9. ECOPISTA

DIAGNÓSTICO	
Acessibilidades	
Acesso ao percurso	•••
Percurso	•••
Acesso a pontos fora do percurso	••
Sinalização	
Direcção/Localização	•••
Informação	•••
Zonas de descanso/paragem	•••
Infra-estruturas de apoio	••
Relevo	Plano
Paisagem Natural	Montado, Olival
Elementos Históricos/Culturais	Menires da Herdade da Casbarra Convento de São Bento de Castris Capela de Nossa Senhora da Piedade e Sacristia (Monte da Abegoaria)







A Ecopista desenvolvida sobre o antigo ramal ferroviário de Mora, tem como ponto de partida o Bairro do Chafariz d'El Rei e até aos limites da cidade é composta por tapete betuminoso e intersectada por várias vias rodoviárias. Este troço é iluminado e possui algumas estruturas de apoio (quiosque) e zonas de descanso e paragem.

A partir dos limites da cidade e até à localidade de Sempre Noiva (no limite do concelho), a Ecopista adquire um carácter rural, com pavimento em terra batida (por vezes um pouco pedregoso), atravessando paisagens predominantemente de montado, olival e outras culturas relativas às explorações agrícolas adjacente e a galeria ripícola do Rio Xarrama. A maior parte dos terrenos adjacentes encontram-se vedados (alguns com gado), com algumas intersecções com a Ecopista por aceiros que provêm das propriedades agrícolas.

A Ecopista tem depois continuidade para os concelhos de Arraiolos e Mora.

ANEXO IV. Questionários de referência

V.1. Telford NeighbourWoods case study — Woodside Questionnaire



Woodside Questionnaire

Please return completed questionnaires in the envelope provided by Friday 8th August at the latest

Part 1 – Telford Landscapes

Q1.1 How important do you consider the landscape of Telford to the following aspects: Please tick the most suitable box for each of the following a-h:	not important at all	little importance	neutral	some importance	very important
a. visual attractiveness of the city					
b. makes Telford a more pleasant place to live					
c. increased property values					
d. recreation and leisure opportunities					
e. city image and tourism					
f. enhancing health and increasing well-being					
g. reducing air pollution					
h. wildlife and conservation					

Please tick a box that most closely reflects your opinion for each of the following statements:

Q1.2 I like the overall look of Telford's landscape!	agree strongly	agree slightly	neutral	disagree slightly	disagree strongly
Q1.3 Telford's landscape is an asset to the city!	agree strongly	agree slightly	neutral	disagree slightly	disagree strongly
Q1.4 There are too many landscaped areas in Telford!	agree strongly	agree slightly	neutral	disagree slightly	disagree strongly
Q1.5 I like the overall look of Woodside's landscape!	agree strongly	agree slightly	neutral	disagree slightly	disagree strongly



Supported by the European Commission:
Quality of Life and Management of Living Resources
Contact Number: QLK5-CT-2001-00165

Part 2 - Access & Visits

Q2.1 How often do you visit a woodland?
 once a day or more
 once a week or more
 1-2 times a month
 1-2 times every 6 months
 1-2 times a year
 never - go to Question 3.1

Q2.2 How close to your home is the nearest woodland you can visit?
 less than 1/2 mile (15 minute walk)
 1/2-1 mile (30 minute walk)
 1-3 miles
 over 3 miles
 don't know

Q2.3 Is the nearest woodland the one you visit most often?
 yes
 no

Q2.4 How do you normally get to the woodland?
 walk
 cycle
 by car
 by bus
 by wheelchair
 other (please state)

Q2.5 Who are you usually with when you visit a wood?
 spouse/partner
 family - including children
 friends
 alone
 club or group
 other (please state)

Q2.6 Do you visit woodlands to observe any special features associated with the area, such as wildlife habitats, archaeological or historical sites?
 yes go to Question 2.7
 no go to Question 2.8

Q2.7 What special features of woodland sites interest you? Please tick 1 box
 wildlife and conservation interest
 archaeological features
 historical links
 all of the above
 other (please state)

Q2.8 Which of the following, if any, do you normally do when you visit a woodland? Please tick a maximum of 3 boxes
 walking
 dog walking
 running
 cycling
 viewing nature (birds, animals, trees, flowers)
 viewing scenery
 resting / thinking
 reading
 playing games
 horse riding
 picnicking
 other (please state)

Q2.9 What are the names of the woodlands you visit most often? Please tick a maximum of 3 boxes
 Castlefields Way
 Cherry Tree Hill
 Dale Coppice
 The Dingle
 Ironbridge Road Pitmound
 Lee Dingle
 Lightmoor
 Lincoln Hill
 Lloyds Coppice
 Madeley Court
 Oilhouse Coppice
 Rough Park
 Tweedale Woods
 Don't know its name
 other (please state)

Part 3 - Perceptions & Preferences

Q3.1 How important are the following woodland benefits to you: Please tick the most suitable box for each of the following a-k:	Very important	Some importance	Neutral	Little importance	Not important at all
a. privacy					
b. complete break from worries					
c. chance to get away from other people					
d. chance to observe wildlife					
e. healthy exercise					
f. social/family outing					
g. good for walking dogs					
h. escape from urban life					
i. beautiful scenery					
j. open to everyone					
k. good for children to play					

Q3.2 Which of the following features do you normally like to find when visiting a woodland:

Please tick a maximum of 3 boxes

- ? water bodies – e.g. ponds and streams
- ? open spaces (glades) within the woodland
- ? good quality paths
- ? seating/picnic tables
- ? signposts and information
- ? other (please state) _____

Q3.3 Which of the following types of woodland do you prefer to visit: Please tick 1 box

- ? mature woodland – generally older, tall trees, often allowing long views through the woodland
- ? young woodland – generally smaller trees and shrubs with dense canopies, views often restricted
- ? mixture of mature and young woodland
- ? I have no preference

Q3.4 What kind of trees do you prefer to see in woodland: Please tick 1 box

- ? broadleaved
- ? coniferous
- ? mixture of the two
- ? any kind of tree
- ? don't know

Q3.5 What do you consider to be the main barrier(s) to your use or complete enjoyment of woodlands?

Please tick a maximum of 3 boxes

- ? distance – its too far to travel
- ? terrain: difficulties moving around the woodland
- ? woodland area is too small
- ? woodland area is too large
- ? not enough variety within the wood – trees are all the same height, same species, same distance apart
- ? concerned about personal safety
- ? afraid of getting lost
- ? too many other people
- ? too few other people
- ? inadequate facilities - car park/toilet
- ? other (please state) _____

Q3.6 What changes (if any) do you think would improve your use and enjoyment of your local woodlands?

Please tick a maximum of 3 boxes

- ? more variety of tree ages, species, and structure within the woodland
- ? less trees and more open spaces
- ? more trees and less open spaces
- ? improved pathways
- ? more information – signposts and leaflets
- ? fewer facilities and more wilderness
- ? better walks/marked routes
- ? improved disabled facilities
- ? more seats and picnic tables
- ? more facilities (toilets, visitor centre/café)
- ? more rubbish bins
- ? ranger/warden on site
- ? improved car park area
- ? children's play area
- ? other (please state) _____

Q3.7 In what ways do you consider local woodlands to be a nuisance?

Please tick a maximum of 3 boxes

- ? fear of damage to property by trees
- ? trees block light into my house
- ? trees restrict the view - I prefer more open views
- ? concerns about security to property
- ? concerns about personal security
- ? other (please state) _____

Q3.8 Do you consider your local woodlands to be in need of any management work? Please tick 1 box

- ? yes, woodland work is very much needed
- ? yes, the woods need some attention
- ? no, but I can understand that others may consider work necessary
- ? no, the woods should be left as they are
- ? I can't say

Q3.9 Would you be interested in becoming involved in the future management of your local woodlands?

- ? yes
- ? no
- ? maybe

Q3.10 Are there any other comments you would like to make concerning the design and management of local woodlands?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Part 4 – About You. Please tick one box for each question

Q4.1 Please record your gender:

- ? Male
- ? Female

Q4.2 In which age group do you belong?

- ? Under 15
- ? 16-24
- ? 25-34
- ? 35-44
- ? 45-54
- ? 55-64
- ? 65 and over

Q4.3 How long have you lived in Woodside?

- ? less than one year
- ? 1-5 years
- ? 6-10 years
- ? 11-20 years
- ? more than 20 years

Q4.4 How long have you lived in Telford?

- ? less than one year
- ? 1-5 years
- ? 6-10 years
- ? 11-20 years
- ? more than 20 years

Q5. We will be holding small and informal workshops in Woodside later this summer to find out more about residents' thoughts and opinions on Woodside landscapes. Would you be interested in being involved in the discussions?

- ? No
- ? Yes – My contact details are:

Name
Address
Telephone Number

Thank you for taking time to complete this questionnaire!
Please return it in the FREEPOST envelope provided.
No stamp is necessary.

Please return the questionnaire by Friday 8th August at the latest

To take part in the Prize Draw fill in your name and address below.
The first three names drawn on Monday 11th August will each win a prize of **£50.00**

.....**[This will be detached by us]**

I wish to be entered for the Prize Draw:

Name: _____

Address: _____

Winners will be notified by post. Prize money will be issued by cheque or postal order.

V.2. Guião da Entrevista do estudo de Surová & Pinto-Correia (2008b)

GUIÃO DA ENTREVISTA COM OS UTENTES

1.Trabalhadores 2.Caçadores 3.Produtores do mel ou plantas aromáticas 4.Apanhadores de cogumelos
 5.Turistas nacionais e estrangeiros 6. Residentes temporários e novos rurais 7. Habitantes 8. Urbanos

Data da entrevista: _____ Grupo dos utentes:
 Entrevistador: _____ Residência durante infância: _____ R U
 Início da entrevista: _____ Residência actual: _____ R U

I. PREFERÊNCIAS DO TIPO DE PAISAGEM

1. Escolha combinação preferível de três tipos de paisagem?
2. Que tipo de paisagem prefere?

Uso das fotografias: Culturas intensivas 1

C	P

 C - combinação de 3 fotografias
 Vinha 2 P - preferência
 Olival (c/pomar) 3
 Montado de Sobre 4
 Eucaliptal 5
 Pinheiro manso 6
 Pinheiro bravo 7

2a. Porquê?
 explicação da preferência:

estético
 económico
 outro utilitário
 tradição
 outro

3. Tém um sítio preferível na paisagem? Sim Não

4. Pode descrever esse sítio, se faz favor? _____

5. Que palavras associa ao Montado? _____
 Que sentimentos associa ao Montado? _____

LISTA DAS PALAVRAS

6. Desta lista que palavras associa ao Montado?

<input type="checkbox"/> alegria	<input type="checkbox"/> pobre não rico, não dá rendimento	<input type="checkbox"/> diversificado <small>complexo tem variedade, muitas coisas diferentes</small>
<input type="checkbox"/> tristeza	<input type="checkbox"/> misterioso dá sensação de curiosidade, tem segredo	<input type="checkbox"/> aromático que tem odor agradável
<input type="checkbox"/> cansaço	<input type="checkbox"/> bonito agradável à vista	<input type="checkbox"/> património
<input type="checkbox"/> interesse	<input type="checkbox"/> silencioso em que não há ruído	<input type="checkbox"/> frágil não resistente, não vigoroso, não flexível
<input type="checkbox"/> relaxamento	<input type="checkbox"/> harmónico <small>bem conformado, simétrico, coerente, proporcionado, lógico, congruente</small>	<input type="checkbox"/> familiar hábitual, vulgar
<input type="checkbox"/> prazer	<input type="checkbox"/> abandonado não cultivado	<input type="checkbox"/> vasto muito extenso
<input type="checkbox"/> solidão	<input type="checkbox"/> legível <small>conseguir distinguir, perceber caracterizar o que é que está à vir (não confuso)</small>	<input type="checkbox"/> sombrio
<input type="checkbox"/> desconforto	<input type="checkbox"/> colorido tem cores vivas	<input type="checkbox"/> abrigoso / abrigado sítios onde nos podemos esconder
<input type="checkbox"/> tranquilidade	<input type="checkbox"/> seguro investimento em que se pode ter confiança	<input type="checkbox"/> original tem carácter próprio, não tem semelhança
<input type="checkbox"/> preguiça	<input type="checkbox"/> panorâmico <small>possibilidade de ganhar aberto, não tapado, observação de paisagem</small>	<input type="checkbox"/> abundante produz em grande quantidade
<input type="checkbox"/> preocupação		
<input type="checkbox"/> força		

Avaliação e Enquadramento da Procura dos Percursos Ambientais na envolvente de Évora

7. Acha que é importante que as paisagens de Montado se mantenham para as próximas gerações?

Sim
Não

7a. Porquê?

tradição
economia
outro utilitário
estético
outro

III. VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DO MONTADO

1. Acha que se pode pedir mais dinheiro por uma casa no campo localizada junto a uma área de Montado?

Sim
Não

2. Acharia razoável que fosse criado um imposto específico a toda a população para ajudar a manter esta paisagem?

Sim
Não

3. Quanto é que aceitaria pagar por mês por esse imposto?

5 Euros
20 Euros
50 Euros
outro _____

IV. SÓCIO-ECONÓMICAS VARIÁVEIS

1. Género:

M
F

2. Ano de nascimento:

3. Educação:

nenhuma, não sabe ler nem escrever
nenhuma, mas sabe ler e escrever
Escola primária
Escolaridade obrigatória (9º)
Escola secundária (12º)
Curso médio
Curso profissionalizante
Licenciatura

4. Área do Trabalho

Explique a sua profissão indicado por favor as funções que exerce e o ramo de actividade

a) Grupo profissional:

1. Quadros dirigentes
2. Profissões intelectuais e científicas
3. Profissões técnicas intermédias
4. Empregados administrativos
5. Pessoal dos serviços
6. Trabalhadores Agricultura e Pesca
7. Trabalhadores da produção industrial e artesões
8. Operários de instalações industriais
9. Trabalhadores não qualificados
10. Forças armadas

b) Estudante

c) Sem emprego

6. Família:

1-2 Pessoas
3 - 4 Pessoas
> 4 Pessoas

7. Rendimento líquido da família (income) euro/mês:

< 1000
1000 - 2000
2000 - 5000
mais

Pode deixar aqui o seu contacto:

Nome: _____

Hora do fim da entrevista: _____

Contacto (tel.): _____

Duração: _____

Há alguma coisa que queria acrescentar?

ANEXO V. Inquérito aos utilizadores dos Percursos de Monfurado

QUESTIONÁRIO aos utilizadores dos PERCURSOS DE MONFURADO

DADOS PESSOAIS

Género: M F**Grupo Etário:** Menos de 15 15 – 34 35 – 55 Mais de 55**Residência:** Cidade de Évora Arredores da cidade de Évora Fora do distrito de Évora, no Alentejo Outra região de Portugal. Qual? _____ Noutro país. Qual? _____

ACESSO E VISITAS

1. Com que frequência visita a Ecopista? 1 vez por dia ou mais 1 vez por semana ou mais 1 a duas vezes por mês 1 a duas vezes a cada 6 meses 1 a duas vezes por ano É a primeira vez**2. Quando visita a Ecopista?** durante toda a semana só durante a semana só no fim-de-semana**3. Quão perto fica a Ecopista da sua residência/do local da sua estadia?** Menos de ½ km ½ km – 2 km 2 km – 10 km Mais de 10 km**4. Como se desloca até à Ecopista?** A pé De bicicleta De carro De autocarro Por outro meio. Qual? _____**5. Com quem geralmente visita a Ecopista?** Família Amigos Sozinho(a) Clube ou grupo Outro. _____

6. Quais das actividades seguintes costuma realizar quando visita a Ecopista?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Andar/ Passear | <input type="checkbox"/> Visitar monumentos arqueológicos |
| <input type="checkbox"/> Passear o cão | <input type="checkbox"/> Ler |
| <input type="checkbox"/> Jogging | <input type="checkbox"/> Fotografar |
| <input type="checkbox"/> Andar de bicicleta/BTT/Downhill | <input type="checkbox"/> Relaxar/Meditar |
| <input type="checkbox"/> Contemplar a paisagem | <input type="checkbox"/> Fazer picniks |
| <input type="checkbox"/> Estar em contacto com a natureza | <input type="checkbox"/> Outro desporto. Qual? _____ |

7. Qual o seu grau de satisfação quanto ao traçado e condições da Ecopista?

- Muito satisfeito(a)
 Satisfeito(a)
 Pouco satisfeito(a)
 Nada satisfeito(a)

8. O que mais lhe agrada quando usufrui da Ecopista?

- a paisagem característica da região.
 a tranquilidade do local / evasão ao bulício da cidade.
 o contacto com a natureza.
 a paisagem rural e o encontro com as populações locais.
 a descoberta de novos lugares/ novas paisagens.
 a aventura.
 outro. Qual? _____

9. O que mais o/a incomoda quando usufrui da Ecopista?

- Barreiras físicas (muros e vedações) que não permitem o acesso a algumas zonas.
 Falta de sinalização/informação.
 Más condições do caminho/ pavimento.
 Encontro com utilizadores indesejados. Quais? _____
 Utilização abusiva por parte de outros utilizadores. De que tipo? _____
 Falta de zonas de descanso/paragem e/ou infra-estruturas de apoio.
 Grande distancia do local de residência/estadia.
 Insegurança.
 Outros. Quais? _____

10. Quais das seguintes acções (se alguma) sugere como prioritárias para melhorar o traçado da Ecopista?

- Acesso facilitado a áreas vedadas.
 Mais sinalização/informação.
 Melhoramento do pavimento.
 Interdição da utilização a alguns utilizadores. Quais? _____
 Construção de zonas de descanso/paragem.
 Construção de outras infra-estruturas de apoio.
 Prolongamento do percurso por áreas normalmente inacessíveis.
 Outras. Quais? _____

11.a Que tipos de paisagem mais aprecia na Ecopista? (escolha no MÁXIMO 3 OPCÕES)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> montado com mato | <input type="checkbox"/> eucaliptal |
| <input type="checkbox"/> montado denso com pastagem limpa | <input type="checkbox"/> pinhal |
| <input type="checkbox"/> montado aberto com pastagem limpa | <input type="checkbox"/> vinha |
| <input type="checkbox"/> pastagens / forragens | <input type="checkbox"/> olival |
| <input type="checkbox"/> galerias ripícolas (rios, ribeiras, albufeiras) | <input type="checkbox"/> mosaico de várias culturas |

11.b. Que tipos de paisagem menos aprecia na Ecopista? (escolha no MÁXIMO 3 OPCÕES)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> montado com mato | <input type="checkbox"/> eucaliptal |
| <input type="checkbox"/> montado denso com pastagem limpa | <input type="checkbox"/> pinhal |
| <input type="checkbox"/> montado aberto com pastagem limpa | <input type="checkbox"/> vinha |
| <input type="checkbox"/> pastagens / forragens | <input type="checkbox"/> olival |
| <input type="checkbox"/> galerias ripícolas (rios, ribeiras, albufeiras) | <input type="checkbox"/> mosaico de várias culturas |

12. Estaria disponível a pagar para usufruir da Ecopista, se estes fossem melhorados e as paisagens envolventes geridas de forma integrada?

- Sim
 Não
 Talvez

13. Acha importante que a Ecopista e as paisagens envolventes se mantenham para as próximas gerações? Se sim, porque razão?

- estética
 tradição e/ou preservação cultural
 económica
 outra. Qual? _____

14. Gostaria de ter participado no processo desenvolvimento do traçado da Ecopista?

- Sim
 Não
 Talvez

15. Estaria disponível para participar num futuro planeamento e gestão da Ecopista?

- Sim
 Não
 Talvez

Comentários e/ou sugestões:

Obrigada por ter respondido a este questionário.

ANEXO VI. Inquérito aos Utilizadores da Ecopista

QUESTIONÁRIO aos utilizadores da ECOPISTA

DADOS PESSOAIS

Género:

M

F

Grupo Etário:

Menos de 15

15 – 34

35 – 55

Mais de 55

Residência:

Cidade de Évora

Arredores da cidade de Évora

Fora do distrito de Évora, no Alentejo

Outra região de Portugal. Qual? _____

Noutro país. Qual? _____

ACESSO E VISITAS

1. Tem conhecimento da existência dos Percursos Ambientais de Monfurado, Aqueduto e Alto de S. Bento?

Sim

Não

2. É utilizador(a) desses percursos?

Sim

Não. Porquê? _____

3. Qual dos percursos visita com mais frequência?

Percursos de Monfurado

Percorso do Aqueduto da Água de Prata

Percorso do Alto de S.Bento

4. Com que frequência visita a Ecopista?

1 vez por dia ou mais

1 vez por semana ou mais

1 a duas vezes por mês

1 a duas vezes a cada 6 meses

1 a duas vezes por ano

É a primeira vez

5. Quando visita a Ecopista?

durante toda a semana

só durante a semana

só no fim-de-semana

6. Quão perto fica a Ecopista da sua residência/do local da sua estadia?

Menos de ½ km

½ km – 2 km

2 km – 10 km

Mais de 10 km

7. Como se desloca até à Ecopista?

- A pé
- De bicicleta
- De carro
- De autocarro
- Por outro meio. Qual? _____

8. Com quem geralmente visita a Ecopista?

- Família
- Amigos
- Sozinho(a)
- Clube ou grupo
- Outro. _____

9. Quais das actividades seguintes costuma realizar quando visita a Ecopista?

- Andar/ Passear
- Passear o cão
- Jogging
- Andar de bicicleta/BTT/Downhill
- Contemplar a paisagem
- Estar em contacto com a natureza
- Visitar monumentos arqueológicos
- Ler
- Fotografar
- Relaxar/Meditar
- Fazer picnics
- Outro desporto. Qual? _____

10. Qual o seu grau de satisfação quanto ao traçado e condições da Ecopista?

- Muito satisfeito(a)
- Satisfeito(a)
- Pouco satisfeito(a)
- Nada satisfeito(a)

11. O que mais lhe agrada quando usufrui da Ecopista?

- a paisagem característica da região.
- a tranquilidade do local / evasão ao bulício da cidade.
- o contacto com a natureza.
- a paisagem rural e o encontro com as populações locais.
- a descoberta de novos lugares/ novas paisagens.
- a aventura.
- outro. Qual? _____

12. O que mais o/a incomoda quando usufrui da Ecopista?

- Barreiras físicas (muros e vedações) que não permitem o acesso a algumas zonas.
- Falta de sinalização/informação.
- Falta de iluminação.
- Falta de limpeza.
- Insegurança.
- Más condições do caminho/ pavimento.
- Encontro com utilizadores indesejados. Quais? _____
- Utilização abusiva por parte de outros utilizadores. De que tipo? _____
- Falta de zonas de descanso/paragem e/ou infra-estruturas de apoio.
- Grande distância do local de residência/estadia.
- Outros. Quais? _____

13. Quais das seguintes acções (se alguma) sugere como prioritárias para melhorar o traçado da Ecopista?

- Acesso facilitado a áreas vedadas.
- Mais sinalização/informação.
- Mais iluminação
- Mais limpeza
- Mais vigilância
- Melhoramento do pavimento.
- Interdição da utilização a alguns utilizadores. Quais? _____
- Construção de mais zonas de descanso/paragem.
- Construção de outras infra-estruturas de apoio.
- Prolongamento da Ecopista por áreas actualmente inacessíveis.
- Outras. Quais? _____

14.a Que tipos de paisagem mais aprecia na Ecopista? (escolha no **MÁXIMO 3 OPÇÕES)**

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> edificação/malha urbana | <input type="checkbox"/> galerias ripícolas (rios, ribeiras, albufeiras) |
| <input type="checkbox"/> edificação/malha rural | <input type="checkbox"/> eucaliptal |
| <input type="checkbox"/> montado com mato | <input type="checkbox"/> pinhal |
| <input type="checkbox"/> montado denso com pastagem limpa | <input type="checkbox"/> vinha |
| <input type="checkbox"/> montado aberto com pastagem limpa | <input type="checkbox"/> olival |
| <input type="checkbox"/> pastagens / forragens | <input type="checkbox"/> mosaico de várias culturas |

15.b. Que tipos de paisagem menos aprecia na Ecopista? (escolha no **MÁXIMO 3 OPÇÕES)**

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> edificação/malha urbana | <input type="checkbox"/> galerias ripícolas (rios, ribeiras, albufeiras) |
| <input type="checkbox"/> edificação/malha rural | <input type="checkbox"/> eucaliptal |
| <input type="checkbox"/> montado com mato | <input type="checkbox"/> pinhal |
| <input type="checkbox"/> montado denso com pastagem limpa | <input type="checkbox"/> vinha |
| <input type="checkbox"/> montado aberto com pastagem limpa | <input type="checkbox"/> olival |
| <input type="checkbox"/> pastagens / forragens | <input type="checkbox"/> mosaico de várias culturas |

16. Acha importante que a Ecopista e as paisagens envolventes se mantenham para as próximas gerações?

Se sim, porque razão?

- estética
- tradição e/ou preservação cultural
- económica
- outra. Qual? _____

17. Estaria disponível a pagar para usufruir da Ecopista, se estes fossem melhorados e as paisagens envolventes geridas de forma integrada?

- Sim
- Não
- Talvez

18. Gostaria de ter participado no processo desenvolvimento do traçado da Ecopista?

- Sim
- Não
- Talvez

19. Estaria disponível para participar num futuro planeamento e gestão da Ecopista?

- Sim
- Não
- Talvez

20. Comentários e/ou sugestões:

Obrigada por ter respondido a este questionário.

ANEXO VII. Guião de Entrevista a Chefes de Exploração

GUIÃO DE ENTREVISTA A CHEFES DE EXPLORAÇÃO de explorações abrangidas pelos Percursos Ambientais.

1. Onde passam os percursos em relação à sua propriedade?

2. A actividade de produção é a única actividade desenvolvida na propriedade/exploração? O que produz?
 - 2.a) Se a produção não é a única função explorada, que outras actividades desenvolve ou são desenvolvidas na sua propriedades/exploração? Como por exemplo: pesca recreativa, caça, apanha de cogumelos, apicultura, recolha de ervas aromáticas, recreio (passeios a cavalo, a pé, de bicicleta,...), ...

 - 2.b) Com que frequência realiza ou outros realizam estas actividades na sua propriedade?

 - 2.c) Quais dessas actividades lhe trazem retorno económico? E qual a sua ordem de importância?

3. A sua exploração está inserida na Rede Natura 2000?

4. É utilizador dos percursos como trilho pedestre ou ciclável?

5. Foi contactado(a) e/ou consultado(a) pela Câmara Municipal de Évora aquando do desenvolvimento e marcação dos percursos?

6. Considera os percursos como um problema ou como uma oportunidade para a sua propriedade/exploração?

7. Acha os percursos poderão trazer benefícios à comunidade/população local? Como e a que nível?

As perguntas seguintes são feitas sobre um cenário hipotético já que, o estudo é meramente académico, e por isso não são condições, nem cenários que se possam concretizar com o desenvolvimento do mesmo.

Os principais constrangimentos ao pleno usufruto dos percursos, citado pelos utilizadores foram as “*barreiras físicas*” (vedações e portões fechados) e conseqüentemente, a acção mais referida e considerada como prioritária para o melhoramento destes trilhos foi, o “*acesso mais facilitado a áreas vedadas*”.

8. Estaria disposto(a) a permitir o acesso à sua propriedade aos utilizadores dos percursos? Em que condições?

Outra das sugestões dos utilizadores para o melhoramento dos percursos foi, a de estes “*serem prolongados para áreas actualmente inacessíveis*”.

9. Estaria disposto(a) a abrir a sua propriedade/exploração ao desenvolvimento de novos traçados para estes percursos? Em que condições?

10. Põe a hipótese de investir na sua propriedade/exploração, explorando outro tipo de actividades, se estes percursos forem melhorados e promovidos a destino turístico. De que forma?

11. Tem sugestões ou comentários sobre esta questão dos percursos pedestres nesta zona?

12. Dados Pessoais

Género	Grupo etário	Nível de instrução
<input type="checkbox"/> M	<input type="checkbox"/> <20	<input type="checkbox"/> Sem instrução
<input type="checkbox"/> F	<input type="checkbox"/> 20 – 40	<input type="checkbox"/> Ensino básico
	<input type="checkbox"/> 40 – 60	<input type="checkbox"/> Ensino secundário/profissional
	<input type="checkbox"/> > 60	<input type="checkbox"/> Ensino universitário

Obrigada pela colaboração

ANEXO VIII. Tabelas de Frequências

III.1. QUESTIONÁRIOS AOS UTILIZADORES DOS PERCURSOS DE MONFURADO

Tabela i. Género

N.º de respostas	%	Opções de resposta
38	95,00	M
2	5,00	F

Tabela ii. Grupo Etário

N.º de respostas	%	Opções de resposta
1	2,50	< 15
24	60,00	16 - 34
14	35,00	35 - 54
1	2,50	> 55

Tabela iii. Local de residência

N.º de respostas	%	Opções de resposta
30	75,00	Cidade de Évora
10	25,00	Arredores de Évora
0	0,00	Fora do distrito
0	0,00	Outra região
0	0,00	Outro país

Tabela iv. Respostas à pergunta “Com que frequência visita os percursos?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
2	5,00	1vez/dia ou mais
29	72,50	1vez/semana ou mais
6	15,00	1-2vezes/mês
1	2,50	1-2vezes/6meses
1	2,50	1-2vezes/ano
1	2,50	É a primeira vez

Tabela v. Respostas à pergunta “Quando visita o percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
18	46,15	Durante toda a semana
2	5,13	Só durante a semana
19	48,72	Só ao fim-de-semana

Tabela vi. Respostas à pergunta “Quão perto ficam os percursos do local de residência?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
1	2,56	Menos de ½ km
7	17,95	½ km – 2 km
22	56,41	2 km – 10 km
9	23,08	Mais de 10 km

Tabela vii. Respostas à pergunta “Como se desloca até aos percursos?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
3	7,69	A pé
36	92,31	De bicicleta
3	7,69	De carro
0	0,00	De autocarro
0	0,00	Por outro meio

Tabela viii. Respostas à pergunta “Com quem geralmente visita os percursos?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
10	25,64	Família
29	74,36	Amigos
9	23,08	Sozinho(a)
5	12,82	Clube ou grupo
0	0,00	Outro

Tabela ix. Respostas à pergunta “Quais das actividades costuma realizar quando visita o percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
8	20,00	Andar
1	2,50	Passear o cão
4	10,00	Jogging
38	95,00	Bicicleta/BTT/Downhill
0	0,00	Andar a cavalo
4	10,00	Contemplar a paisagem
5	12,50	Contacto com a natureza
4	10,00	Visitar monumentos
0	0,00	Ler
7	17,50	Fotografar
7	17,50	Relaxar
0	0,00	Picniks
2	5,00	Orientação
0	0,00	Outros

Tabela x. Respostas à pergunta “Qual o grau de satisfação quanto ao traçado e condições do percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
13	32,50	Muito satisfeito(a)
24	60,00	Satisfeito(a)
3	7,50	Pouco satisfeito(a)
0	0,00	Nada satisfeito(a)

Tabela xi. Respostas à pergunta “O que mais lhe agrada quando usufrui este percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
18	45,00	Paisagem característica
17	42,50	Tranquilidade/Evasão bulício da cidade
27	67,50	Contacto com a natureza
6	15,00	Paisag. rural e encontro c/ pop.local
10	25,00	Descoberta de novos lugares e paisagens
13	32,50	Aventura
1	2,50	Outro

Tabela xii. Respostas à pergunta “O que mais o(a) incomoda quando usufrui este percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
25	64,10	Barreiras físicas
10	25,64	Falta de sinalização/informação
4	10,26	Más condições do caminho
9	23,08	Encontro com utilizadores indesejados
3	7,69	Utilização abusiva por parte de outros utilizadores
5	12,82	Falta de infra-estruturas de apoio
0	0,00	Grande distância residência-percurso
3	7,69	Insegurança
4	10,26	Outras

Tabela xiii. Respostas à pergunta “Quais das seguintes acções (se alguma) sugere como prioritárias para melhorar o traçado do percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
19	47,50	Acesso facilitado a áreas vedadas
13	32,50	Mais sinalização/informação
2	5,00	Melhoramento do pavimento
5	12,50	Interdição a alguns utilizadores
9	22,50	Construç. de zonas de descanso
5	12,50	Construç. de outras infra-estr.de apoio
14	35,00	Prolongamento por áreas inacessíveis
1	2,50	Outras

Tabela xiv. Respostas à pergunta “Que tipos de paisagem mais aprecia neste percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
23	58,97	Montado c/ mato
14	35,90	Montado denso c/ pastagem limpa
8	20,51	Montado aberto c/ pastagem limpa
6	15,38	Pastagens/Forragens
25	64,10	Galerias ripícolas
15	38,46	Eucaliptal
13	33,33	Pinhal
6	15,38	Vinha
8	20,51	Olival
7	17,95	Mosaico de várias culturas

Tabela xv. Respostas à pergunta “Que tipos de paisagem menos aprecia neste percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
6	22,22	Montado c/ mato
5	18,52	Montado denso c/ pastagem limpa
2	7,41	Montado aberto c/ pastagem limpa
8	29,63	Pastagens/Forragens
3	11,11	Galerias ripícolas
7	25,93	Eucaliptal
2	7,41	Pinhal
8	29,63	Vinha
5	18,52	Olival
8	29,63	Mosaico de várias culturas

Tabela xvi. Respostas à pergunta “Acha importante que este percurso e as paisagens envolventes se mantenham para as próximas gerações? Se sim, porque razão?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
8	28,57	Estética
25	89,29	Tradição e Preservação cultural
4	14,29	Económica
2	7,14	Outra
19	47,50	Sim

Tabela xvi. Respostas à pergunta “Estaria disponível a pagar para usufruir estes percursos, se estes fossem melhorados e as paisagens envolventes geridas de forma integrada?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
8	20,00	Sim
20	50,00	Não
12	30,00	Talvez

Tabela xvii. Respostas à pergunta “Gostaria de ter participado no processo de desenvolvimento do traçado dos percursos?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
19	47,50	Sim
8	20,00	Não
13	32,50	Talvez

Tabela xviii. Respostas à pergunta “Estaria disponível para participar num futuro planeamento e gestão dos percursos?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
22	55,00	Sim
6	15,00	Não
12	30,00	Talvez

VIII.2.QUESTIONÁRIOS AOS UTILIZADORES DA ECOPISTA

Tabela xix. Género

N.º de respostas	%	Opções de resposta
12	57,14	M
9	42,86	F

Tabela xx. Grupo Etário

N.º de respostas	%	Opções de resposta
0	0,00	< 15
2	9,52	16 - 34
12	57,14	35 - 54
7	33,33	> 55

Tabela xxi. Local de residência

N.º de respostas	%	Opções de resposta
21	100,00	Cidade de Évora
0	0,00	Arredores de Évora
0	0,00	Fora do distrito
0	0,00	Outra região
0	0,00	Outro país

Tabela xxii. Respostas à pergunta “Tem conhecimento da existência dos percursos ambientais de Monfurado, Aqueduto e Alto de S. Bento?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
9	42,86	Sim
12	57,14	Não

Tabela xxiii. Respostas à pergunta “É utilizador(a) desses percursos?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
0	0,00	Sim
9	100,00	Não

Tabela xxiv. Respostas à pergunta “Se não é utilizador(a), qual a razão?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
0	0,00	Barreiras físicas
0	0,00	Más condições do caminho/pavimento
0	0,00	Falta de iluminação
0	0,00	Falta de limpeza
0	0,00	Insegurança
8	88,89	Grande distância do local de residência/estadia
0	0,00	Encontro c/ utiliz. indesejados
0	0,00	Utilização abusiva por parte de outros utiliz.
0	0,00	Falta de zonas descanso/paragem/infra-estrut. apoio
0	0,00	Falta de sinalização
1	11,11	Outras

Tabela xxv. Respostas à pergunta “Com que frequência visita os percursos?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
2	9,52	1vez/dia ou mais
16	76,19	1vez/semana ou mais
2	9,52	1-2vezes/mês
1	4,76	1-2vezes/6meses
0	0,00	1-2vezes/ano
0	0,00	É a primeira vez

Tabela xxvi. Respostas à pergunta “Quando visita o percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
8	38,10	Durante toda a semana
2	9,52	Só durante a semana
11	52,38	Só ao fim-de-semana

Tabela xxvii. Respostas à pergunta “Quão perto ficam os percursos do local de residência?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
17	80,95	Menos de ½ km
4	19,05	½ km – 2 km
0	0,00	2 km – 10 km
0	0,00	Mais de 10 km

Tabela xxviii. Respostas à pergunta “Como se desloca até aos percursos?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
13	61,90	A pé
5	23,81	De bicicleta
4	19,05	De carro
0	0,00	De autocarro
0	0,00	Por outro meio

Tabela xxiv. Respostas à pergunta “Com quem geralmente visita os percursos?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
16	76,19	Família
7	33,33	Amigos
7	33,33	Sozinho(a)
0	0,00	Clube ou grupo
0	0,00	Outro

Tabela xxv. Respostas à pergunta “Quais das actividades costuma realizar quando visita o percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
17	80,95	Andar
1	4,76	Passear o cão
3	14,29	Jogging
8	38,10	Andar de bicicleta
1	4,76	Contemplar a paisagem
2	9,52	Contacto com a natureza
0	0,00	Visitar monumentos
0	0,00	Ler
0	0,00	Fotografar
0	0,00	Relaxar
0	0,00	Picnics
0	0,00	Outros

Tabela xxvi. Respostas à pergunta “Qual o grau de satisfação quanto ao traçado e condições do percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
8	38,10	Muito satisfeito(a)
12	57,14	Satisfeito(a)
1	4,76	Pouco satisfeito(a)
0	0,00	Nada satisfeito(a)

Tabela xxvii. Respostas à pergunta “O que mais lhe agrada quando usufrui este percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
10	50,00	Paisagem característica
15	75,00	Tranquilidade/Evasão bulício da cidade
11	55,00	Contacto com a natureza
4	20,00	Paisag. rural e encontro c/ pop.local
2	10,00	Descoberta de novos lugares e paisagens
0	0,00	Aventura
1	5,00	Outro

Tabela xviii. Respostas à pergunta “O que mais o(a) incomoda quando usufrui este percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
3	15,00	Barreiras físicas
0	0,00	Falta de sinalização/informação
2	10,00	Falta de iluminação
6	30,00	Falta de limpeza
5	25,00	Insegurança
3	15,00	Más condições do caminho
4	20,00	Encontro com utilizadores indesejados
5	25,00	Utilização abusiva por parte de outros utilizadores
6	30,00	Falta de zonas descanso/paragem e infra-estruturas de apoio
0	0,00	Grande distância residência-percurso
6	30,00	Outras

Tabela xxix. Respostas à pergunta “Quais das seguintes acções (se alguma) sugere como prioritárias para melhorar o traçado do percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
1	5,26	Acesso facilitado a áreas vedadas
0	0,00	Mais sinalização/informação
2	10,53	Mais iluminação
6	31,58	Mais limpeza
5	26,32	Mais vigilância
2	10,53	Melhoramento do pavimento
0	0,00	Interdição a alguns utilizadores
3	15,79	Construç. de zonas descanso/paragem
7	36,84	Construç. de outras infra-estr.de apoio
2	10,53	Prolongamento por áreas inacessíveis
8	42,11	Outras

Tabela xxx. Respostas à pergunta “Que tipos de paisagem mais aprecia neste percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
2	10,53	Edificação urbana
4	21,05	Edificação rural
4	21,05	Montado c/ mato
2	10,53	Montado denso c/ pastagem limpa
11	57,89	Montado aberto c/ pastagem limpa
1	5,26	Pastagens/Forragens
10	52,63	Galerias ripícolas
0	0,00	Eucaliptal
0	0,00	Pinhal
0	0,00	Vinha
0	0,00	Olival
1	5,26	Mosaico de várias culturas

Tabela xxxi. Respostas à pergunta “Que tipos de paisagem menos aprecia neste percurso?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
4	100,00	Edificação urbana
0	0,00	Edificação rural
0	0,00	Montado c/ mato
0	0,00	Montado denso c/ pastagem limpa
0	0,00	Montado aberto c/ pastagem limpa
0	0,00	Pastagens/Forragens
1	25,00	Galerias ripícolas
0	0,00	Eucaliptal
0	0,00	Pinhal
0	0,00	Vinha
0	0,00	Olival
0	0,00	Mosaico de várias culturas

Tabela xxxii. Respostas à pergunta “Acha importante que este percurso e as paisagens envolventes se mantenham para as próximas gerações? Se sim, porque razão?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
6	28,57	Estética
7	33,33	Tradição e Preservação cultural
0	0,00	Económica
21	100,00	Saúde e Bem-estar
1	4,76	Outra

Tabela xxxiii. Respostas à pergunta “Estaria disponível a pagar para usufruir estes percursos, se estes fossem melhorados e as paisagens envolventes geridas de forma integrada?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
5	23,81	Sim
10	47,62	Não
6	28,57	Talvez

Tabela xxxiv. Respostas à pergunta “Gostaria de ter participado no processo de desenvolvimento do traçado dos percursos?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
2	9,52	Sim
18	85,71	Não
1	4,76	Talvez

Tabela xxxv. Respostas à pergunta “Estaria disponível para participar num futuro planeamento e gestão dos percursos?”

N.º de respostas	%	Opções de resposta
16	76,19	Sim
3	14,29	Não
1	4,76	Talvez

ANEXO IX. Comentários de alguns dos utilizadores inquiridos

Comentários de alguns utilizadores dos Percursos de Monfurado:

“Bebedouros são desejáveis, para não termos de trazer a água.”

“Já houve várias situações em que motociclistas foram bastante rudes.”

“Cada vez mais as propriedades estão a ser vedadas a arame farpado. Antes ainda havia algumas com cancelas que se podiam abrir e voltar a fechar, mas agora está tudo fechado a cadeado.”

“Algumas placas de sinalização foram retiradas (arrancadas).”

“Não vão transformar estes trilhos numa ecopista, pois não? Se assim for, vão andar por aqui os que sabem e os que não sabem andar de bicicleta!”

“Gostaria de ter mais caminhos para bicicleta dentro e fora da cidade.”

Comentários de alguns utilizadores da Ecopista:

“Este é um espaço muito importante para a população, até agora, não havia mais nenhum espaço do género na cidade.

“Acho que foi uma boa medida para a cidade.”

“É um prazer poder passar por aqui, sobretudo nas tardes e noites de Verão.”

“Há alguma falta de civismo, especialmente por utilizadores de bicicleta que nem sempre respeitam as distâncias.”

“Antes da instalação da iluminação, a insegurança era mais sentida.”

ANEXO X. Estruturas de acesso e passagem

X.1. PORTÕES E CANCELAS

Vantagens	<p>Mínimo impacto paisagístico</p> <p>Alguns terrenos possuem já este tipo de portões</p> <p>Não limita a passagem de pessoas com mobilidade reduzida ou utilizadores de bicicleta/BTT</p>
Desvantagens	<p>Implica custos de construção e manutenção</p> <p>Não evita a destruição parcial da vedação ou muro</p> <p>Podem ser deixadas abertas por negligência</p>

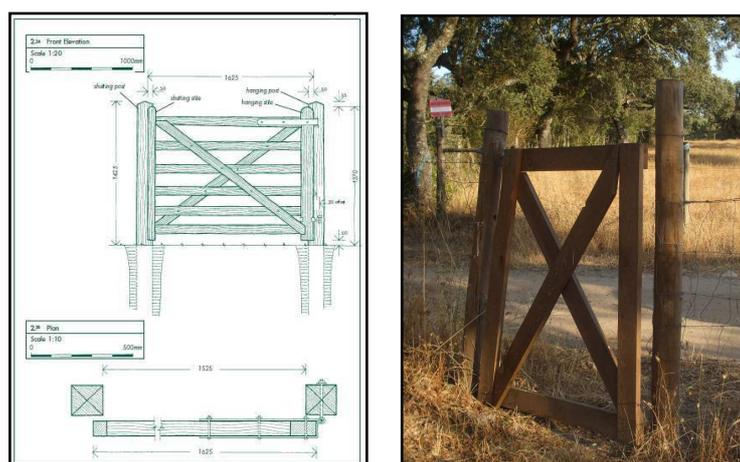


Figura F. Imagem esquemática de um portão de madeira (adaptado de Scottish Natural Heritage, 2002) e imagem de um portão de madeira existente num dos troços dos Percursos de Monfurado.

X.2. PASSAGEM EM ESCADA

Vantagens	<p>Mínimo impacto paisagístico</p> <p>Baixo custo de construção</p> <p>Evita a destruição parcial da vedação ou muro</p> <p>Dispensa o abrir e fechar de cancelas</p>
Desvantagens	<p>Implica manutenção</p> <p>Limitante para pessoas com mobilidade reduzida</p> <p>Limitante para utilizadores de bicicleta/BTT</p>

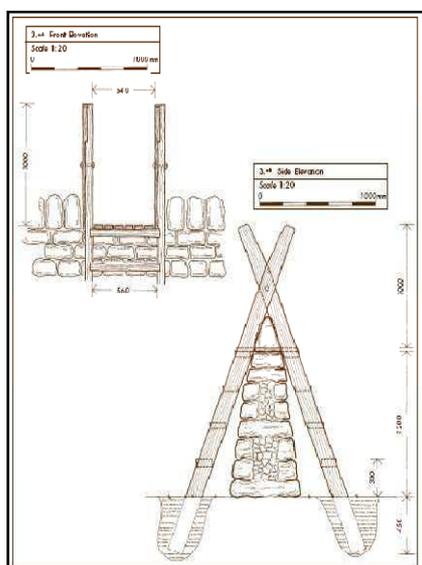


Imagem esquemática e no campo de uma passagem em escada cruzada. (adaptado de Scottish Natural Heritage, 2002)

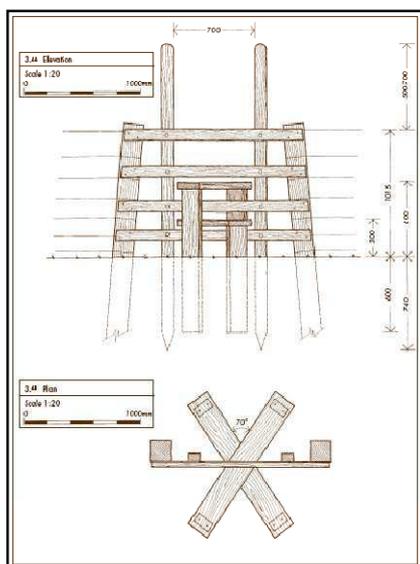
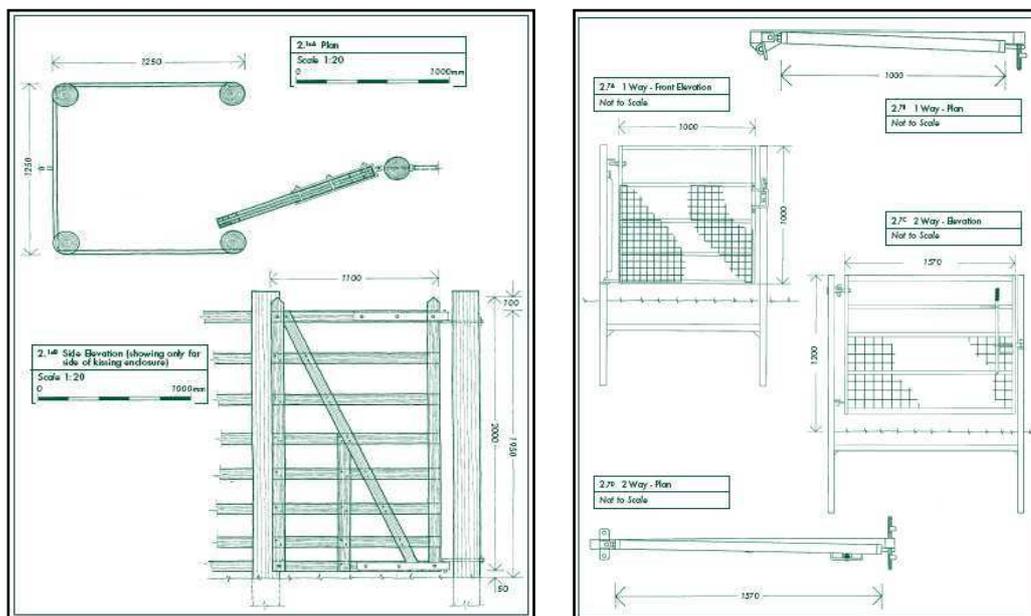


Imagem esquemática e no campo de uma passagem em escada cruzada. (adaptado de Scottish Natural Heritage, 2002)

X.3. PASSAGENS COM PORTADA OSCILANTE

Vantagens	<p>Mínimo impacto paisagístico</p> <p>Menos limitante quanto à passagem de pessoas com mobilidade reduzida</p> <p>Dispensa o abrir e fechar de cancelas</p>
Desvantagens	<p>Implica custos de construção manutenção</p> <p>Não evita a destruição parcial da vedação ou muro</p> <p>Limitante para pessoas com mobilidade reduzida</p> <p>Pode ser limitante para utilizadores de bicicleta/BTT</p>



Imagens esquemáticas de passagens com portas oscilantes.
(adaptado de Scottish Natural Heritage, 2002)

X.4. PASSAGEM CRUZADAS

Vantagens	Mínimo impacto paisagístico Dispensa o abrir e fechar de cancelas
Desvantagens	Implica custos de construção manutenção Não evita a destruição parcial da vedação ou muro Não permite a passagem a pessoas com mobilidade reduzida e a utilizadores de bicicleta/BTT

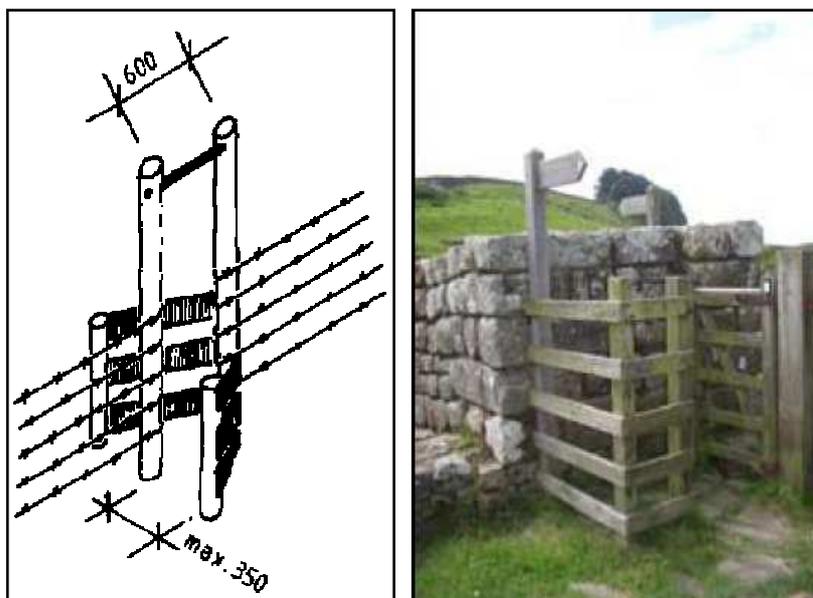
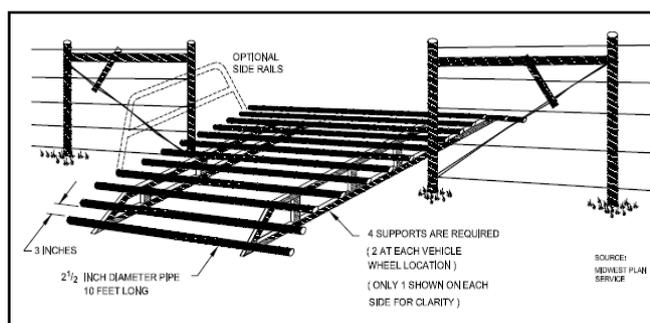


Imagem esquemática e no campo de uma passagem cruzada. (adaptado de Ministry of Agriculture, Food and Fisheries of British Columbia, 1996).

X.5. CANADIANAS PARA CAMINHOS COM MUITA CIRCULAÇÃO

Vantagens	<p>Mínimo impacto paisagístico</p> <p>Dispensa o abrir e fechar de cancelas</p> <p>Não limita a passagem de pessoas com mobilidade reduzida ou utilizadores de bicicleta/BTT</p>
Desvantagens	<p>Implica custos de construção e manutenção</p> <p>Permite acesso muito facilitado aos terrenos</p> <p>Risco de fuga de animais que saltam</p>



Passagem elevada em grelha metálica entre terrenos vedados (adaptado de Ministry of Agriculture, Food and Fisheries of British Columbia, 1996).

X.6. PASSAGENS ELEVADAS EM CANADIANA

Vantagens	<p>Mínimo impacto paisagístico</p> <p>Dispensa o abrir e fechar de cancelas</p> <p>Não limita a passagem de pessoas com mobilidade reduzida ou utilizadores de bicicleta/BTT</p>
Desvantagens	<p>Implica custos de construção e manutenção</p> <p>Não evita a destruição parcial da vedação ou muro</p> <p>Permite acesso muito facilitado aos terrenos</p> <p>Risco de fuga de animais que saltam</p>



Passagem elevada de madeira entre terrenos vedados em Dalby, Suécia.